Agosto de 2005 • Ano 2 • nº 13 www.desafios.org.br

desafios

do desenvolvimento

PNUD ipea

Ordem na casa

Congresso responde às pesquisas de opinião e acelera a reforma política, apesar da falta de consenso. Será que chegou a hora?

ISSN 1806-9363 R$ 8,90

MODERNIZAÇÃO

Estudo do Ipea aponta dificuldades e caminhos do setor público rumo à gestão do conhecimento

NOVAS FRONTEIRAS

Investimentos das empresas brasileiras no exterior batem recorde. Elas vão atrás de ganhos, tecnologia e crédito

OBJETIVOS DO MILÊNIO

Pobreza é um dos principais obstáculos para que o Brasil alcance a sustentabilidade ambiental

O dia-a-dia da mulher moderna é uma correria só. Sorte da Bia, que abriu uma conta corrente na CAIXA. Com o cheque especial, o cartão de crédito e uma linha de crédito pré-aprovada, ela consegue dar conta de tudo sem passar aperto. Faça como a Bia. Abra uma conta corrente na CAIXA e facilite o seu dia-a-dia.
Vem pra CAIXA você também. Vem.

www.caixa.gov.br

CAIXA

Para você. Para todos os brasileiros.

desafios
do desenvolvimento

Sumário

10 **Entrevista** **Paulo Cunha**
É preciso resolver os problemas sociais, mas nosso mote tem de ser a riqueza

16 **Política** **Mudar resolve?**
Denúncias de corrupção tiram da gaveta as propostas de reforma política

26 **Investimentos** **O céu é o limite**
Os dilemas da concepção de uma política para a internacionalização das empresas

36 **Setor Público** **Capital imaterial**
A importância da gestão do conhecimento para a melhoria da eficiência

44 **Tecnologia** **Conhecimento tem de ser protegido**
A missão é criar uma forte cultura de respeito à propriedade industrial

52 **Metas do Milênio** **Balanço do setor ambiental**
Em risco o cumprimento dos compromissos na área da sustentabilidade ambiental

60 **Melhores Práticas** **Centrinho: pequeno só no nome**
Hospital universitário em Bauru se torna referência mundial

Seções

06 Giro

68 Estante

70 Circuito

72 Indicadores

74 Cartas

Artigos

14 **Francisco Gaetani**
A eficiência do combate à corrupção

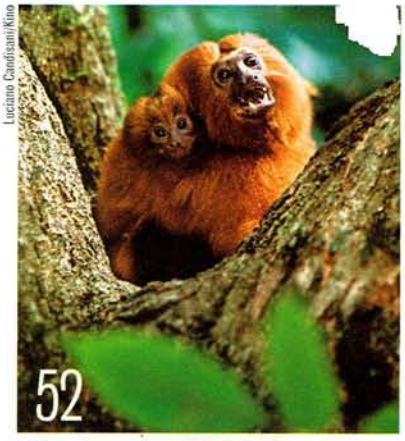
34 **David Travesso Neto**
Os desafios da internacionalização

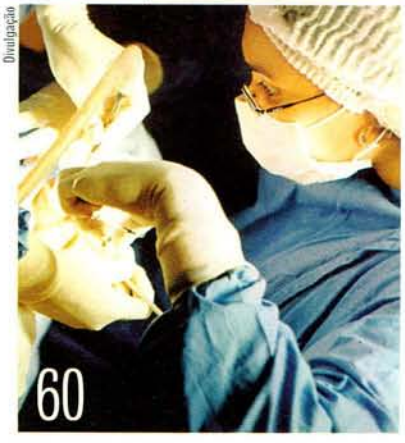
42 **Fábio Ferreira Batista**
Conhecimento desperdiçado

58 **Manuel Rojas Buvinich**
Os avanços da infância e adolescência

Iara Venanzi/Kino
26

Orlando
36


Luciano Candisani/Kino
52


Divulgação
60

Carta ao leitor

A população brasileira já começou a dar sinais claros de que está descontente com o atual sistema político e cobra mudanças. Numa pesquisa do Ibope, realizada na metade de julho, 62% dos entrevistados se declararam a favor da perda de mandato caso vereadores e deputados mudem de partido durante a legislatura para a qual foram eleitos. Os parlamentares federais, ao perceberem o risco do descrédito em meio à crise deflagrada pelas denúncias de corrupção que envolvem o Executivo e o Legislativo, ressuscitaram as propostas de renovação do sistema eleitoral e político. Aceleram na Câmara dos Deputados a aprovação da reforma política, que também precisa passar pelo Senado para entrar em vigor.
Não há certezas quanto à eficácia de alguns dos pontos propostos nem se o momento atual é propício ou não para uma alteração desse porte. **Desafios** traz uma reportagem detalhada sobre os principais pontos discutidos até agora no Congresso e apresenta diversas opiniões sobre o assunto, com o objetivo de contribuir para o debate, fundamental para o amadurecimento democrático do país.

A preocupação com a transmissão do conhecimento dentro das organizações não é uma grande novidade para o setor privado, mas ainda é um tema recente na area pública. O pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) Fabio Ferreira Batista conduziu um extenso levantamento sobre como alguns órgãos federais lidam com o tema. Os resultados estão apresentados na reportagem "Capital imaterial". As experiências, ainda poucas, mostram que o caminho é longo e difícil, pois exige uma verdadeira transformação cultural nas instituições.

A revista traz também uma entrevista com o empresário Paulo Cunha, presidente do grupo Ultra, na qual ele critica o alto custo da máquina governamental e pede providências urgentes para a retomada do crescimento. Investimentos das empresas nacionais no exterior, a posição do Brasil no Objetivo de Desenvolvimento do Milênio relativo à sustentabilidade ambiental e os obstáculos enfrentados no processo de registro de patentes são outros temas abordados nesta edição.

A equipe de **Desafios** deseja a todos uma ótima leitura.

Maysa Provedello, Editora-Chefe

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para: cartas@desafios.org.br
Diretoria de redação:
SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: www.desafios.org.br

Patrocínio

Apoio

desafios
do desenvolvimento

www.desafios.org.br

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
PRESIDENTE Glauco Arbix

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud)
REPRESENTANTE NO BRASIL Carlos Lopes

DIRETOR-GERAL Luiz Henrique Proença Soares

Redação
EDITORA-CHEFE Maysa Provedello

EDITORES Andréa Wolffenbüttel e Ottoni Fernandes Jr.

EDITORAS ASSISTENTES Lia Vasconcelos e Marina Nery

COLABORADORES Gabriela Michelotti (redação), Ricardo B. Labastier, Samuel Iavelberg (fotografia), Orlando (ilustração), Ivana Gomes (revisão)

PROJETO GRÁFICO E DIREÇÃO DE ARTE Renata Buono

EDITORA ADJUNTA DE ARTE Luciana Sugino

ARTE Rafaela Ranzani

FOTO DA CAPA Fred Siqueira/SambaPhoto

Publicidade
DIRETORA Bia Toledo • bia@desafios.org.br

REPRESENTANTES
BAHIA E SERGIPE Canal C Comunicação
Tel. (71) 358-7010, (71) 9988-4211 • e-mail: canalc@canalccr.com.br
ESPÍRITO SANTO • Mac Marketing e Assessoria de Comunicação
Telefax (27) 3229-2579 • e-mail: machadom.vix@terra.com.br
MINAS GERAIS • Ponto de Vista Comunicação Marketing
Tel. (31) 3281-7363 • e-mail: pontodevistamg@terra.com.br
PARANÁ • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.
Tel. (41) 3019-3717 – Fax (41) 3019-3716 • e-mail: sec.thadeu@terra.com.br
RIO GRANDE DO SUL • RR Gianoni Representações
Tel. (51) 3388-7712 • e-mail: gianoni@gianoni.com.br
SANTA CATARINA • Sec Soluções Estratégicas em Comercialização Ltda.
Tel. (48) 348-4121, (48) 9977-9124 • e-mail: m.minuzzi@terra.com.br

Circulação
GERENTE Flávia Cangussu • flavia@desafios.org.br

Atendimento
Paula Galícia (coordenadora) • paula@desafios.org.br

Redação
SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Tel.: (61) 315-5188 Fax: (61) 315-5031

Circulação e Publicidade
Rua Urussuí, 93, 13° andar, CEP 04542-050 – São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3073-0722

Administração Instituto Uniemp
Av. Paulista, 2198, conjunto 16 – CEP 01310-300 – São Paulo, SP
Tel.: (11) 2178-0466 Fax: (11) 3283-3386

Assinaturas Teletarget
Tel.: (11) 3038-1479 Fax: (11) 3038-1415 • desafios@teletarget.com.br

Atendimento ao Jornaleiro LM&X - Tel.: (11) 3865-4949

Impressão Gráfica e Editora Pallotti

Distribuição Dinap S.A. Distribuidora Nacional de Publicações

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Organização das Nações Unidas

OS ARTIGOS E REPORTAGENS ASSINADOS NÃO EXPRESSAM, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO IPEA E DO PNUD. É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

Tiragem: 20.000 exemplares

JORNALISTA RESPONSÁVEL • Maysa Provedello

Pode tirar dúvidas, sugerir e criticar. Mas também fique à vontade para fazer um elogio

OUVIDORIA

A Infraero disponibiliza um canal direto com os usuários de aeroportos. A Ouvidoria da empresa recebe reclamações, sugestões e, é claro, elogios.
A transparência dos serviços prestados nos 66 aeroportos administrados pela Infraero em todo o Brasil é um dos objetivos da empresa. E o respeito às 330 milhões de pessoas que passam por eles todos os anos, uma obrigação.
Para a Infraero, o importante é saber a opinião de seus usuários.

0800 727 1234
www.infraero.gov.br

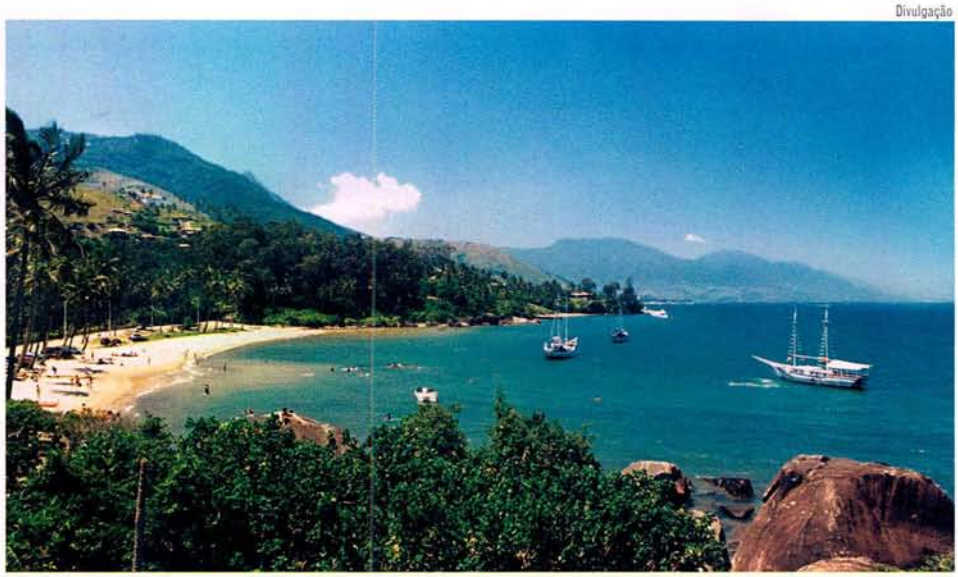
INFRAERO
Aeroportos Brasileiros

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

por **Andréa Wolffenbüttel**

GIRO

Divulgação



Finanças

Na liderança

A Vale do Rio Doce tornou-se, no mês de julho, a primeira empresa brasileira a entrar para o grupo das corporações mundiais que têm suas ações recomendadas pela agência de classificação de risco Moodys Inverstors Service, atingindo o chamado grau de investimento (*investment grade*). Na prática, a companhia terá mais facilidade para captar recursos no mercado internacional. Os papéis da empresa também passarão por uma forte valorização, esperam os analistas. O presidente da Vale, Roger Agnelli, considera a recomendação estratégica para os planos de crescimento da mineradora.

Investimentos

Nem só de praia vive o litoral

As cidades de Caraguatatuba, Ubatuba, Ilhabela e São Sebastião, localizadas no litoral norte de São Paulo, preparam-se para receber uma bolada em investimentos nos próximos anos. Parte deles, cerca de 1 bilhão de reais, referem-se à construção de uma unidade processadora de gás natural da Petrobras em Caraguatatuba, proveniente do campo de Mexilhões, na região de Ilhabela. A outra parcela do investimento – cerca de 500 milhões de reais – será repassada pelo governo estadual e por parcerias público-privadas, com o objetivo de incrementar o corredor de exportação da região, que vai de Campinas, no Vale do Paraíba, ao litoral norte, e inclui a ampliação do porto de São Sebastião e a duplicação da rodovia dos Tamoios. Tanto dinheiro é o sonho de qualquer prefeitura, mas, além de muitos benefícios, também pode trazer problemas. "Ao mesmo tempo que os benefícios aumentam, crescem problemas como migração, avanço descontrolado do turismo, agressão ambiental, entre outros riscos que chegam da noite para o dia", explica Luz Maria Aparecida Poddis de Aquino, secretária municipal de Planejamento, Economia e Gestão de Caraguatatuba. Para evitar surpresas futuras diante dessa montanha de novos recursos, as quatro prefeituras articulam-se para, até o final do ano, realizar o primeiro de uma série de encontros especificamente voltados para debater o planejamento urbano, turístico, industrial, social e econômico dos novos tempos. "Não queremos ser pegos sem uma preparação, queremos aproveitar ao máximo essa oportunidade. Afinal, todos nós podemos ganhar com esses investimentos", diz a secretária.

Monitor das reformas

Ainda que o presidente da Câmara, deputado Severino Cavalcanti, tenha afirmado que as Comissões Parlamentares de Inquérito não devem afetar os trabalhos do Congresso, é pouco provável que votações importantes venham a ocorrer nas próximas semanas. A única exceção pode ser a reforma política, que tem votação prevista para agosto.

Pesquisa

Tesouro à vista

Estão abertas até o dia 3 de outubro as inscrições para o X Prêmio Tesouro Nacional - 2005. Estudantes, professores e profissionais podem participar enviando uma monografia. O prêmio tem por objetivo estimular a pesquisa na área de finanças e reconhecer os trabalhos de qualidade técnica e aplicabilidade na administração pública. Os três primeiros colocados nos temas escolhidos neste ano receberão, respectivamente, 20 mil, 10 mil e 5 mil reais, e terão seus trabalhos publicados. O prêmio é uma iniciativa da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), da Escola de Administração Fazendária (Esaf), da Fundação Getulio Vargas (FGV) e da Caixa Econômica Federal (CEF). Mais informações podem ser obtidas no site www.esaf.fazenda.gov.br.

Comércio exterior

Nós também queremos vender

O processo de reconstrução do Iraque já representou bons negócios para muitas empresas e agora o Brasil se prepara para também participar da empreitada. O país, que foi um grande parceiro comercial até a Guerra do Golfo, pode voltar a ser o destino de muitas mercadorias brasileiras. Para reabrir as portas desse mercado, a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) está organizando um dos maiores eventos brasileiros nos Países Árabes, a feira "Brasil na reconstrução do Iraque", que acontecerá de 10 a 14 de setembro em Amã, na Jordânia. "O sucesso das importações de alimentos, automóveis e material de construção civil no passado foi tão grande que o nome 'Brasil' passou a significar produtos de qualidade com preço competitivo", afirma Jalal Jamel Chaya, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil–Iraque. Pelo potencial exportador que representam, 18 setores foram escolhidos para participar da feira: alimentos, automotivo, calçados e componentes, construção civil, eletroeletrônicos, fármacos, higiene, limpeza, máquinas e implementos agrícolas, médico-hospitalares, móveis, petrolífero, saneamento, tecnologia da informação, têxtil e confecções. Em 1985, o comércio entre os dois países ultrapassou 2,4 bilhões de dólares, sendo que 630 milhões foram exportações brasileiras. Em 1989, o principal item fornecido pelo Iraque ao Brasil foi o petróleo, enquanto a pauta das vendas brasileiras era tão diversificada que incluía cerca de 500 itens.

Corrupção

Bom momento?

Ao contrário do que pode parecer, a crise política atual representa uma excelente oportunidade para o governo brasileiro reagir com firmeza e demonstrar a eficácia de suas instituições. A opinião é de Daniel Kaufmann, diretor de governança global do Banco Mundial. Ao participar de um evento em Santiago, capital do Chile, o executivo lamentou o estágio atrasado em que a América Latina se encontra em matéria de transparência e controle da corrupção, diferentemente dos avanços que acontecem em outros pontos do globo, tal como na Europa do Leste. Ele lembrou que problemas de corrupção existem em toda parte e mencionou o recente escândalo na Noruega causado por irregularidades de milhões de dólares nos contratos da companhia estatal de petróleo. Porém, avalia Kaufmann, o mais importante é a forma como os governos reagem aos problemas. Com base em sua experiência internacional, ele diz que o momento oportuno para que se tomem medidas politicamente mais difíceis ocorre quase sempre quando surge uma polêmica muito grave ou quando há casos de corrupção. "Se a percepção dominante é que tudo está bem, por que então gastar capital político tentando convencer os legisladores e os interesses privados a tomar certas medidas que, obviamente, podem afetá-los? Contudo, quando há escândalos, a liderança, tanto pública quanto privada, pode tirar proveito da oportunidade", declara, em tom entusiasmado.

Pobreza

Novo olhar para um velho problema

A criação de novos indicadores para identificar situações de pobreza será o principal tema da conferência internacional "As muitas dimensões da pobreza", programada para os dias 29, 30 e 31 de agosto, em Brasília. O evento é organizado pelo Centro Internacional de Pobreza do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (IPC-Pnud), com a parceria do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o apoio do Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID-Brazil) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Cinqüenta palestrantes vão debater os desafios das políticas para a eliminação da pobreza e buscar conceber indicadores que levem em consideração não apenas a falta de recursos monetários, mas também a renda familiar per capita, a infra-estrutura domiciliar, o nível de escolaridade e o percentual de moradores em situação precária. Entre os participantes estão Peter Townsend, professor de Políticas Sociais Internacionais da prestigiada London School of Economics and Political Science (LSE), e Nanak Kakwani, diretor do Centro de Pobreza Internacional do Pnud. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas no endereço www.undp-povertycentre.org/-md-poverty.

Relações internacionais

Doha ameaçada

As negociações da Rodada de Doha, mais importante processo em curso na Organização Mundial do Comércio (OMC), não avançaram durante o mês de julho. Mais uma vez, restou aos protagonistas envolvidos um sentimento de frustração. A rodada está prevista para ser concluída até o final deste ano, mas, até agora, ainda não há nenhuma conclusão sobre as tarifas de importação cobradas pelos países desenvolvidos na compra de produtos agrícolas, consideradas muito altas pelos países em desenvolvimento.

A União Européia (UE) não apresentou, no último dia 21, uma contraproposta às sugestões do G-20 para o tratamento do assunto, que previa a divisão das tarifas agrícolas em cinco bandas de alíquotas de importação. A falta de iniciativa dos negociadores europeus mantém preservados os mecanismos de protecionismo agrícola, sobretudo dos produtores de carne e laticínios europeus. Devido ao impasse, Upachai Panitchpakdi, diretor da Organização Mundial do Comércio, decretou oficialmente a crise nas negociações da Rodada de Doha. Ele admite que existem outros pontos importantes em discussão na rodada que também precisam de consenso, como serviços, regras, investimentos e propriedade intelectual.

PUBLICIS BRASIL

PRODUZIR BENS E SERVIÇOS, GERAR RIQUEZAS, PRESERVAR O MEIO AMBIENTE. PARA A ODEBRECHT, ISSO TEM NOME: RESPONSABILIDADE SOCIAL.

BALANÇO SOCIAL 2004

Na **Odebrecht**, responsabilidade social é produzir bens e serviços que gerem riqueza para seus Clientes, Acionistas, Integrantes e para a comunidade; riqueza que seja fator de desenvolvimento dos países e regiões em que atua. Os resultados que obteve em 2004, quando completou 60 anos, confirmam a liderança da **Odebrecht** nos setores de Engenharia e Construção e Química e Petroquímica na América Latina.

ESTRUTURA EMPRESARIAL

NEGÓCIOS

ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

Construtora Norberto Odebrecht S.A.
Empresa Líder

QUÍMICA E PETROQUÍMICA

Braskem S.A.
Empresa Líder

INSTITUIÇÕES AUXILIARES

OCS - Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros Ltda.

Odeprev - Odebrecht Previdência

AÇÃO SOCIAL

Fundação Odebrecht

INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

INDICADORES DO QUADRIÊNIO 2001-2004 - R$ MILHÕES

Em R$ Milhões	2001	2002	2003	2004
Receita Bruta	8.349	13.241	17.353	21.784
EBITDA	1.201	2.461	2.505	3.347
Lucro Líquido	219	1.274	480	850
Ativos Totais	10.783	19.327	19.152	20.879

DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS EM 2004 - R$ MILHÕES

Receita Operacional Bruta	21.784
(-) Pagamentos a Terceiros (Insumos e Serviços Adquiridos)	14.125
(=) Valor Adicionado Bruto	7.659
(+) Resultados Não-Operacionais	887
(=) Valor Adicionado a Distribuir	8.546
Remuneração do Trabalho (Integrantes)	1.384
Governos (Tributos)	4.103
Financiadores (Encargos Financeiros)	1.743
Acionistas Minoritários (Lucro Líquido)	468
Acionistas (Lucro Líquido)	850

RESPONSABILIDADE SOCIAL É, PORTANTO, CONDIÇÃO PARA O CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL, QUE A ODEBRECHT BUSCA QUANDO:

CONTRIBUI PARA A INSERÇÃO CADA VEZ MAIOR DO BRASIL NA ECONOMIA INTERNACIONAL.

A **Odebrecht** amplia continuamente seu desempenho em exportações. A **Construtora Norberto Odebrecht** é a maior exportadora brasileira de serviços. A **Braskem** comercializa produtos para mais de 50 países dos cinco continentes. Isso faz da Organização uma das cinco maiores exportadoras do Brasil. Através dos contratos de Engenharia e Construção da **Odebrecht**, 1.800 empresas brasileiras já conquistaram oportunidades de exportação de produtos e serviços para países de quatro continentes.

OFERECE OPORTUNIDADES DE TRABALHO E DE DESENVOLVIMENTO PARA MILHARES DE PESSOAS.

A **Odebrecht** tem 20 mil integrantes no Brasil e 10 mil no exterior e proporciona oportunidades indiretas de trabalho para outras 10 mil pessoas por ano. Suas equipes atuam em um ambiente de trabalho que estimula o autodesenvolvimento, a criatividade e a autonomia; que valoriza a busca da excelência; e que promove a realização econômica das pessoas. Mais de 10 mil empresas são fornecedoras regulares da **Odebrecht**.

AJUDA NA CONSTRUÇÃO DO FUTURO DE SEUS INTEGRANTES.

A **Odeprev - Odebrecht Previdência** concebe e opera planos de previdência no Brasil para integrantes da **Odebrecht**. Os planos de previdência privada estimulam cada integrante a construir seu futuro, acumulando patrimônio para si e para sua família. Atualmente, são 2.720 participantes e um patrimônio de R$ 173,4 milhões.

PROTEGE O PATRIMÔNIO DOS ACIONISTAS.

A **OCS - Odebrecht Administradora e Corretora de Seguros** provê apoio em seguros e garantias para toda a Organização. Há 15 anos opera uma linha internacional que realizou mais de US$ 8,2 bilhões em contratos e operações de garantias, sem qualquer pedido de execução.

FOMENTA A CIDADANIA, PROMOVE A SAÚDE E A SEGURANÇA E DEFENDE O MEIO AMBIENTE.

A **Construtora Norberto Odebrecht** manteve as seguintes certificações em 2004: Segurança e Saúde no Trabalho, de acordo com as Normas BS 8800 e OHSAS 18001; Gestão do Meio Ambiente, segundo a Norma ISO 14001; Gestão de Qualidade, conforme as Normas NBR ISO 9001 e PBQP-H Nível A.

A **Braskem** assinou, em março de 2004, a Declaração Internacional de Produção mais Limpa, da Unep (United Nations Environment Programmes), tornando-se a primeira empresa industrial no Brasil a ingressar nesse programa da ONU, voltado para disseminar o uso de tecnologias mais limpas em defesa do meio ambiente.

FAZ PARCERIAS COM UNIVERSIDADES E CENTROS DE FORMAÇÃO E PESQUISA.

A **Odebrecht** manteve, em 2004, parcerias com 21 instituições de ensino técnico e superior, no Brasil e no exterior: cinco no Rio Grande do Sul, duas no Rio de Janeiro, duas na Bahia, duas em São Paulo, uma na Paraíba, uma em Minas Gerais, uma em Pernambuco, três em Portugal, duas no Peru, uma na Venezuela e uma em Angola.

INVESTE NA REDUÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL.

Desde 1946, a **Odebrecht** vem apoiando, pioneira e voluntariamente, projetos que ampliem as oportunidades de acesso ao trabalho, à saúde, à educação e aos bens culturais nas comunidades em que atua. Em 2004, as empresas da **Organização Odebrecht** patrocinaram 108 projetos sociais. O total de investimentos, somados os da **Fundação Odebrecht**, alcançaram R$ 29,3 milhões.

EDUCA PARA A VIDA, ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DA FUNDAÇÃO ODEBRECHT.

Criada em 1965, a **Fundação Odebrecht** cumpre a missão de contribuir para promover a educação de adolescentes para a vida.

A concentração atual é o **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Baixo Sul da Bahia**. Desenvolvido com base em um modelo de Governança que mobiliza e articula instituições e investimentos públicos e privados, valoriza a unidade-família, privilegiando o adolescente e sua interação com os familiares.

Em 2004 foram realizados projetos em 11 municípios, onde vivem 250 mil pessoas. As ações do Programa têm como pressuposto a existência, em qualquer comunidade, por mais pobre que seja, de quatro tipos de capital:

- **o capital humano**, formado pelas pessoas que ali vivem;
- **o capital social**, formado pelas relações entre as pessoas e pelo conhecimento coletivo;
- **o capital ambiental**, oferecido pela natureza; e
- **o capital produtivo**, que é a combinação destas forças para a transformação geradora de riquezas e fator de sobrevivência, crescimento e perpetuidade da comunidade.

PATROCINA A CULTURA E VALORIZA A HISTÓRIA.

Patrocinar iniciativas que incentivem a preservação do patrimônio cultural é um compromisso da **Organização Odebrecht** há quase 50 anos. Em 2004, a **Odebrecht** apoiou a publicação de 27 obras e, através do Prêmio Clarival do Prado Valladares, incentivou a pesquisa e a produção editorial sobre a História do Brasil, com ênfase para o Estado da Bahia. Os Prêmios Braskem de Teatro, de Cultura e Arte e Academia de Letras da Bahia têm por objetivo realçar a produção cultural, principalmente de artistas inéditos nas áreas de música, cinema, artes plásticas e literatura.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

- **Meio Ambiente:** Prêmio Amanco por um Mundo Melhor - Amanco do Brasil
- **Combate à AIDS:** Prêmio Excelência Empresarial 2004 - Global Business Coalition on HIV/AIDS
- **Tecnologia e Inovação:** Prêmio Abiquim de Tecnologia - Associação Brasileira da Indústria Química
- **Segurança, Meio Ambiente e Saúde:** Prêmio Petrobras Bacia de Campos
- **Engenharia e Construção na América Latina:** Prêmio de Melhor Empresa - Global Finance
- **Recursos Humanos:** 25 Melhores Empresas para se Trabalhar no Peru - pesquisa do Great Place to Work Institute
- **Gestão de Pessoas:** Melhor Empresa em Gestão de Recursos Humanos - IstoÉ Dinheiro
- **Exportação de Produtos:** Prêmio de Exportação - ADVB / RS
- **Química:** Empresa do Ano - revista Química Industrial
- **Imagem:** Empresa Mais Admirada do Setor de Construção Pesada - pesquisa da revista CartaCapital
- **Comunicação:** Empresa do Ano em Comunicação - ABERJE - Associação Brasileira de Comunicação Empresarial

ODEBRECHT

Fotos Samuel Iavelberg

Paulo Cunha
Foco no crescimento

Por **Andréa Wolffenbüttel**, de São Paulo

O engenheiro Paulo Cunha é um dos mais bem-sucedidos empresários do país. Há 24 anos à frente do grupo Ultra, ele comanda um conglomerado que fatura mais de 4 bilhões de reais por ano e conta com 6,7 mil funcionários. Nesta entrevista, Cunha explica como vê a situação econômica do Brasil diante dos desafios mundiais e quais as perspectivas para a petroquímica nacional. Sem medo de ferir suscetibilidades, ele se mantém fiel à sua máxima de que é preciso resolver os problemas sociais, mas o mote tem de ser a riqueza, e não a pobreza.

Desafios – O senhor é muito atuante em organizações empresariais, tais como o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Quais os assuntos mais presentes durante os "cafezinhos" desses grupos?

Cunha – Uma coisa que nos preocupa é a evolução da economia mundial e o futuro do Brasil. Antes pensávamos que nossa indústria teria de competir com a Europa e com os Estados Unidos. Hoje percebemos que os bichos-papões chamam-se China, Índia e Ásia, uma produção imensa e que tendem a tornar-se o grande centro industrial do mundo. Se a China e a Índia mantiverem o ritmo atual de crescimento do padrão de consumo, simplesmente não vão caber no mundo. Não vai haver petróleo suficiente, não vai haver cobre suficiente, não vai haver matéria-prima suficiente para sustentar a demanda. E, como esses países, pelo jeito, não vão parar de crescer, outros países terão de desembarcar desse mundo, terão de regredir a padrões de consumo africanos, porque não haverá riqueza suficiente para todos. Essa é uma questão real.

Desafios – Dentro desse contexto, quais as perspectivas para o Brasil?

Cunha – Muito sombrias. O Brasil precisa voltar a crescer urgentemente e não estamos minimamente construindo as condições para que isso aconteça. Repare no seguinte: de 1900 a 1973, o Brasil foi o campeão mundial de crescimento econômico. Ninguém cresceu mais do que o nós, e olha que isso não é tarefa simples. Durante esse período tivemos duas guerras mundiais, a Grande Depressão e várias crises sistêmicas internacionais. Em 1930 tivemos a revolução. Tivemos o suicídio de um presidente, a renúncia de outro, o parlamentarismo, o movimento militar, isto é, tivemos o diabo a quatro aqui dentro e, no entanto, o Brasil crescia. De 80 para cá, a equação se inverte, e nós, que éramos o primeiro em crescimento no mundo, passamos a ser o 93º. O que aconteceu está longe de ser explicado por essas questões simplistas que têm sido citadas, como as que dizem que a culpa é das crises externas, que a culpa é dos juros, a culpa é da inflação. Se há um responsável individual por esse processo é a única coisa anômala que passou a acontecer: a administração do Brasil se tornou muito ineficiente. Manter a máquina do governo passou a ser muito caro. O que consumia ao redor de 20% do Produto Interno Bruto (PIB) hoje custa 40%. Gastamos 40% do PIB para manter uma máquina que tem se mostrado ineficiente, que permite o surgimento de blocos de dificuldades em setores como educação, saúde e segurança pública. É o que chamo de integral do erro. Esses processos vão se acumulando, se acumulando, e este governo, que custa 40% do PIB – não estou me referindo cronologicamente, ao atual governo, mas ao modelo –, não tem funcionalidade. Os problemas continuam aumentando e, obviamente, esse é um processo que, a olho nu, inibe o crescimento.

Desafios – Há 20 anos tínhamos taxas de analfabetismo vergonhosas. O senhor acha que problemas como educação e saúde já foram melhor geridos do que hoje?

Cunha – Recentemente, fizemos um diagnóstico da educação em São Paulo e constatamos o seguinte: o município de São Paulo tem 1.000 escolas e 1 milhão de alunos. Elas abrem às 7 da manhã e fecham no final da tarde e não há crianças fora da escola, o que já é uma coisa importante, pois se universalizou o acesso à educação. Em contrapartida, as crianças ficam três horas e meia lá dentro e não passam de duas horas e meia dentro da sala de aula, o que é claramente insuficiente para a formação de cada uma. No final de oito anos elas saem da escola

Trabalho com paixão

A vida do engenheiro mecânico Paulo Guilherme Aguiar Cunha se confunde com a história do grupo Ultra. Carioca, ele iniciou a carreira na Petrobras, mas em 1967, quando tinha 28 anos de idade, foi convidado pela família Igel, fundadora do grupo Ultra, a mudar-se para São Paulo e compor a equipe responsável pelo ingresso da companhia no ramo da petroquímica. Desde então, Cunha aumentou suas responsabilidades dentro da organização até chegar à presidência, em 1981, e hoje detém 0,8% das ações da empresa. Ao longo dos anos, conseguiu impor seu estilo austero de gestão a todo o grupo e costuma dizer que, para dar certo, é preciso fazer mais, melhor e mais barato.

É preciso acordar mais cedo e dormir mais tarde do que a concorrência, mas acima de tudo é necessário trabalhar com paixão. Já declarou uma vez que a receita de seu sucesso é pensar grande, mas agir passo a passo e contar histórias para engajar cada funcionário nos objetivos da companhia. Além de dedicar-se ao grupo Ultra, Cunha participa de diversas outras entidades. É vice-presidente da Associação Brasileira de Indústrias Químicas (Abiquim), membro do Conselho de Orientação do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e membro do Conselho Superior de Economia e do Conselho Consultivo da Indústria da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Tudo isso é uma forma de mostrar que se sente responsável não só pelos rumos de sua empresa, mas também do setor petroquímico e do país. Recentemente aceitou participar de um grupo de 20 empresários que se propuseram a dar idéias para melhorar o ensino público municipal em São Paulo.

praticamente tão ignorantes quanto entraram. E para isso gastamos 3 bilhões de reais todos os anos. Isso é a disfuncionalidade do nosso Estado. A escola pública já foi melhor, já produziu ensino de melhor qualidade. Repare que esse é um processo terrível e ocorre também na saúde. Eu sei que a demanda por saúde hoje é um processo caríssimo, porque as tecnologias modernas de medicina têm um alto preço, mas de qualquer maneira o sistema, é notório, desperdiça quantidades enormes de dinheiro. O que acontece é que os recursos da nação são canalizados na direção de grandes áreas de ineficiência e, portanto, não estão produzindo eficiência do outro lado.

Fotos Samuel Iavelberg

Desafios – Mas essas são as únicas áreas de ineficiência?

Cunha – Claro que não. Eu vejo e costumo tocar num assunto que geralmente não se gosta de mencionar aqui no Brasil, mas, como sou filho de militar, vou falar. Acho que as nossas Forças Armadas não são muito caras em termos de percentual do PIB, mas em compensação não servem para nada. Você anda pelo Rio de Janeiro, vê o Forte de Copacabana, o Forte do Leme, da Urca, a Fortaleza da Laje, todos muito bonitos, mas não servem para nada. Na Baía da Guanabara, até pouco tempo, viam-se dois porta-aviões, que são máquinas de levar a guerra para a terra dos outros, o que nunca foi uma questão estratégica para o Brasil. Eles estão ali parados, custando dinheiro para serem mantidos. Aonde eu quero chegar? Na disfunção do Estado brasileiro. Temos esses navios, mas não temos uma guarda costeira para lidar com a questão do contrabando. O exército não tem uma guarda de fronteira no norte do país.

Desafios – O senhor está propondo acabar com as Forças Armadas?

Cunha – Acabar com as Forças Armadas? É evidente que não. Mas temos de transformar as Forças Armadas? É evidente que sim. Nós precisamos ter uma guarda de fronteiras, uma Marinha funcional para nossas necessidades, para nossa defesa. Temos de ter um Exército capaz de defender nossas fronteiras, de lidar com as questões estratégicas de nossa defesa hoje, em 2005, e não com fortes criados no começo do século XIX e que, a rigor, são muito decorativos, mas não servem para nada. E todos esses pontos de ineficência, no meu juízo, é que explicam o fato de estarmos caminhando para o 100º lugar em termos de crescimento econômico.

Desafios – E qual seria a solução?

Cunha – Olhar para fora e ver o que estão fazendo por lá. Nós temos de observar os aspectos bons e funcionais das economias que estão crescendo. Lá eles estruturaram o binômio mágico, que produziu o milagre econômico alemão do pós-guerra, que foi utilizado no Japão na década de 60 e agora está produzindo esse milagre na Ásia: câmbio alto e juro baixo. Exatamente o oposto do que a gente tem praticado aqui no Brasil, que é câmbio baixo e juro alto.

Desafios – O senhor está falando de economias profundamente reguladas pelo Estado. O senhor prega uma maior interferência do governo?

Cunha – Isso depende muito mais da eficácia do que do nível de intervenção, porque, quando se faz uma comparação com países que estão dando certo, percebe-se que lá a ação do Estado é sempre no sentido de promover o desenvolvimento e não de atrapalhar. A China é um país que partiu de um Estado central único e está operando um processo de descentralização econômica de imensa magnitude. A parte da economia que está crescendo está livre. Ela é orientada em determinados sentidos, como critérios geográficos de que regiões vão se desenvolver mais, mas a ação, a iniciativa, está solta. O que está centralizado é o aspecto macroeconômico, a questão do financiamento, por exemplo. E aqui também seria bom que o governo interferisse para criar crédito mais barato com prazos mais longos. Mas, na realidade, ele canaliza toda a poupança nacional na direção de seu próprio financiamento. Financiamento esse que é de grande liquidez, de altas taxas de juro e, até agora, de risco baixo.

Desafios – E como está a situação da indústria petroquímica especificamente?

Cunha – Com algumas indefinições no horizonte porque ainda não está clara a participação da Petrobras, que volta a interessar-se pelo setor, a participar e

a fazer investimentos diretos na petroquímica. A implantação do setor petroquímico no Brasil seguiu a trajetória de muitos outros setores industriais, notadamente os escolhidos para substituição de importações. A política de incentivo propiciou o desenvolvimento de uma petroquímica que chegou a ser maior do que a da Inglaterra em termos de capacidade instalada e produção. Chegamos à década de 80 com o conjunto petroquímico mais moderno do mundo. Posteriormente, o Estado se afastou, houve o processo de privatização e hoje nós passamos por essa maturidade da petroquímica.

Desafios – O senhor diz que chegamos à década de 80 com o mais moderno parque petroquímico do mundo, porém o Brasil importa muitos produtos químicos e petroquímicos, sobretudo os mais refinados. Por quê?

Cunha – Importamos sim. Veja bem, a tecnologia da petroquímica normalmente está disponível. O Brasil, ao construir seu parque petroquímico, utilizou a tecnologia mais moderna que havia no mundo e continua operando essa tecnologia, mas não tem tido um papel importante na inovação, na criação de novas tecnologias. Precisamos aumentar o que gastamos em pesquisa e desenvolvimento, tanto por parte das empresas individualmente como do ponto de vista das organizações governamentais. Isso não existe no Brasil porque não há condições de amadurecimento do mercado para tal. Nosso mercado financeiro é um mercado incipiente e tem sido inóspito à instalação e ao desenvolvimento industrial brasileiro. Inóspito por quê? Porque temos as taxas de juro mais altas do mundo. Nós temos condições de financiamento muito duras, com prazos curtos e, portanto, antagônicas ao desenvolvimento. Por meio da nossa unidade no México tivemos acesso a crédito em condições civilizadas bem diferente da barbárie que impera por aqui. Essa é a raiz de todo o problema.

Desafios – O governo tem usado mecanismos fiscais para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico. O senhor acha que esse é o melhor instrumento?

Cunha – Acho que esse é um instrumento adequado, mas o crescimento é a solução para a geração de tecnologia e para a modernização produtiva. O governo tem de ser austero e gerar crescimento. Ao produzir o crescimento, muitas dessas peças se encaixam no lugar. As empresas que acharam canais para crescer via mercado externo são empresas que têm tecnologia. A Embraer é um caso típico, é um bebê de proveta do governo, nasceu dentro do laboratório do Estado, foi criada e gradativamente desmamada, cresceu, atingiu a maturidade e hoje disputa em pé de igualdade o mercado mundial com líderes tecnológicos. Esse processo, que também aconteceu em outras poucas áreas da indústria brasileira, como a siderúrgica e a de papel e celulose, agora precisa voltar a acontecer.

"O fato é que o Estado existe, não funciona, gasta errado e não serve para nada. É como as escolas que existem e só servem para guardar as crianças durante três horas por dia"

Desafios – O senhor mencionou a volta da Petrobras ao setor petroquímico. Como o senhor vê esse retorno?

Cunha – Essa é uma história gozada porque o monopólio da Petrobras foi funcional para o estabelecimento de vários setores industriais, inclusive o petroquímico. Em determinado momento o governo achou que a Petrobras deveria se afastar. Foi quebrado o monopólio através de uma lei, com a idéia de que se promovesse uma competição interna, mas na prática continuou o monopólio físico. Na realidade, essa é uma decisão muito grande, que acabou sendo tomada pela metade. Não era muito pra valer. Mudaram a lei, mas continuou tudo como estava antes. Não foi uma decisão discutida como deveria ser. Eu não acho que seja mau ou bom o monopólio em si, depende do que se quer fazer. Parece-me que não há alternativas para o setor se a Petrobras não voltar, porque na prática ela tem o monopólio da matéria-prima, então é natural que queira expandir-se. Agora a Petrobras está retomando uma autonomia de gestão, diversificando suas atividades, com gás, energia elétrica, e voltou a ter ambições dentro da petroquímica. Nós propusemos à Petrobras uma parceria para a instalação de uma refinaria adaptada à matéria-prima nacional. Partiremos de uma molécula mais barata e vamos obter produtos com a mesma qualidade.

Desafios – Por que essa adaptação não foi feita antes?

Cunha – Porque não fizemos as coisas no tempo certo. As refinarias foram construídas antes de se achar o óleo no Brasil. Agora está na hora de usar esse óleo. Isso não é um processo simples, é muito complexo.

Desafios – Qual a sua opinião sobre a ligação da Petrobras com a Bolívia, por meio do gasoduto Brasil–Bolívia?

Cunha – Essa parceria foi meio forçada. Foi uma decisão mais política e me parece que não havia necessidade real de fazer isso. Pendurar o abastecimento energético de parte da indústria brasileira num cano que sai da Bolívia é muito arriscado. Não custa nada para um índio quíchua fechar a válvula do lado de lá. Existem questões geopolíticas que deveriam ter sido mais consideradas. Nos Estados Unidos, quando eles fazem um cano desses, estão sempre pensando na frota de guerra e na sua Força Aérea. Eu acho que aqui no Brasil nós também temos de pensar assim.

Francisco Gaetani

A eficiência do combate à corrupção

Divulgação

O Brasil atravessa mais uma de suas crises de consciência sobre as práticas políticas aceitáveis de uso de recursos públicos. Não é um debate novo no país. Desde a redemocratização o tema tem motivado ondas de clamor público e sinaliza que a sociedade e o Estado brasileiro não têm sido capazes de superar o problema de forma adequada.

As dificuldades começam na própria definição do problema – geralmente com foco na questão da legalidade de atos administrativos. O país possui um respeitável aparato institucional para lidar com a corrupção, mas que tem sido insuficiente para enfrentar um problema que se confunde com valores aceitos pela cultura política nacional. Estão na vanguarda do combate à corrupção três instituições que são pautadas pelo mérito e profissionalismo: o Ministério Público, a Polícia Federal e a Receita Federal. Todas possuem burocracias constituídas de concursos públicos. A idade surpreendentemente baixa de procuradores, delegados e fiscais envolvidos em muitas das operações mostra que parte do capital de idealismo do país vem sendo canalizado para essas instituições, que têm sido capazes de cortar a própria carne quando necessário.

O Tribunal de Contas da União (TCU), responsável pelo controle externo da administração pública, também é uma das ilhas de excelência da administração pública federal graças à combinação de uma política de concursos com um bem implementado processo de capacitação, consistente com a visão estratégica.

O sistema de controle interno da administração pública federal estava centralizado no Ministério da Fazenda, com uma proposta de ação proativa e focalizada, sustentada por um processo de profissionalização e aprimoramento de seus funcionários. A responsabilidade passou para a Controladoria-Geral da União (CGU), criada no governo anterior, em resposta a denúncias de irregularidades na Sudene e na Sudam. Foi posteriormente transferido à Presidência da República e assumiu um papel policialesco no combate à corrupção, com uma postura reativa, pautada pela mídia, e não pela técnica.

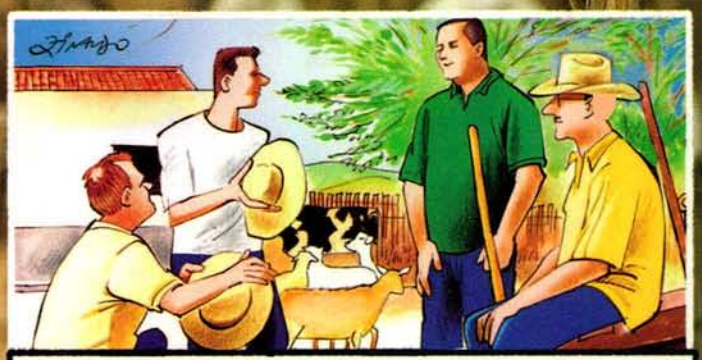
A introdução, no atual governo, do sorteio para fiscalização, pela CGU, da aplicação de recursos federais em municipalidades não foi acompanhada pela adoção de critérios ponderadores e qualificadores de prioridades, com foco nos municípios que recebem transferência mais vultosas. A fiscalização de municípios – a maioria paupérrimos – concentrou grande parte da força de trabalho da CGU, em detrimento da atividade de controle interno na administração federal, de maior risco e relevância. A modernização do sistema de controle interno não vem se processando com a velocidade requerida. Para que funcione como barreira à corrupção no setor público, o controle interno tem de ser fortalecido para que possa atuar proativamente na fiscalização da legalidade e da qualidade dos gastos, com base em critérios técnicos.

A corrupção é filha do tempo e da fragilidade do Estado. Vários ministérios são constituídos com base apenas num conjunto de cargos de confiança e de pessoal cedido por outros órgãos. Assim, as irregularidades ocorrem com maior freqüência. Para combater a corrupção é essencial criar uma burocracia profissional, formada por quadros de carreira, dotada de processos transparentes e informatizados, estruturas enxutas e ágeis. A reforma do Estado é uma tarefa prioritária, e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão deve assumir a liderança dessa transformação, em conjunto com a Casa Civil e com a CGU.

"Para combater a corrupção é essencial criar uma burocracia profissional, formada por quadros de carreira, dotada de processos transparentes e informatizados, estruturas enxutas e ágeis"

Francisco Gaetani é coordenador da área de governo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e doutor em Ciência Política pela London School of Economics and Political Science

COMO SERIA BOM AUMENTAR A PRODUÇÃO DE LEITE DE CABRA... MAS SOZINHO NÃO DÁ...



FOI AÍ QUE ALFREDO E SEUS AMIGOS SE REUNIRAM PARA MONTAR A ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE CABRA DA PARAÍBA. MAS FALTAVAM RECURSOS.

NESSE MOMENTO O BANCO DO BRASIL PROCUROU A ASSOCIAÇÃO E DEU TODO O APOIO NECESSÁRIO PARA QUE ELES PUDESSEM COMPRAR MAIS CABRAS, EQUIPAMENTOS E ATÉ UM CAMINHÃO PARA DISTRIBUIR O LEITE. HOJE, A PRODUÇÃO, QUE ERA DE 80 LITROS POR DIA, JÁ PASSA DE 2.500 LITROS POR DIA. QUASE NÃO DÁ PARA ACREDITAR!

ISSO É PROGRAMA SOCIAL!
E ASSIM O BANCO DO BRASIL, EM PARCERIA COM O GOVERNO FEDERAL, ESTÁ AJUDANDO A CONSTRUIR UM BRASIL MELHOR.

Banco do Brasil apresenta

Sonhos que viram realidade

Alfredo Viana
Ovinocaprinocultor
Monteiro - PB

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

O tempo todo com você

bb.com.br - Central de Atendimento BB 4004 0001 (Capitais) 0800 729 0001 (Demais localidades)

Por **Ottoni Fernandes Jr**, de São Paulo

Mudar resolve?

As denúncias de corrupção que envolvem parlamentares e governo serviram para tirar da gaveta propostas de aperfeiçoamento do sistema político. A sociedade civil cobra redução do custo das campanhas e limites às mudanças de partidos

Há males que podem vir para bem. Se a sabedoria popular estiver certa, a atual crise política brasileira, desencadeada pelas denúncias de corrupção que envolvem o Congresso Nacional, poderá servir para o aperfeiçoamento do sistema partidário e eleitoral do país. Há dois meses as manchetes dos jornais põem em evidência as constantes trocas de partidos de deputados federais, talvez motivadas por ajuda financeira, ou então o alto custo das campanhas eleitorais. O loteamento de cargos públicos e o tráfico de influência também ocuparam o centro das atenções, e a população, embora não tenha saído às ruas, já deixou claro que quer mudanças. Pesquisa do Ibope realizada entre 14 e 18 de julho revelou que 72% dos entrevistados tomaram conhecimento de alguma denúncia de corrupção nas semanas anteriores e 62% cravaram uma alternativa radical, sintoma do descrédito do Legislativo, ao declarar-se favoráveis à perda de mandato dos deputados que trocaram de partido. Uma pesquisa realizada no primeiro semestre pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE), da Presidência da República, com 50 mil formadores de opinião sobre diversos temas ligados ao desenvolvimento social e econômico do país, aponta que 94,3% dos entrevistados concordaram que empreender a reforma político-eleitoral pode ser uma atitude "boa" ou "muito boa" para o futuro do Brasil. O desafio é encontrar caminhos adequados para fazer com que os eleitores se sintam representados, de forma legítima e integral, no Parlamento, em todos os seus níveis.

A Câmara dos Deputados captou os sinais de descontentamento. No final de junho, enquanto fervia a investigação em torno de supostos pagamentos a parlamentares, no esquema do "mensalão", a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) tirou da geladeira várias propostas que alteram o sistema político-eleitoral e deu um empurrão num processo que pode fazer da crise uma oportunidade

Ricardo B. Labastier Sarzo

para melhorar o sistema partidário brasileiro. Aprovou um conjunto de medidas, entre elas, a chamada "lista fechada" na qual o eleitor vota no partido e não nos candidatos individualmente. Também inclui o financiamento público de campanhas e a fidelidade partidária (leia quadro na pág. 19). Mas ainda falta muito para que o texto se transforme num conjunto robusto de medidas que reflitam os anseios da população por mais transparência, representatividade e ética política. Por enquanto, ele ainda é um agrupamento de itens um tanto quanto desencontrados, que dividem as opiniões de políticos, acadêmicos e representantes da sociedade civil.

Um dos principais focos de divergência de avaliações sobre o projeto de reforma política diz respeito ao tempo. Há quem defenda a urgência na aprovação de medidas que revitalizem o atual sistema eleitoral e legislativo e que, por isso, teriam de ser votadas até 30 de setembro, para passarem a vigorar já nas próximas eleições. Mas também existe o coro dos que acreditam que o turbilhão da crise é perigoso para o processo de construção de um instrumento tão fundamental para o aprimoramento dos mecanismos democráticos do país.

Uma das vozes que defendem cuidado com o tema é a do senador Marco Maciel (Partido da Frente Liberal/PFL-PE), vice-presidente da República no governo Fernando Henrique Cardoso. Para ele, é um erro decidir uma questão tão complexa e estrutural do país no calor dos acontecimentos, pois pode resultar em casuísmos. Já o deputado federal João Almeida dos Santos (Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB-BA) defende que o Congresso deve aproveitar o momento, dar início ao processo de melhoria do sistema eleitoral e tentar reconstruir sua imagem. Reconhece, porém, que a empreitada é difícil, pois os pequenos partidos resistem, e mesmo o

Na eleição para deputado federal em 2002, os votos em legendas de partidos representaram

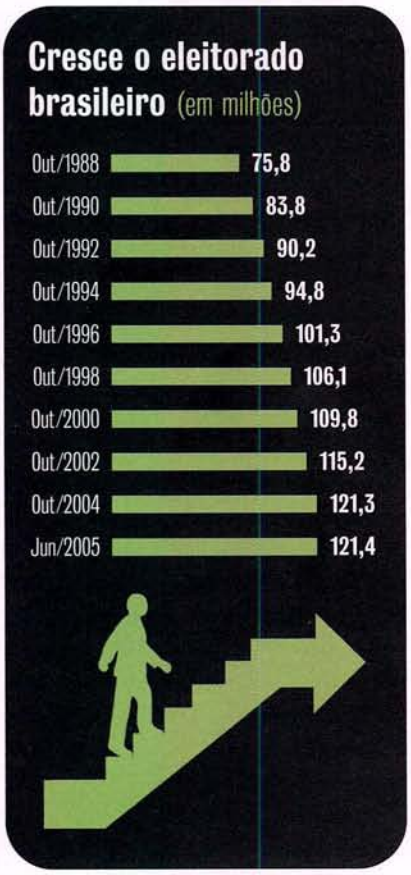
Lula Marques/Folha Imagem

Severino Cavalcanti (no centro) comemora vitória na eleição para a presidência da Câmara dos Deputados, derrotando o candidato do Palácio do Planalto

Partido da Frente Liberal (PFL), antes alinhado com as propostas vitoriosas na CCJC, já dá sinais de hesitação.

Entre os cientistas políticos brasileiros, Bolívar Lamounier, da consultoria Augurium, de São Paulo, defende que é melhor deixar passar a turbulência, pois as atenções estão concentradas nos casos de corrupção e não existe clima para pensar em questões institucionais. Ele considera modestas as propostas aprovadas na CCJC e propõe debates bem mais polêmicos, como o próprio sistema de governo, pois o "presidencialismo, com essa multiplicidade de partidos, cria uma situação de ingovernabilidade". Para ele, o país deveria voltar a discutir a alternativa do parlamentarismo, que garante maior estabilidade política num ambiente com tantos partidos políticos.

Outro especialista que recomenda ir mais devagar com o andor é Maria Hermínia Tavares de Almeida, presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). "É necessário ir até o fim dessa crise gerada pelas denúncias de corrupção para depois decidir com serenidade, até porque não existe consenso nem no Congresso nem na sociedade sobre as prioridades para melhorar o sistema político-partidário", diz. Para ela, o tema esteve na agenda nos anos 90, quando cientistas políticos e a elite das ciências sociais apostavam que o presidencialismo estava fadado ao fracasso no Brasil. Na avaliação de Almeida, era a economia, o ambiente de hiperinflação, que tirava a governabilidade. Com a estabilidade econômica posterior a 1994, no governo Fernando Henrique, surgiu um presidencialismo apoiado numa coalizão de partidos que funcionou, ao contrário das expectativas, conforme avalia Almeida, também professora do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP). Para ela, o governo Lula não soube operar as regras de um presidencialismo com alianças política e a crise ganhou força quando o deputado Severino Cavalcanti (Partido Progressista/PP-PE) assumiu a presidência da Câmara dos Deputados, em fevereiro, ao derrotar o candidato ungido pelo Palácio do Planalto. O que acontece, crê a professora, é que o atual governo "não chegou a praticar o presidencialismo de coalizão, pois ao assumir en-



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral / Dados de junho de 2005

tregou cargos de ministro a partidos aliados, mas colocou os quadros do Partido dos Trabalhadores (PT) nas principais posições desses mesmos ministérios", pondera, o que não teria legitimado o poder concedido.

Punição Em meio a tantas opiniões acadêmicas, começam a surgir também as vozes da sociedade civil. Em junho, o presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), cardeal Geraldo Majella Agnelo, declarou que "a apuração dos fatos recentes e a punição dos culpados não deverão deixar no esquecimento o desafio maior – a reforma do próprio sistema político nacional". Criticou o fato de o Executivo recorrer, historicamente, ao clientelismo para dobrar resistências do Legislativo, com "a concessão de favores econômicos do Estado em troca de apoio aos projetos do governo". Defendeu uma "reforma política com a participação da população" com estabelecimento da "lista partidária fechada", financiamento público das campanhas e fortalecimento dos partidos. Vale lembrar que a Confederação sempre foi um dos principais atores da mobilização popular nas campanhas ligadas aos temas democráticos nas últimas décadas no país, como as manifestações pelas eleições diretas, na década de 80.

Entre os tópicos elencados pelo cardeal e por vários setores da sociedade como prioritários para serem decididos na reforma está o da proporcionalidade, por estados, de assentos na Câmara dos Deputados. O modelo atualmente em vigor no país não atribui o mesmo poder de voto a todos os eleitores, pois a distribuição da quantidade de deputados federais por estado não é proporcional à população, mas sim feita entre um piso de oito deputados para os estados menos populosos e um teto de 70 cadeiras para os com mais indivíduos. Se por um lado o assunto é de extrema importância para a sociedade, por outro ainda não recebeu a dimensão devida dentro do Congresso. Até agora, pouco avançou nos debates realizados e

Os contornos da reforma política

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados (CCJC) aprovou em 22 de junho o projeto de reforma política, que seguirá agora para o plenário e depois terá de tramitar no Senado Federal. Veja as principais mudanças incluídas no projeto.

▸ **LISTAS PREORDENADAS** Cada partido escolherá, em convenção, a lista de seus candidatos aos cargos de vereador, deputado estadual e federal. Os eleitores passarão a votar nos partidos, e não nos candidatos individuais. Cada partido poderá, como é feito atualmente, colocar na lista tantos candidatos quanto são as vagas em disputa. As listas serão ordenadas e o partido ficará com o número de cadeiras correspondente aos votos que conquistou. Se tiver direito a quatro vagas, entrarão os quatro primeiros nomes da lista.

▸ **FINANCIAMENTO PÚBLICO** O Tesouro Nacional destinará recursos públicos para financiar as campanhas dos partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral em ano de eleição. Seriam 7 reais por eleitor existente no final do ano anterior, o que representaria 850 milhões de reais atualmente. Fica proibida qualquer doação de pessoa física ou de empresa a campanhas de candidatos. Os partidos e as federações partidárias serão responsáveis pelas despesas eleitorais.

▸ **CLÁUSULA DE BARREIRA** A atual Lei dos Partidos Políticos estabelece que os partidos que obtiverem pelo menos 5% dos votos válidos – excluídos os brancos e nulos – apurados nas eleições para deputado federal têm direito a funcionamento parlamentar em todas as Casas do Legislativo para as quais tenha eleito representante. A votação deve estar distribuída, no mínimo, em um terço dos estados, sendo que o partido deve obter pelo menos 2% do total de votos de cada um deles. A legislação não chegou a ser aplicada por falta de regulamentação. Na proposta aprovada pela CCJC, terá direito a representação parlamentar os partidos que obtiverem 2% dos votos apurados nacionalmente, em nove estados, no mínimo, e com um representante em cinco deles. Cumprida essa exigência, o partido terá direito a indicar um líder, a participar das comissões das Casas Legislativas, aos recursos do Fundo Partidário e a propaganda gratuita.

▸ **FEDERAÇÕES PARTIDÁRIAS** Será permitida a federação de partidos, mas o vínculo tem de durar pelo menos três anos. Atualmente pode ser feita uma coligação de partidos para disputar uma eleição, que pode ser desfeita assim que o processo eleitoral termina. A federação será uma opção para que partidos com maior afinidade ideológica atuem em conjunto em todo o país.

▸ **FIDELIDADE PARTIDÁRIA** A Comissão de Constituição e Justiça aprovou, em 23 de junho, o projeto de Resolução 309/05, que altera o Regimento Interno da Câmara dos Deputados para desestimular a mudança de partido. De acordo com a resolução, a composição da Mesa Diretora e das comissões permanentes será apurada pelo número de deputados dos partidos existente na homologação das eleições, e não na data da posse, como é feito atualmente. O projeto terá de ser votado em Plenário e, se aprovado, entrará em vigor, pois não depende da votação no Senado ou de sanção presidencial.

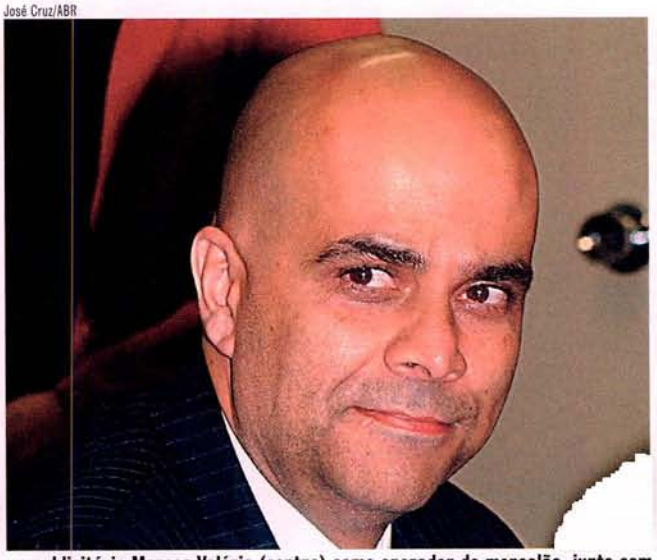
Também está sendo discutido na CCJC o Projeto de Lei n.º 1712/03, que muda o prazo de filiação partidária dos candidatos. Segundo a proposta, que já passou pela Comissão Especial de Reforma Política, a primeira filiação de um candidato deverá ocorrer até um ano antes da eleição. Para quem já é filiado, o prazo para lançar uma candidatura aumenta de um ano, como é atualmente, para dois anos.

▸ **FIM DAS COLIGAÇÕES** Está sendo analisada, numa Comissão Especial da Câmara dos Deputados, a Proposta de Emenda à Constituição que acaba com a obrigatoriedade de verticalização das coligações partidárias. Pelas regras aprovadas em 2002, os partidos que fizerem coligações para a eleição presidencial são obrigados a reproduzi-las nas eleições estaduais. A proposta já foi aprovada no Senado e deverá seguir para a CCJC.

Na atual legislatura, 145 deputados federais eleitos em 2002 mudaram de partido

Marcelo Casal/ABR

José Cruz/ABR



O deputado Roberto Jefferson (à esquerda) abriu a crise política ao denunciar o publicitário Marcos Valério (centro) como operador do mensalão, junto com

nenhuma proposta concreta foi feita para alterar a prática atual.

Listas O sistema de lista fechada por partido também ocupa o centro da proposta de reforma política que saiu da CCJC e terá de ser votada no plenário da Câmara dos Deputados e depois no Senado. O eleitor votaria no partido, e não no candidato (leia quadro na pág. 19).

Esse é um dos pontos mais polêmicos da proposta. A tendência do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é apoiar a lista fechada, mas o tema ainda será discutido pelo Diretório Nacional. O PT também apóia a mudança, mas as resistências aumentam à medida que o espectro político caminha para o centro. O deputado federal Coriolano Sales (PFL-BA) critica a proposta de listas fechadas porque diminuiria a representação popular e transformaria a Câmara dos Deputados numa espécie de condomínio. O cientista político Fernando Abrúcio, professor da Fundação Getulio Vargas de São Paulo (FGV-SP), afirma que a adoção da lista fechada só funciona quando existe uma forte participação dos filiados na vida partidária, o que daria legitimidade para as convenções que escolhem os candidatos e limitaria o poder dos caciques que comandam a máquina partidária. "Existe um grupo que controla as decisões partidárias até mesmo no PT. Assim, é melhor ficar com o método atual e as candidaturas individuais", argumenta Abrúcio.

Quem discorda dessa avaliação é Lamounier, para quem a adoção da lista fechada provocaria o fortalecimento da participação nos partidos. "As convenções para decidir quais serão os candidatos ganharão importância, serão muito disputadas e atrairão a cobertura da imprensa, e isso vai contribuir para melhorar o nível dos partidos", opina. Outra vantagem colateral, segundo Lamounier, é que os partidos terão de mostrar suas propostas e estratégia, despersonalizando o processo eleitoral. "Se a principal proposta de um partido for promover uma reforma tributária, terá de colocar no topo da lista especialistas no assunto." Além disso, diz, "na maioria dos partidos existentes, a decisão de escolher os candidatos aos cargos nas eleições proporcionais já é feita por uma oligarquia partidária".

Fernando Limongi, cientista político, pesquisador do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e professor da USP, é contrário à proposta de fechar as listas, "pois vai diminuir o poder de escolha dos eleitores, que será passado para os dirigentes partidários". Para ele, a idéia não será aprovada no plenário da Câmara dos Deputados, se mantido o formato do momento, "pois os atuais parlamentares ficarão com medo de não serem colocados na lista da próxima eleição". Além disso, lembra, o atual sistema dá a opção de o eleitor apoiar o partido, e não os indivíduos, ao votar na legenda. Nas eleições para deputado federal em 2002, cerca de 8,6 milhões de eleitores votaram em legendas, o que representou 10% dos votos válidos. Entre os maiores partidos, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) colheu 18,4% de seus votos pela legenda e o PT ficou com 14,6% (veja tabela na pág. 21).

Almeida, da ABCP, avalia que a proposta de listas fechadas dificilmente será aprovada, sem contar que dará mais controle da escolha dos candidatos às lideranças partidárias tradicionais, que "vêm perdendo espaço para novos parlamentares". Ademais, prejudicaria os candidatos "que defendem correntes de opinião". Deverão ficar contra a proposta de lista fechada os deputados federais da bancada evangélica e do chamado baixo clero, um grupo informal de pelo menos 120 parlamentares que aparece pouco na mídia, mas foi decisivo para que Cavalcanti assumisse a presidência da Casa. Entre os partidos com grandes bancadas, o PT e o PSDB podem apoiar a mudança, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o PFL tendem a se apresentar divididos na hora da decisão.

pelo menos uma vez, o que representa quase 30% das 513 cadeiras existentes

Antônio Cruz/ABR

Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT

Financiamento A rejeição do sistema de listas fechadas implicará, quase automaticamente, no sepultamento de outra proposta que emergiu da CCJC em junho: o financiamento público das campanhas (leia quadro na pág. 19). A idéia é que o Tesouro destine uma verba predefinida para financiar os partidos que disputam eleições. "O financiamento público só funciona se emplacar a proposta de listas fechadas, mas o contrário não é verdadeiro", garante o deputado Santos, do PSDB. De fato, seria muito difícil operacionalizar a distribuição de recursos para a miríade de candidatos individuais. Nas eleições municipais do ano passado, concorreram 300 mil candidatos aos cargos de vereador e 15 mil aos de prefeito. Nas eleições de 2002, foram 4.298 pessoas para 513 vagas de deputado federal. Ficaria ainda mais difícil controlar as prestações de conta do uso dos recursos.

Já no sistema de listas fechadas o dinheiro seria distribuído aos partidos, que assumiriam a responsabilidade de explicar como foram utilizados. Há muita divergência sobre a validade do financiamento público. O deputado federal Rubens Ottoni (PT-GO), que relatou a proposta de reforma política na CCJC, defende o financiamento público com a justificativa de que poderia reduzir até dez vezes o custo das campanhas políticas.

A proposta não desperta muito entusiasmo entre os acadêmicos. "O financiamento público não impedirá que empresas continuem contribuindo para a campanha de candidatos nos quais têm interesse, com a utilização de dinheiro do caixa dois. Se o objetivo for diminuir os gastos em campanhas eleitorais, existem formas muito mais eficazes", avalia o cientista político Octávio Amorim Neto, professor de Ciência Política no curso de pós-graduação de Economia da FGV do Rio de Janeiro. E coloca uma proposta na mesa: reduzir o número de circunscrições eleitorais em cada estado, destinando a cada uma delas uma parcela das vagas a deputado federal ou estadual proporcional à distribuição demográfica. Em São Paulo, por exemplo, o estado seria dividido em dez circunscrições e cada uma elegeria sete deputados. "Assim, os candidatos não precisariam fazer campanha em todo o estado, mas apenas na sua circunscrição, e gastariam menos. Além disso, ficariam mais perto de seu eleitorado, que também ganharia maior capacidade de controlá-los", prossegue Amorim. De quebra, ele defende que essa modificação resolveria o problema da sub-representação das grandes cidades nas eleições proporcionais caso o desenho das circunscrições respeite a distribuição populacional. "Hoje em dia, a cidade do Rio de Janeiro tem metade da população do estado, mas elege menos da metade da bancada fluminense de deputados federais", argumenta.

Outro que discorda do financiamento público proposto é Limongi, da USP, "até porque ele já existe, graças ao horário eleitoral gratuito e aos recursos do Fundo Partidário, que são repassados pelo TSE aos partidos registrados", ou seja, os partidos usam e abusam de espaços que custariam uma fortuna se precisassem ser pagos. Abrúcio, por sua vez, acha que a proposta da CCJC está errada ao impedir que indivíduos ou empresas contribuam para as campanhas de seus candidatos, pois fere a liberdade das pessoas em participar do processo político, e isso pode resultar em maior distanciamento entre a sociedade e seus representantes na vida pública. Sem contar

Votação para deputado federal nos maiores partidos
(eleição de 2002, votos válidos)

Partido	Legenda	Nominal	Total	Fatia Total
PT	2.353.023	13.739.396	16.092.419	18,4%
PSDB	1.174.350	11.359.545	12.533.895	14,3%
PFL	667.091	11.034.968	11.702.059	13,4%
PMDB	710.332	10.978.778	11.689.110	13,4%
PPB	556.880	6.282.560	6.839.440	7,8%
PSB	435.981	4.180.368	4.616.349	5,3%
PDT	822.827	3.657.560	4.480.387	5,1%
PTB	299.911	3.751.367	4.051.278	4,6%
PL	214.890	3.563.737	3.778.627	4,3%
PPS	305.642	2.376.494	2.682.136	3,1%
PC do B	69.486	1.897.649	1.967.135	2,2%
PRONA	77.671	1.726.433	1.804.104	2,1%
TOTAL	**8.654.013**	**78.878.521**	**87.532.534**	**100,0%**

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral

O fim da verticalização das coligações e as regras para fortalecer a

"que continuaria a existir financiamento privado perverso e ilegal", diz. Por fim, faz uma sugestão para controlar melhor as despesas em campanhas eleitorais: "No modelo atual, a Justiça Eleitoral faz o controle das contribuições e despesas após as eleições, quando deveria ser feito durante o processo". Ele propõe uma alteração na legislação, de forma que partidos e candidatos fossem obrigados a prestar contas através da internet, com atualização das informações, por exemplo, a cada quinzena, aberto a todos, ao longo da campanha eleitoral. "Assim, aumentaria a transparência do processo e o controle do eleitorado, além de diminuir as chances de descobrirem muito tarde a prática de ilegalidades", argumenta. A atual sistemática define prazos para prescrição de violações à legislação eleitoral na prestação de contas dos candidatos. Por isso, se for comprovado que algum deputado federal investigado pela Comissão Parlamentar Mista do mensalão praticou irregularidades na campanha de 2002, não poderá ser punido pela Justiça Eleitoral. "As regras devem mudar para punir também os partidos, o que inibiria a prática de ilegalidades, pois atualmente só os candidatos podem ser punidos", opina Limongi.

Na linha de reduzir os custos das campanhas eleitorais, o deputado Santos, do PSDB, propõe alterações pontuais: proibir os chamados "showmícios" e que os candidatos distribuam brindes para uso pessoal, como bonés e camisetas. Para ele, o tempo das campanhas eleitorais deveria ser reduzido de 75 para 45 dias. Hoje em dia, o horário eleitoral no rádio e na televisão dura 45 dias, mas é antecedido por um período de 30 dias em que pode ser feita a campanha nas ruas. Santos acredita que seria muito mais fácil aprovar essas modificações no Congresso.

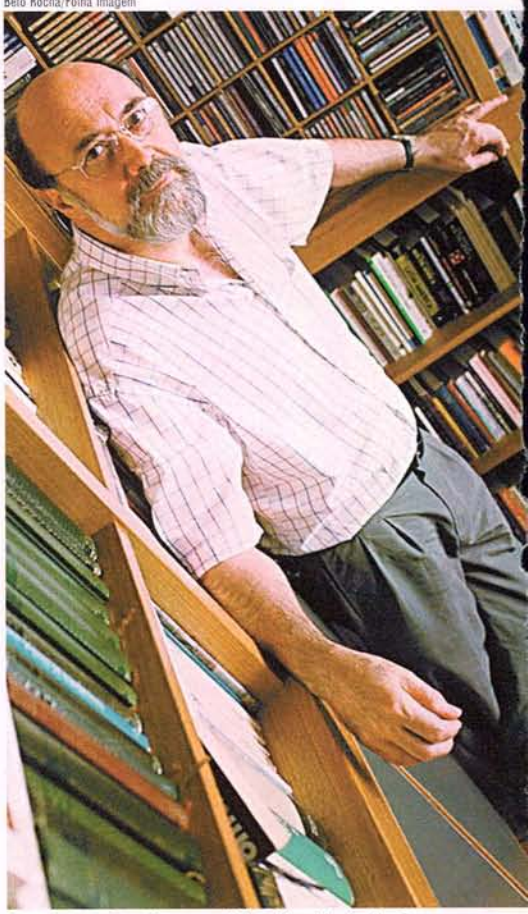
Migração Outra deficiência do sistema partidário vigente, evidenciada com a crise do mensalão, é a facilidade com que os parlamentares podem trocar de partido. Nada mais, nada menos do que 145 deputados federais eleitos em 2002 mudaram de partido pelo menos uma vez, o que representa quase 30% das 513 cadeiras. No total, ocorreram 217 migrações, pois 47 deputados mudaram mais de uma vez. A intensidade das trocas de partidos pelos deputados federais significa fraudar o eleitor, afirma Lamounier, "pois o mínimo que ele espera é que seu candidato continue no partido pelo qual foi eleito". Ele faz uma comparação com as relações de negócio. "Ninguém vai investir numa empresa que trocou o seu presidente dez vezes nos últimos dois anos."

Para tentar conter as mudanças, a CCJC aprovou em junho uma alteração no regimento interno da Câmara dos Deputados que, se aprovada em plenário, usará a formação da bancada nas eleições como critério para a distribuição dos cargos em comissões. Até a eleição de Cavalcanti, a presidência da Casa ficava com o partido que tinha a maior bancada, mas valia a existente na posse dos deputados federais. O balanço de poder nas bancadas também servia para definir os presidentes das principais comissões, cargos que são cobiçados pelo potencial de influir nas decisões e pela alentada estrutura de suporte, desde os espaçosos gabinetes até a assessoria que fica à disposição.

Na opinião de Abrúcio, essa mudança regimental não será suficiente para conter a migração dos deputados, motivados pela possibilidade de indicarem pessoas para cargos no Executivo Federal ou para que os próprios parlamentares os assumam. Não é por outra razão que houve tantas trocas logo depois das eleições de 2002, na maioria das vezes em direção aos partidos-membros da base de apoio do governo Lula. Ele acha correta a proposta, em fase de discussão na CCJC, que amplia de um para dois anos o prazo de filiação partidária necessário para que alguém concorra a qualquer cargo eleitoral pela agremiação. "A falta de fidelidade partidária prejudica a imagem do Congresso perante os eleitores", diz.

O cientista político Limongi considera que o tema não é relevante, até porque não existe qualquer limitação à troca de partidos em países como Estados Unidos, França ou Inglaterra, mas é um fenômeno de democracias que promulgaram suas Constituições no período mais recente, como a Espanha. "Não dá para voltar ao período da ditadura militar, quando a fidelidade partidária era imposta", afirma.

Beto Rocha/Folha Imagem

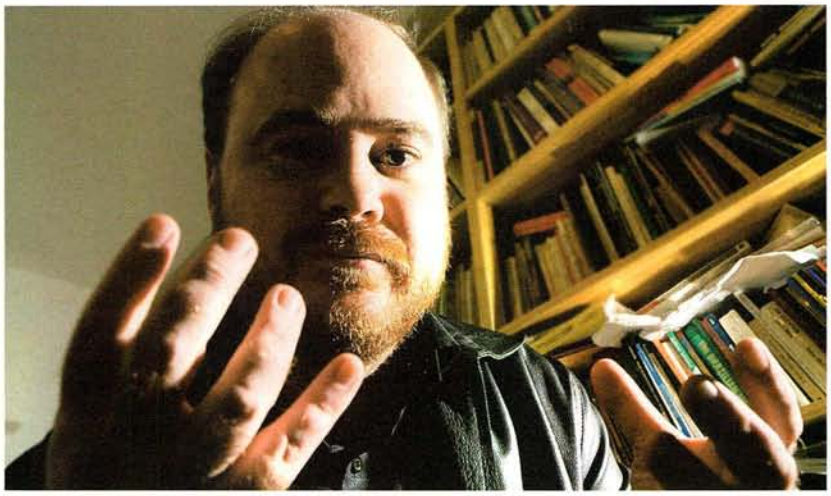


Para Lamounier (à esquerda) e Almeida (acima)

De acordo com o cientista político Carlus Ranulpho Felix de Melo, em seu artigo "Migração partidária na Câmara dos Deputados", até 1990 as trocas de partidos foram impulsionadas pela reagrupação partidária, mas dali em diante passaram a obedecer a lógica da competição político-eleitoral, com a concentração no primeiro ano do mandato, quando os deputados buscavam a melhor legenda, já de olho nas eleições municipais do ano seguinte. Melo, que é professor do Departamento de Ciências Políticas da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, mostra que na década de 90 o Partido Comunista do Brasil (PcdoB) foi o que registrou a

fidelidade partidária são as que têm mais chances de aprovação em 2005

Filipe Araújo/AE



Valéria Gonçalves/AE

reforma política só depois de passada a crise. Para Abrúcio, lista fechada não funcionará

menor troca, pois apenas 6% de sua bancada na Câmara de Deputados mudou. Os campeões foram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Liberal (PL), com, respectivamente, 44% e 57% de migração em suas bancadas de deputados federais.

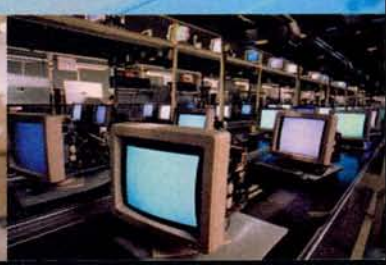
Barreira Outra mudança prevista no projeto de reforma política aprovado pela CCJC é a tentativa de barrar a representação de pequenos partidos, muitos dos quais não têm nenhuma base ideológica e são acusados de vender vagas a quem deseja disputar cargos de vereador ou de deputado estadual e federal. A chamada cláusula de barreira está prevista na legislação eleitoral desde 1995, quando estabelecia que somente teriam direito a representação parlamentar os partidos que conseguissem 5% dos votos válidos – excluídos os brancos e nulos – nacionalmente (leia quadro na pág. 19).

Agora, a proposta que emergiu da CCJC propõe reduzir a 2% a votação requerida nacionalmente, para assegurar a representação nas diversas Casas do Legislativo. Se estivesse em vigor a exigência de 5% dos votos em escala nacional, apenas os seguintes partidos, entre os 27 registrados no TSE, teriam direito a representação parlamentar, levando-se em conta os resultados de 2002: PT, PMDB, PSDB, PFL, PP, Partido Socialista Brasileiro (PSB) e PDT. Se aprovada a cláusula de barreira de 2%, também entrariam na lista os seguintes partidos: PTB, PL, Partido Popular Socialista (PPS), PCdoB e Partido da Reedificação da Ordem Nacional (Prona), sempre de acordo com os resultados de 2002 (veja tabela na pág. 21).

A mudança na legislação eleitoral com mais chance de aprovação no Congresso é o fim da obrigatoriedade de verticalização das coligações partidárias. Pelas regras definidas em 2002 pelo TSE, os partidos com candidatos à Presidência da República são obrigados a repetir a mesma aliança nos estados e municípios. A proposta já tinha sido aprovada no Senado e foi acatada em junho pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados, assegurando aos partidos autonomia para fazer suas coligações eleitorais. Assim, um partido pode participar de uma coligação num estado diferente daquela feita em escala nacional. Na avaliação de Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado, o fim da verticalização das coligações e o fortalecimento da fidelidade partidária são as alterações que têm mais chance de ser aprovadas neste ano.

Enfim, os parlamentares, especialmente os deputados federais, estão de olho na percepção pública da imagem do Congresso. Não receberam boas notícias com a divulgação de pesquisa feita pelo instituto Datafolha em julho, pois o índice de reprovação à Câmara e ao Senado atingiu o patamar mais alto dos últimos 12 anos: 46% dos entrevistados classificam como ruim ou péssima a atuação de senadores e deputados; 36% apontam como regular; e 11% como ótima ou boa. A avaliação só foi pior em 1993, quando uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigou o desvio de verbas públicas por deputados federais no "escândalo do Orçamento". Naquela ocasião, 56% dos brasileiros consideravam o desempenho dos congressistas ruim ou péssimo.

O Governo Federal não vai mais cobrar o PIS/COFINS sobre computadores de até R$ 2,5 mil.



SECOM/PR

E daí?

E daí que os preços dos computadores serão reduzidos para o consumidor.

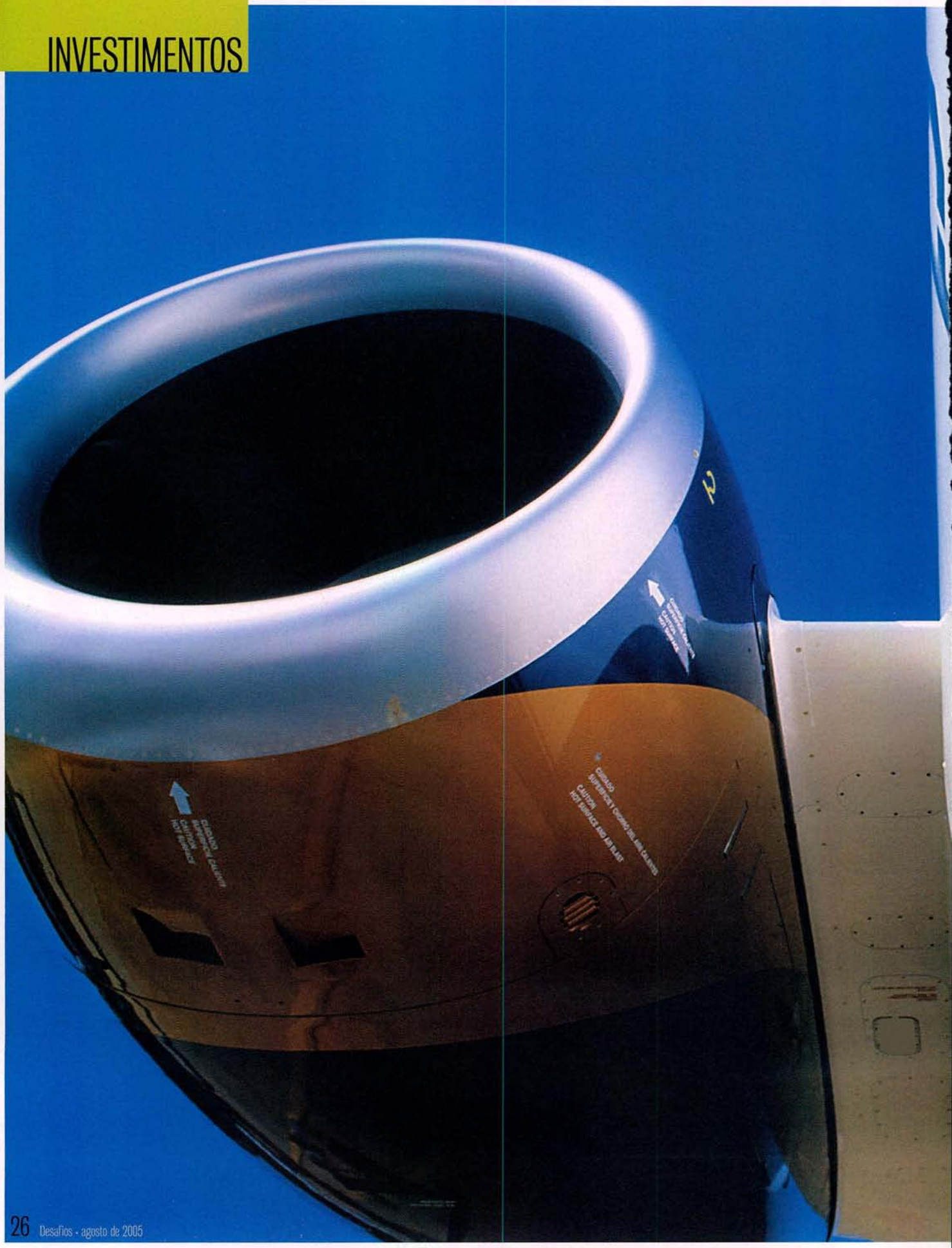
E daí que, com preços menores, mais pessoas vão poder comprar um computador.

E daí que, com acesso à informática, mais pessoas poderão ampliar seus conhecimentos e ter mais oportunidades no mercado de trabalho.

E daí que é assim que a gente faz um país de todos.

O que precisa ser feito está sendo feito:
menos impostos, mais produção e daí mais empregos e renda.

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL



Iara Venanzi/Kino

O céu é o limite

Para sobreviver num mercado globalizado, as empresas brasileiras precisam ocupar espaço no exterior, mas o país ainda não definiu que estratégia adotar nesse sentido

Por **Andréa Wolffenbüttel**, de São Paulo

No ano passado, as empresas brasileiras investiram 9,5 bilhões de dólares

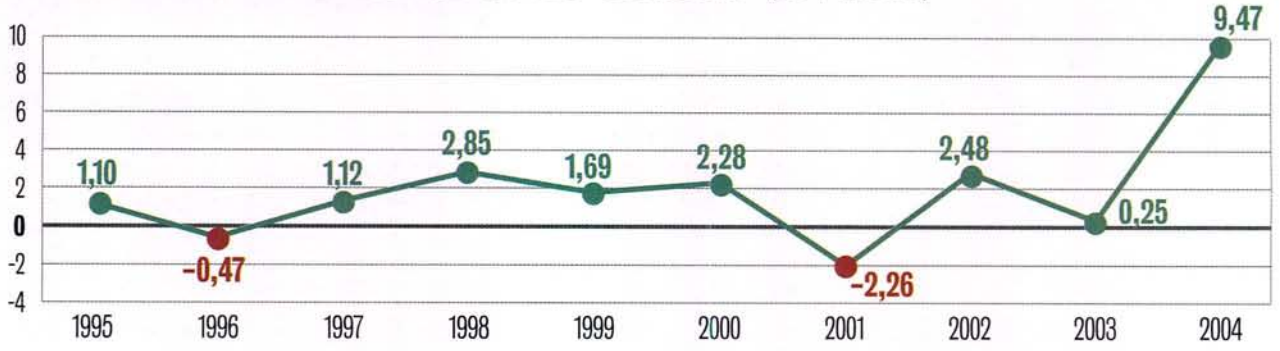
Todo brasileiro sente uma ponta de orgulho quando, ao caminhar pela 5.ª Avenida, no coração de Nova York, depara com a luxuosa loja da H.Stern. É quase impossível não parar na frente da vitrine e observar as águas-marinhas, as turmalinas e os topázios, pedras preciosas tão nacionais, que enfeitam as jóias. É bom ver uma marca local brilhando na principal via da cidade mais importante do mundo. Mas, além de fazer bem à nossa auto-estima, ter firmas globais é fundamental para um país que pleiteia um lugar à mesa de negociações ao lado das grandes potências. "Não há outra opção nem outro caminho. Ou as empresas se internacionalizam, ou serão internacionalizadas à força." Assim o embaixador Rubens Ricúpero, ex-secretário-geral da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento, definiu o desafio a ser enfrentado pelas grandes companhias. E, pelo que indicam os números, as brasileiras estão aceitando o conselho. No ano passado, cerca de 9,5 bilhões de dólares foram investidos por elas em operações no exterior. O valor, por si só, já impressiona, mas, se for comparado aos 250 milhões gastos em 2003, o impacto é ainda maior (veja gráfico abaixo). Ele nos coloca no mesmo patamar de países como Itália e Suíça, que em 2003 aplicaram quantias semelhantes fora de suas fronteiras.

Porém, na visão dos especialistas, esse montante precisa se repetir por muitos anos para que o Brasil acompanhe de perto aquela que pode ser considerada a terceira onda de internacionalização das empresas. A primeira ocorreu no pós-guerra, quando as gigantes norte-americanas e européias expandiram seus negócios. A segunda foi na década de 70, quando as asiáticas seguiram o modelo. E a terceira é agora, quando a globalização transforma o mundo num só mercado, sem fronteiras, onde a competição não obedece a nenhum critério geográfico. "Há muitas firmas de ponta brasileiras que precisam reagir rapidamente. Se elas não se tornarem multinacionais, virão as estrangeiras, que tomarão o mercado, e elas acabarão sendo compradas", alerta David Travesso Neto, gerente do projeto Global Players, da Fundação Dom Cabral, voltado para a definição de estratégias de fortalecimento da posição das empresas brasileiras no mercado internacional.

Desarticulação Na avaliação de Travesso, um dos problemas a ser enfrentado é a falta de articulação entre a iniciativa privada e o governo para a definição de uma política de internacionalização. "Não há ainda um pensamento definido sobre qual deve ser a postura brasileira nesse processo. Não há política institucional, nem para apoiar nem para dificultar. Há um discurso sobre a necessidade de termos companhias globais, mas não há prática", diz ele.

O discurso ao qual Travesso se refere é proferido especificamente pelo titular do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC), Luiz Fernando Furlan. Em evento promovido pelo projeto Global Players, no final de maio passado, em São Paulo, Furlan disse saber que não existe país de Primeiro Mundo sem empresas de Primeiro Mundo e que é vontade do presidente Lula que o governo estimule o desenvolvimento de, pelo menos, uma dúzia de multinacionais brasileiras. Entretanto, não é fácil descobrir onde está o estímulo. A assessoria de comunicação do MDIC informou que não há ninguém no órgão que possa dar entrevista sobre a política de investimentos brasileiros no exterior. No Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) não foi diferente. Os assessores comunicaram que não há linhas especiais de financiamento para a instalação das empresas fora do país. Os pedidos de crédito são estudados como quaisquer outros e podem ser aprovados, mas não há nenhum tratamento diferenciado. "O problema é que os ganhos da internacionalização não são tão claros e mensuráveis, e muita gente ainda acha que investir lá fora pode ser ruim para o país porque é dinheiro que sai. As pessoas, mesmo empresários e governantes, não percebem que a internacionalização, quando bem-feita, deixa a empresa mais competitiva, agrega tecnologia, supera barreiras,

Investimentos brasileiros no exterior (US$ bilhões)



Fonte: Banco Central

no exterior, enquanto que em 2003 foram aplicados apenas 250 milhões

Divulgação

Loja da H.Stern em Nova York: aposta em 12 países já resultou na abertura de 160 pontos-de-venda

abre novos mercados e facilita o acesso ao crédito. Essa falta de compreensão dificulta a criação de políticas de incentivo."

Quase todos concordam com Travesso quando ele fala sobre as vantagens obtidas pelas firmas que investem no exterior, mas poucos acham que seja uma questão de Estado, mesmo conhecendo os exemplos de nações asiáticas, como Coréia, Cingapura e China, que implantaram estratégias agressivas para o desenvolvimento de empresas transnacionais em setores considerados por elas como estratégicos. A própria Embraer, tida como a maior empresa global privada do Brasil, acha que o governo não deve interferir no processo de internacionalização. "Essa é uma decisão interna da companhia e o governo não tem nada a ver com o assunto", declara Henrique Rzezinski, vice-presidente executivo de relações exteriores da Embraer. Ele conta que a internacionalização se deu como conseqüência natural do mercado de aviação. Mais de 90% da produção é exportada e foi necessário estabelecer pontos de atendimento mais próximos dos clientes. "Ninguém compra um avião se não houver completa confiança na qualidade do produto e é muito mais fácil estabelecer essa confiança quando se está por perto", diz Rzezinski. Essa necessidade levou a Embraer a ter postos de venda e manutenção nos Estados Unidos, na França e em Cingapura. Em 2002, formou uma joint venture com a chinesa Avic II e estabeleceu a primeira fábrica fora do país. No final de 2003, fez a mais recente aplicação no exterior: por 15 milhões de dólares comprou a Ogma, empresa portuguesa de manutenção de aeronaves. A próxima investida da

Não há ainda um pensamento definido e nem uma política institucional sobre qual

Ricardo Stuckert/ABr

Eventos como o Ano do Brasil na França ajudam a superar barreiras culturais e comerciais

Um movimento em bloco

A crescente internacionalização das empresas brasileiras não é um movimento isolado. Um estudo elaborado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (Unctad) constatou que os investimentos externos das firmas de países em desenvolvimento vêm apresentando crescimento superior aos das companhias sediadas nos países ricos. No período entre 1990 e 2003, as aplicações das empresas de países em desenvolvimento aumentaram 6,1 vezes, enquanto as originadas nas economias mais fortes cresceram 3,5 vezes. E não é só o volume de dinheiro que é maior, o número de países em desenvolvimento que aplicam em operações no exterior também deu um salto: de 70 em 1995 passou para 122 em 2003. O grande impulso vem da Ásia, que respondeu sozinha por 67% dos investimentos externos de países em desenvolvimento em 2003. Enquanto isso, a América Latina e o Caribe desembolsaram 28,5% e a África apenas 2,8% montante aplicado. O Brasil demorou mais do que seus vizinhos para entrar no processo de internacionalização. Durante praticamente toda a década de 90, a média anual de investimentos externos realizados pela Argentina foi de 1,6 bilhão de dólares, a do Chile foi de 860 milhões de dólares e a brasileira ficou nos 500 milhões de dólares. Mas em 2004 o desempenho das companhias brasileiras superou as expectativas e foi o mais alto da América Latina. A pesquisa da Unctad mostra que a globalização é um motor que acelera os investimentos externos como um todo. Na década de 80, os recursos aplicados em operações fora das fronteiras nacionais correspondiam a cerca de 2,3% da formação bruta de capital fixo do mundo. Nos últimos anos, esse percentual chegou a 9,4%. Para as economias em desenvolvimento, ele está em 2,9% e, para as mais ricas, em 11,4%, um claro indicador do caminho a ser seguido para quem tem pretensões de, um dia, reunir condições para sair do primeiro grupo e ingressar no segundo.

Embraer fora do Brasil deverá ser no ramo da aviação militar nos Estados Unidos, onde praticamente todas as companhias aéreas comerciais usam aviões de fabricação brasileira.

A internacionalização da Embraer é um exemplo de operação em que o dinheiro aplicado fora país volta na forma de aumento das exportações. Para casos como esse, muitos acham que pode haver uma estratégia de incentivo oficial. Armando Castelar, pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), acredita que é preciso muita cautela na hora de conceber uma política de estímulo à globalização das empresas. "Há situações em que os investimentos no exterior são prejudiciais ao país porque reduzem as vendas externas. Para esses não se justifica usar os recursos do contribuinte", alerta. Castelar coordenou, em 2002, um amplo estudo sobre o desafio das exportações, no qual há um capítulo exclusivamente dedicado à promoção das vendas ao exterior via internacionalização das firmas. Ele constatou que, na época, dois fatores dificultavam o estabelecimento das

empresas nacionais fora do país. O primeiro era a ausência de cultura e visão internacionais. O país passou décadas praticando uma intensa política de incentivo às exportações e o empresariado se acostumou a ver o mercado estrangeiro apenas como cliente, e não como um campo a ser explorado *in loco*. De lá para cá, o Brasil mudou de postura, começou a participar de vários eventos internacionais e a distância entre o mercado interno e o externo diminuiu. Diversas viagens presidenciais acompanhadas por comitivas de empresários também ajudaram a romper as barreiras culturais. Portanto, esse passo já foi dado. O segundo empecilho era, e continua sendo, a falta de crédito. Esse é um ponto delicado e Castelar volta a afirmar que é necessário muito critério para a definição dos setores que merecem crédito e em que condições. E ele lembra que ter empresas globais implica em sério risco: nem sempre elas permanecem brasileiras.

Ressaca Um exemplo ainda bem vivo na memória de todos os brasileiros é o caso da Ambev. A fusão das duas maiores fabricantes nacionais de cerveja – Antarctica e Brahma –, em 2000, criou uma gigante em termos mundiais, com presença em diversos países. Quatro anos depois, a belga Interbrew adquiriu mais de 20% das ações da Ambev. A empresa continua sendo majoritariamente nacional, mas passou a ser controlada por uma estrangeira e deixou um gosto estranho no paladar dos brasileiros. Em compensação, colocou a marca Brahma estampada nas garrafas que circulam por bares de mais de 20 países. A união também fez crescer significativamente a remessa de dinheiro para fora do país, pois cerca de metade dos 9,5 bilhões de dólares investidos pelas firmas brasileiras no exterior, em 2004, foram remetidos pela Ambev. Portanto, mais um desafio a ser enfrentado no inevitável caminho da internacionalização das firmas é manter um ambiente atrativo que garanta que as remessas de lucros continuem tendo como destino o Brasil. A criação dessas condições passa por proble-

Algumas empresas brasileiras com operações no exterior

AMBEV
Sede Jaguariúna/SP
Número de funcionários 18 mil
Presença internacional Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guatemala, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela

EMBRACO
Sede Joinville/SC
Número de funcionários 10 mil
Presença internacional China, Eslováquia, EUA, Itália e México
Destaque detém 25% do mercado mundial de compressores

EMBRAER
Sede São José dos Campos/SP
Número de funcionários 16,4 mil
Presença internacional Cingapura, China, EUA, França e Portugal
Destaque exporta 98% de sua produção

GERDAU
Sede Porto Alegre/RS
Número de funcionários 24 mil (66,5% no Brasil, 29,8% no Canadá e EUA e 3,7% na Argentina, Chile e Uruguai)
Presença internacional Argentina, Canadá, Chile, EUA e Uruguai
Destaque maior produtor de aços longos de todas as Américas

NATURA
Sede Cajamar/SP
Número de funcionários 3,2 mil
Receita vinda do exterior 3%
Presença internacional Argentina, Bolívia, Chile, França e Peru

PETROBRAS
Sede Rio de Janeiro/RJ
Número de funcionários 47 mil
Presença internacional Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, EUA e Nigéria

TIGRE
Sede Joinville/SC
Número de funcionários 2,5 mil (estimado em 2004)
Presença internacional Argentina, Bolívia, Chile e Paraguai

GRUPO ULTRA
Sede São Paulo/SP
Número de funcionários 6,7 mil
Presença internacional México

VOTORANTIM
Sede São Paulo/SP
Número de funcionários Grupo 28 mil, Votorantim Cimentos 8,4 mil, sendo 1,6 mil no exterior
Presença internacional Alemanha, Bahamas, Bélgica, Canadá, EUA e Holanda

WEG
Sede Jaraguá do Sul/SC
Número de funcionários 13,5 mil
Presença internacional Alemanha, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Colômbia, Espanha, EUA, França, Holanda, Índia, Inglaterra, Itália, Japão, México, Portugal, Suécia e Venezuela
Destaque maior indústria de motores elétricos da América Latina

Divulgação

Unidade da Oxiteno no México: operação no exterior abriu as portas do mercado norte-americano

mas complexos, tais como o fortalecimento do mercado de capitais e o aumento da oferta de crédito.

Empurrão Porém, contraditoriamente ao que possa parecer, às vezes são os problemas internos que acabam acelerando a decisão de investir no exterior. Foi por causa da estagnação da economia que a Oxiteno, uma das maiores empresas nacionais do ramo de petroquímica, começou a olhar com interesse para além das fronteiras. Há cerca de três anos, os executivos perceberam que já tinham conquistado 75% do mercado do Mercosul e que não havia mais espaço para crescer dentro do Brasil. Resolveram comprar uma unidade fora do país. Estudaram diversos mercados e no começo de 2003 adquiriram, por 10 milhões de dólares, a mexicana Canamex. A nova fábrica no exterior trouxe diversas vantagens para o grupo, a maioria comum a todos os processos de internacionalização. Primeiro otimizou a produção, já que as especialidades das diversas plantas são complementares. "Nós importamos algumas coisas de lá, exportamos outras, e no final o produto sai mais barato", conta Paulo Cunha, diretor-presidente do grupo Ultra, holding à qual pertence a Oxiteno (leia entrevista na pág. 10). Em segundo lugar, a unidade mexicana abriu as portas do mercado norte-americano por meio do acordo de livre-comércio, Nafta, existente entre os dois países. E, por fim, a Oxiteno teve acesso a linhas de crédito com prazos e juros muito mais amigáveis do que os praticados atualmente no Brasil. Foi com financiamentos obtidos no exterior que a Oxiteno comprou, no final do ano passado, a operação da francesa Rhodia-Ster no México. Cunha conta que, na ocasião da compra da Canamex, tentou financiamento no BNDES, mas não obteve sucesso. Porém ele não reclama. Acha que o governo deve ajudar as empresas brasileiras que queiram se estabelecer no exterior, mas não necessariamente com recursos financeiros. "O que mais sentimos falta é de um apoio político, por exemplo, do Itamaraty." Ele lembra que, na década de 60, o grupo Ultra fez uma experiência de distribuição de gás na Nigéria. A operação funcionou e deu lucro, mas a companhia não conseguiu jamais tirar o dinheiro de lá e trazê-lo para o Brasil. "Acabamos tendo de vender tudo à Mobil Oil, e eles, com a pressão do governo norte-americano, em pouco tempo estavam remetendo os lucros para a matriz" conta Cunha.

Novidade O governo tem procurado suprir essa demanda com o fortalecimento de suas agências comerciais no exterior e também com maior presença em fóruns e eventos internacionais, mas ainda está longe de ter uma rede de amparo que dê tranqüilidade ao investidor. Porém, independentemente das muitas dificuldades, os analistas concordam em um ponto: a curva ascendente da globalização das empresas brasileiras é uma tendência concreta e sustentável. Mesmo setores em que o Brasil tem pouca tradição começam a aventurar-se em terras estrangeiras. É o caso da Natura, que em abril passado, inaugurou sua loja no elegantíssimo bairro de Saint-German-de-Près, em Paris. A Natura já atuava na América Latina desde 1994, onde tem uma rede de representantes nos moldes da mantida no Brasil. Porém, com a loja francesa, a empresa adota nova política de vendas e mostra que se sente madura para enfrentar o mais exigente mercado do mundo em termos de cosmética e perfumaria. O investimento total na operação francesa deve ficar em torno de 20 milhões de dólares, que serão desembolsados ao longo de três anos. "Queremos difundir a marca. Assim, levamos apenas a linha Ekos, que ressalta a biodiversidade brasileira", declara Philippe Pommez, vice-presidente internacional da Natura. Isso quer dizer que cheiros e cores bem brasileiros, tais como pitanga, maracujá e andiroba, desembarcaram na França em forma de sabonetes, cremes e colônias. Agora, aquela ponta de orgulho que surge na 5.ª Avenida também aparece diante do número 2 do Carrefour de la Croix-Rouge, assim como em várias esquinas de Buenos Aires, onde se vêem fotos de garrafas geladas da cerveja Brahma, e também nos céus norte-americanos, onde os aviões fabricados em São José dos Campos não páram de transportar os passageiros que cruzam o imenso país. O processo de internacionalização das empresas brasileiras está acontecendo, talvez de forma desarticulada e temerária, mas ele é a única maneira de sobreviver na economia globalizada do século XXI.

Informação qualificada combina com tudo.

Com negócios, cultura, moda, entretenimento, beleza, esporte e saúde mais ainda.

E mais:
- Recebimento grátis das revistas e anuários publicados no período da sua assinatura.
- Acesso total e gratuito ao conteúdo do Site Valor Online.

Assine Valor Econômico e as revistas da Editora Globo com descontos exclusivos.

Escolha a melhor opção e assine já.

6 meses de Quem

+ Valor

29,8%
de desconto

11 x R$ 50,00 s/juros

6 meses de Auto Esporte

+ Valor

20%
de desconto

11 x R$ 49,00 s/juros

6 meses de Época

+ Valor

32%
de desconto

11 x R$ 50,00 s/juros

6 meses de PEGN

+ Valor

20%
de desconto

11 x R$ 49,00 s/juros

6 meses de Marie Claire

+ Valor

21%
de desconto

11 x R$ 49,00 s/juros

Ligue e assine

(11) 2199-2199 (Grande São Paulo) **0800-701-8888** (Demais Localidades)

Ao ligar, informe o código: VE-GLO • www.valoronline.com.br

Pacotes promocionais de assinatura do jornal Valor Econômico: **(1)** 1 ano de Jornal+6 meses de revista "Quem" - à vista R$550,00 com 29,8%; **(2)** 1 ano de Jornal+6 meses de revista "Época"-à vista R$550,00 com 32% **(3)** 1 ano de Jornal+6 meses de revista "PEGN" ou "Auto Esporte" - à vista R$539,00 com 20% ; **(4)** 1 ano de Jornal+6 meses de revista "Marie Claire" - à vista R$539,00 com 21%. **Descontos já incluídos** e relacionados à soma dos preços relativos a compra diária dos exemplares avulsos do jornal pelo período de 1 ano e à compra semanal dos exemplares da revista (Época e Quem) e mensal dos exemplares da revista (PEGN, Marie Claire e Auto Esporte) no período de 6 meses. Pagamento em 11 vezes com cartão de crédito (American Express, MasterCard, Visa e Dinners) ou débito em conta corrente e 6 vezes no boleto bancário. Caso o assinante não se manifeste contrariamente, em caso de pagamento com cartão, a assinatura será renovada automaticamente ao término do período contratado. **A renovação da assinatura não importa em nova concessão de edições das revistas. Em caso de cancelamento da assinatura do jornal o assinante deixará de receber automaticamente os exemplares remanescentes das revistas.** A adesão à promoção está sujeita à confirmação da entrega do jornal no local escolhido pelo interessado. Os produtos especiais do Jornal serão distribuídos gratuitamente para os assinantes que estiverem ativos na época da circulação de cada produto. **Promoção válida até 31/08/2005.** Promoção também válida para renovação de assinatura. O Valor Econômico será responsável pela entrega do Jornal e a Editora Globo pela entrega das Revistas. Reclamações deverão ser efetuadas, no caso do Jornal, no Serviço de Atendimento ao Assinante do Valor Econômico telefones (011) 2199-2199 (Grande São Paulo) ou 0800-701-8888 (Demais Localidades) e no caso da Revista no Serviço de Atendimento das Revistas telefones (011) 3362-2000 (Grande São Paulo) ou 4003-9393 (Demais Localidades). Para assinar apenas a Revista ou o Jornal entrar em contato com o Serviço de Atendimento respectivo.

Valor Econômico
Informação que vira dinheiro.

David Travesso Neto

Os desafios da internacionalização

Divulgação

Os estudos realizados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) sobre os investimentos diretos fora do país de origem têm mostrado avanço significativo na internacionalização das empresas brasileiras. A internacionalização das empresas traz benefícios para todos, mas o processo não evoluirá sem a conjugação de esforços entre sociedade, setor empresarial e governo. No lado empresarial, houve uma significativa evolução nos objetivos estratégicos, um grande movimento para ganhar capacidade competitiva e coragem para enfrentar novas realidades. No lado da sociedade, ocorreu uma verdadeira revolução no modelo mental antes predominante, no qual a internacionalização significava criar empregos em outros países. Do lado do governo, vem um discurso cada vez mais intenso no sentido de termos presença mais marcante nos vários fóruns internacionais.

É um bom começo, mas infelizmente insuficiente para garantir o sucesso na inserção das empresas brasileiras no mercado global. Na verdade, ainda não houve compreensão da real amplitude do tema, nem foram identificados os desafios e os riscos resultantes desse processo. A sociedade começa a enxergar os ganhos indiscutíveis do crescimento além fronteiras. O antigo e o ultrapassado modelo da "empresa genuinamente brasileira" começa a ser deixado de lado, substituído pela busca da "empresa globalmente competitiva". Os ganhos decorrentes de tal movimento são inquestionáveis: nossas empresas ficam mais fortes, passam a competir em vários mercados, fortalecem sua posição no mercado local, geram mais empregos e mais riqueza.

No passado, os investimentos das empresas brasileiras no exterior tinham como objetivo o aproveitamento de benefícios em paraísos fiscais. A busca de ganhos de competitividade e ampliação de mercado é o motivador atual. O primeiro passo no processo de internacionalização é começar a exportar, associado a um esforço comercial, mas que pode ser a mera replicação do modelo local. Tornar-se efetivamente internacional exige mudanças em toda a organização para entender e aprender sobre a diversidade do mundo. O processo de internacionalização exige investimentos significativos e tem retorno demorado. Os desafios empresariais estão em dois eixos: o da estratégia e o da preparação das pessoas. Tudo começa com o desenvolvimento de competência na formulação e na implementação da estratégia de negócio e de gestão. Vantagens competitivas tradicionais, como baixo custo de produção e acesso a matéria-prima e tecnologia, continuam sendo necessárias, mas não são suficientes.

O caminho do sucesso implica em que as organizações se desgarrem do passado para poder entender as novas realidades. Alianças, aquisições e integração são palavras que passam a ter significado mais amplo e mais complexo. O exercício do "compartilhamento de poder" em fusões e aquisições deverá ser intensificado, em contrapartida aos projetos individuais que prevaleceram nos últimos anos. Palavras como expatriação, "impatriação" e repatriação têm de ser adicionadas ao vocabulário dos gestores de pessoas. Será preciso abrir nossas fronteiras e nossas cabeças para a contratação de estrangeiros pelas empresas brasileiras.

Transformações significativas na sociedade também serão essenciais. Nosso sistema educacional terá de ser aprimorado muito além do necessário para atender às necessidades atuais. A infra-estrutura deverá ter padrões de primeira classe. Governo, leis e regulações deverão também assumir padrões internacionais. Políticas públicas adequadas terão de ser desenhadas e implementadas. A internacionalização é um processo que exige mais do que ações para encorajar, mas também para promover, e necessita, acima de tudo, de liderança. A exigência é ser globalmente competitivo para evitar que o Brasil se restrinja ao papel de uma eficiente plataforma de transformação de matéria-prima.

"O sucesso no processo de internacionalização implica em que as organizações se desgarrem do passado para poder entender as novas realidades"

David Travesso Neto é responsável pelo projeto Global Players, da Fundação Dom Cabral

A informação certa, no momento exato, pronta para ser utilizada.

Através das ferramentas digitais você tem acesso às informações trabalhadas pelo IBGE no momento exato, prontas para serem utilizadas. Para se manter sempre atualizado sobre as ferramentas digitais, consulte o portal do IBGE na Internet:

www.ibge.gov.br

ESTATCART é o sistema digital de recuperação de informações georreferenciadas.

SIDRA é o poderoso sistema de recuperação automática de dados, acessado através do portal do IBGE na Internet.

SERVIDOR DE MAPAS possibilita a recuperação de informações georreferenciadas em forma de mapas, através do portal do IBGE na Internet.

Banco Multidimensional de Estatísticas, BME, é uma base de dados formada por microdados originados nas pesquisas estatísticas e pela metainformação associada à sua produção. O acesso, mediante assinatura, também é realizado através do portal do IBGE na Internet.

www.ibge.gov.br
0800-218181

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Photodisc Collection/Getty Images

Por **Lia Vasconcelos**, de Brasília

Capital imaterial

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada com ministérios e empresas estatais revela a importância da gestão do conhecimento para a melhoria da eficiência e dos serviços prestados. Mostra ainda que falta uma política geral para colocar o tema na lista de prioridades.

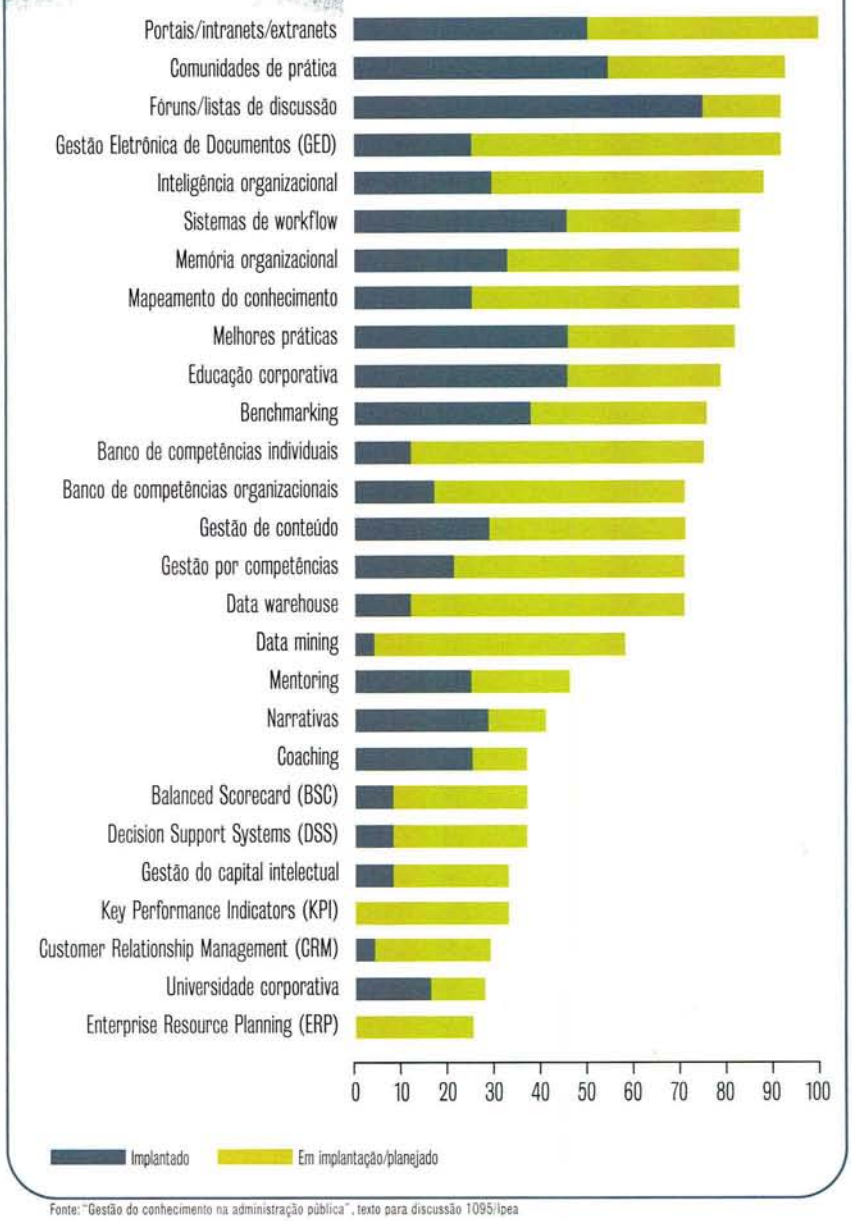
Na década de 80 a palavra de ordem dentro das empresas era qualidade. A reengenharia assumiu o centro do palco na década de 90. No começo do século XXI, o grande desafio é gerir o conhecimento criado e recriado diariamente num mundo em que o fluxo de informações cresce de forma exponencial – estimativas revelam que o volume de dados circulando no planeta dobra a cada 18 meses. A informação assume papel estratégico, mais poderoso que máquinas ou equipamentos, trabalho físico ou polpudas contas bancárias. É um capital imaterial, que pode ser o diferencial competitivo das corporações.

Um bom exemplo é o caso do microchip, que revolucionou a indústria eletrônica e abriu as portas do mundo digital. Seu valor reside, sobretudo, no conhecimento necessário para sua produção, pois é feito principalmente de silício, um elemento encontrado na areia. Nessa nova realidade, a mais importante tarefa econômica passa a ser administrar, armazenar, vender, disseminar e compartilhar o conhecimento, dentro e fora de uma organização, seja ela pública ou privada. E para isso recentemente surgiram práticas, batizadas de gestão do conhecimento, ligadas às áreas de recursos humanos e tecnologia da informação (leia box na pág. 40).

O tema virou mantra nas empresas mais competitivas do setor privado e agora começa a ganhar espaço no setor público brasileiro, como mostra o estudo "Gestão do conhecimento na administração pública", de junho de 2005, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O principal objetivo do trabalho era fazer um diagnóstico de como o conhecimento vem sendo tratado em 28 organizações da administração direta federal (ministérios e a Controladoria-Geral da União, bem como os três comandos das Forças Armadas) e seis empresas estatais. Revelou a existência de iniciativas ainda tímidas no campo da gestão do conhecimento, que resultam de ações isoladas e esforços pulverizados. Ademais, existe pouca informação sobre o tema, especialmente na administração direta, pois 40% dos ministérios consideram a preservação do conhecimento um assunto estratégico e apenas 28% colocam o tema no topo da lista de prioridades. De forma geral, as empresas públicas estão mais adiantadas no esforço de formalizar e implementar práticas de gestão do conhecimento. As estatais analisadas foram Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Eletrosul Centrais Elétricas, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Petrobras e Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). No caso das estatais pesquisadas, o estudo apontou que os objetivos na área de gestão do conhecimento têm de estar alinhados com as estratégias da corporação, ou seja, antes de mais nada a empresa estabelece suas prioridades e só então cria práticas que apóiem as diretrizes iniciais.

Eficiência Quando a sociedade cobra a melhoria da eficiência do setor público, a gestão do conhecimento ganha mais importância, pois tem relação direta com a

Estágio de implantação das práticas – todas as organizações (em %)



Fonte: "Gestão do conhecimento na administração pública", texto para discussão 1095/Ipea

capacidade de inovação. "Incentivar a criação de novos conhecimentos e preservar o que já existe é um estímulo à inovação", afirma Fábio Ferreira Batista, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea, coordenador do estudo sobre o setor público federal. Além disso, "a gestão do conhecimento no setor público pode ser muito importante para recuperar a capacidade de governança do Estado brasileiro", sustenta Fernando Pacheco, assessor de planejamento e desenvolvimento da Escola de Governo do Paraná e um dos autores da pesquisa do Ipea. Para ele, a adoção de tais práticas ajudará a otimizar o uso dos recursos orçamentários e a atender à demanda crescente por serviços públicos de qualidade.

O estudo detectou obstáculos para a implementação de processos de gestão do conhecimento, como a inexistência de indicadores, a dificuldade de capturar o conhecimento não documentado, deficiências de capacitação do pessoal e a falta de tempo ou de recursos para compartilhar o conhecimento de forma concreta na rotina diária. "O processo não é fácil", conta Isamir Carvalho, coordenadora do comitê permanente de gestão do conhecimento organizacional do Serpro, vinculado ao Ministério da Fazenda. Até porque as iniciativas da instituição foram postas em prática pelos próprios funcionários, sem a ajuda de consultoria externa. "Destacamos grupos com a missão de descobrir os caminhos para viabilizar nossos planos. A construção da nossa árvore do conhecimento levou seis meses e tivemos mais um tempo de ajuste, cerca de seis meses também, para treinar todo mundo", conta.

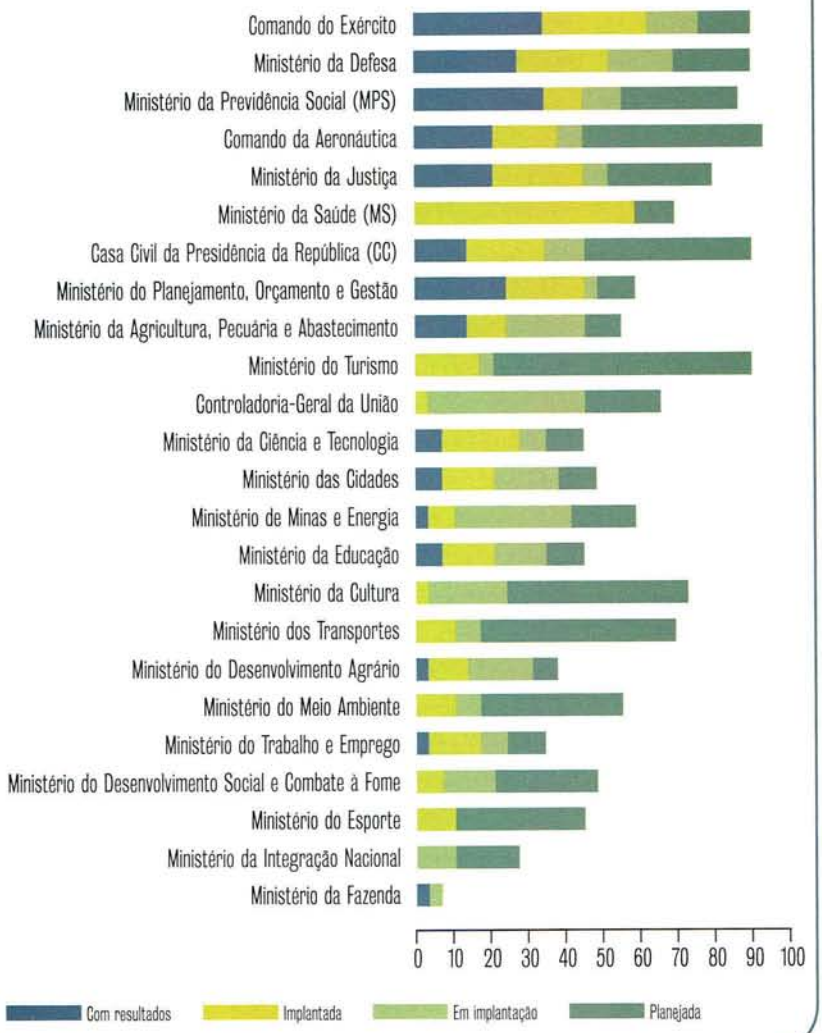
Ricardo B. Labastier/Sorvo

Isamir Carvalho, do Serpro, conta que a construção da árvore do conhecimento demorou seis meses

O Serpro é a maior empresa pública brasileira de prestação de serviços em tecnologia da informação. São cerca de 8,6 mil funcionários espalhados pelo Brasil inteiro. Uma das práticas mais bem-sucedidas da organização, que elegeu, em 1999, a gestão do conhecimento como uma de suas prioridades, é a árvore do conhecimento, uma estrutura eletrônica de classificação de temas, ramos e assuntos. Os conteúdos ficam disponíveis a todos os funcionários da organização (alguns com amplo nível de acesso, outros mais restritos) por meio da intranet, um portal interno da empresa que facilita o acesso dos colaboradores às informações corporativas. Todos os funcionários podem – e devem – enviar documentos à árvore, que antes de incluídos são analisados pelos gestores de conteúdo de cada departamento. Já fazem parte da árvore cerca de 6 mil documentos.

"A idéia é que os funcionários possam registrar, compartilhar e reutilizar os conhecimentos disponíveis. Essa dinâmica proporciona mais rapidez e evita retrabalho, o que culmina numa melhora dos serviços prestados pela empresa", acredita Carvalho. Outra iniciativa é a chamada gestão por competências, cujo objetivo é registrar e administrar as informações relativas aos conhecimentos dos funcionários,

Estágio de implantação por organização – Todas as práticas (em %)



Fonte: "Gestão do conhecimento na administração pública", texto para discussão 1095/Ipea

o que permite que a empresa saiba o que os seus colaboradores sabem. Assim, é possível evitar problemas quando um funcionário detentor de conhecimentos específicos se afasta ou se aposenta.

No Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), foi montado, há dois anos, um comitê para cuidar especificamente da gestão do conhecimento produzido dentro da organização. Para sensibilizar os funcionários, a empresa lança mão de palestras para explicar os conceitos e apresentar as boas práticas que devem ser replicadas. "A mobilização era pequena no início, mas o interesse vem crescendo. Essa tem sido nossa maior dificuldade porque o programa implica na adesão de todos para dar certo. A mudança da cultura dentro de uma organização não é algo trivial", afirma Paulo Roberto Braga e Melo, chefe da divisão de informação tecnológica do Inmetro.

Parceria "É fundamental criar programas de sensibilização porque muita gente não entende o que é gestão do conhecimento. Em geral, o processo apenas está começando na área pública e ainda há muito a caminhar", diz Paulo Fresneda, coordenador do comitê técnico de gestão do conhecimento e informação estratégica do governo federal. O comitê foi criado em 2003 com o objetivo de centralizar as informações federais sobre o assunto, promover trocas de experiências e formular uma política pública de gestão do conhecimento. Para incentivar uma mudança nesse cenário, o comitê está tomando duas providências: uma série de cinco eventos em diferentes capitais em parceria com a Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC) e o planejamento de um programa de capacitação para os diversos níveis dos órgãos federais em conjunto com a Escola Nacional de Administração Pública (Enap). A escola já oferece uma disciplina em gestão do conhecimento para os cursos de especialização, além de, internamente, promover a sistematização de um banco de dados com informações de seus alunos e colaboradores.

O Banco do Brasil (BB) também colocou a gestão do conhecimento como meta prioritária em 2001, quando criou a Universidade Corporativa para solucionar um problema: como levar educação a seus cerca de 84 mil funcionários espalhados pelo país inteiro? Além de oferecer cursos de formação profissional (graduação e pós-graduação), a universidade promove programas de capacitação, sempre a distância, por meio da intranet, da TV corporativa e de apostilas de estudo. No total, são 150 mil diferentes opções de treinamento por ano. Pedro Paulo Carbone, gerente executivo de educação corporativa do BB, explica que a gestão por competências e a disseminação e o compartilhamento da informação são práticas no âmbito da universidade. "Esse mapeamento das competências permite ao banco esquadrinhar se há algum gargalo entre o que o funcionário sabe e o conhecimento exigido pelo cargo. Isso nos permite criar programas específi-

Seis anos de atividade, a Plataforma Lattes, banco de dados do CNPq, já acumula

Nas salas de treinamento da Universidade Corporativa do Banco do Brasil, os funcionários passam por duas semanas de treinamento para que aprendam a usar as

cos que ajudam as pessoas a alcançar a competência numa função específica." Um sistema eletrônico registra as melhores práticas de cada agência e permite a disseminação e o compartilhamento da informação, explica. "Para aprender a usar essas ferramentas e ter acesso a todas as informações, os funcionários passam por duas semanas de treinamento logo que entram no banco", informa Carbone.

Portal Em 1999, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desenvolveu um conjunto de sistemas de informação e bases de dados, batizado de Plataforma Lattes, para auxiliar na gestão do conhecimento da produção científica brasileira. A intenção era promover a integração de toda a produção tecnológica, científica, artística e cultural do país. O projeto, já maduro e de âmbito nacional, transformou-se num portal com acesso gratuito em que professores, pesquisadores, estudantes e outros interessa-

Conhecimento é estratégico

Por tratar-se de um tema relativamente novo e de uma prática emergente, o conceito de gestão do conhecimento pode ganhar variadas interpretações, todas válidas e complementares. Desde a década de 80, o assunto desperta o interesse, e muitas organizações tomaram iniciativas para compartilhar e transferir o conhecimento já existente. Mas o que vem a ser a gestão do conhecimento? De maneira genérica, pode-se dizer que são práticas de gestão organizacional voltadas para produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro das organizações, bem como para promover o intercâmbio de experiências com o mundo externo.

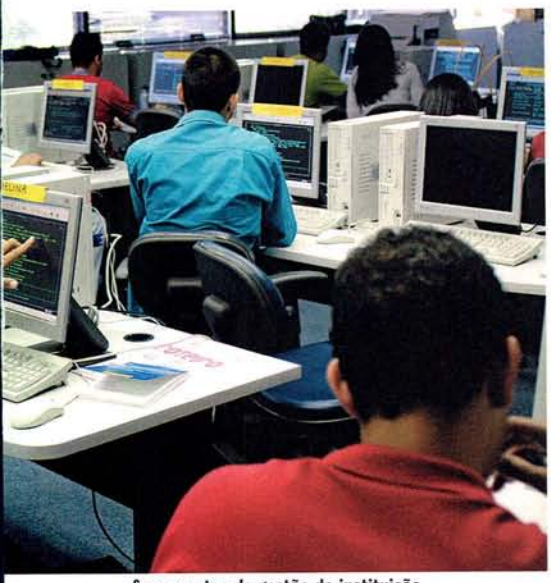
Essas iniciativas podem ser classificadas de acordo com três categorias: gestão de recursos humanos, estruturação de processos organizacionais e desenvolvimento das ferramentas de tecnologia da informação. No âmbito dos recursos humanos, a gestão do conhecimento pode ser traduzida em práticas como a instalação de fóruns de discussão, que são espaços para debater e trocar informações, idéias e experiências. Técnicas para descrever assuntos complicados, expor situações ou ainda compartilhar lições aprendidas – as chamadas narrativas – também são muito bem-vindas, assim como a existência de uma universidade corporativa que promova a aprendizagem ativa e contínua por meio de programas de educação, palestras e cursos técnicos.

Além disso, as empresas, públicas ou privadas, podem implementar um sistema de gestão por competências para avaliação dos funcionários de acordo com as necessidades essenciais da organização. Esse mapeamento detalhado ajuda a definir as habilidades necessárias para superar os gargalos existentes. Sistematizar um banco de talentos também é desejável, pois se trata de um repositório de informações sobre a capacidade técnica, científica, artística e cultural das pessoas.

A base tecnológica de suporte à gestão do conhecimento é imprescindível para tornar acessíveis as informações e permitir que elas transitem sem obstáculos dentro da organização. Nesse cenário, ferramentas como portais e intranets desempenham papel fundamental na difusão do conhecimento e de experiências entre trabalhadores e departamentos.

550 mil currículos e 20 mil grupos de pesquisa e contribui para a integração

Fotos Ricardo Labastier/Sorvo



ferramentas de gestão da instituição

Evando Mirra: a Plataforma Lattes permite um conhecimento inédito das realizações

dos cadastram seu currículo e grupos de pesquisa, formando uma enorme base de dados pública. Nesses seis anos de atividade, a Plataforma Lattes já acumula 550 mil currículos e 20 mil grupos de pesquisa. "A Plataforma viabiliza a construção de indicadores e a análise das múltiplas facetas da geração e incorporação de conhecimento na sociedade, de uma forma até então fora do nosso alcance", acredita Evando Mirra, presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e um dos idealizadores da Plataforma, quando foi presidente do CNPq. "É uma inovação que produz forte impacto, pois garante a cada instituição um conhecimento inédito de suas realizações. Além disso, permite uma visão integrada da pesquisa e do desenvolvimento em curso no país, cria novas articulações entre os atores e abre espaços de inteligência para intervenções bem informadas das agências e dos organismos públicos e privados promotores e usuários da pesquisa", avalia.

Para que essas iniciativas deixem de ser fruto de iniciativas isoladas e esforços pulverizados e passem a ser práticas constantes e rotineiras, o estudo do Ipea considera fundamental a definição de uma política geral de gestão do conteúdo por parte do governo e elenca algumas prioridades: criação de unidades específicas ou comitês formais de gestão do conhecimento nos ministérios, com a atribuição de propor e implementar estratégias e coordenar ações; a instituição de um comitê interministerial para definir um plano de ação governamental em relação ao tema; e montagem de programas de sensibilização e capacitação permanentes em gestão do conhecimento para a alta administração, chefias intermediárias e servidores em geral.

A inteligência e a imaginação assumem papel cada vez mais importante na criação de valor. Mas não é fácil, mesmo no setor privado, colocar a gestão do conhecimento no centro da preocupação das organizações, pois envolve mudanças culturais e comportamentais. É preciso criar mecanismos de motivação para que os especialistas compartilhem seu saber com seus pares. E desenvolver a cultura de uma economia de rede, com cada membro da equipe sincronizado com os outros. Ajuda, nesse processo de mudança cultural, a adoção de práticas de gestão do conhecimento, como a criação de "árvores" que organizam os dados, ou seja, o registro de informações fundamentais sobre processos, produtos e serviços de uma empresa. Outra forma é a instituição das narrativas, que são técnicas para debater assuntos complicados, compartilhar as lições aprendidas e trocar experiências e opiniões.

"É muito importante criar um processo de sensibilização, porque a gestão do conhecimento implica um misto entre mudança de cultura, treinamento de pessoas e emprego de novas tecnologias e processos", afirma Elizabeth Gomes, diretora da SBGC. Sabiamente, já dizia Jonh Donne, poeta inglês do século XVI, que "nenhum homem é uma ilha, sozinho em si mesmo; cada homem é parte do continente, parte do todo". Afinal, o conhecimento é hoje o recurso estratégico mais importante da nossa era e torna-se ainda mais poderoso quando compartilhado.

Saiba Mais:

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
www.ipea.gov.br

Sociedade Brasileira de Gestão do Conhecimento (SBGC)
www.sbgc.org.br

Plataforma Lattes
http://lattes.cnpq.br

Fábio Ferreira Batista

Conhecimento desperdiçado

Divulgação

A qualidade dos serviços prestados e a efetividade das ações de órgãos e entidades da administração pública dependem cada vez mais da gestão do conhecimento, isto é, da maneira como se promovem a geração, o registro, o compartilhamento, a transferência e a utilização do conhecimento nas organizações públicas.

A história do violino Stradivarius, considerado um dos melhores do mundo, ilustra bem um dos desafios da transferência de conhecimento. Em abril de 2004, um violino no valor de 3,5 milhões de dólares foi furtado – e posteriormente encontrado numa lata de lixo – da Associação Filarmônica de Los Angeles, nos Estados Unidos. O instrumento é assim valioso porque seu fabricante, Antonio Stradivari, que viveu entre os séculos XVII e XVIII, era um talentoso artesão e sabia como ninguém escolher a melhor madeira, confeccionar e aplicar o verniz e fabricar o produto de tal forma que o violino Stradivarius é apreciado mundialmente por duas características: som potente e ampla gama de tons graves e agudos.

Hoje existem no mundo apenas 60 violinos Stradivarius e os fabricantes – apesar de todo o desenvolvimento científico e tecnológico – não conseguem produzir instrumentos como os confeccionados por Antonio Stradivari, pois sua técnica não foi transferida para outros artesãos, trata-se de um conhecimento perdido. Os únicos capazes de fabricar instrumentos semelhantes eram dois dos contemporâneos de Stradivari, os quais faleceram há quase dois séculos e, como ele, também não transferiram seu conhecimento.

Anualmente, milhares de servidores públicos deixam, por várias razões – morte, aposentadoria, transferência –, as instituições em que trabalham e levam consigo o conhecimento adquirido ao longo de anos de trabalho. O trágico é que, antes de sair, nem sempre ocorre a transferência desse conhecimento para outros funcionários. Com isso, várias organizações se vêem sem profissionais qualificados para executar atividades de processos estratégicos para o cumprimento de sua missão. No caso dos servidores que se aposentam, não é raro seu retorno como "consultores" para executar as mesmas tarefas que desempenhavam antes de sair. Entretanto, muitas vezes é inevitável a queda da qualidade dos serviços prestados e da efetividade da ação das organizações.

Tal fenômeno ocorre também quando há mudança de dirigentes na instituição, pois é comum que informações estratégicas e conhecimentos relevantes deixem de ser transferidos para os membros da nova equipe à frente da organização. Diante desse quadro e refletindo sobre o caso do violino Stradivarius, surgem algumas perguntas: quantos "Antonio Stradivari" já passaram por órgãos e entidades da administração pública? Quantos ainda passarão? O que pode ser feito para resolver – ou pelo menos minimizar – esse problema?

Nos últimos anos, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizou duas pesquisas para compreender como organizações públicas federais enfrentam esse e outros desafios da gestão do conhecimento: "Governo que aprende: gestão do conhecimento em organizações do Executivo Federal" (texto para discussão n.º 1.022) e "Gestão do conhecimento na administração pública" (texto para discussão n.º 1.095). O primeiro trabalho visou discutir a importância do conceito de gestão do conhecimento para a administração pública e identificar o estágio de sua implementação em seis organizações da administração indireta. Um dos principais objetivos do segundo estudo foi analisar a situação atual das práticas de gestão do conhecimento na administração pública direta e apresentar recomendações para a elaboração e a implementação de uma política de gestão do conhecimento para o setor.

Atualmente, o Ipea coordena a pesquisa "Gestão do conhecimento nas instituições federais de ensino (IFEs)" e apóia a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação na implementação do projeto "Práticas inovadoras de gestão nas instituições federais de ensino". A pesquisa visa analisar como as IFEs tratam o tema transferência do conhecimento nas suas áreas de planejamento e administração.

"É comum que informações estratégicas e conhecimentos relevantes deixem de ser transferidos para os membros da nova equipe que assume a organização"

Fábio Ferreira Batista é pesquisador da Diretoria de Estudos Sociais (Disoc) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Histórias brasileiras de sucesso na vanguarda tecnológica

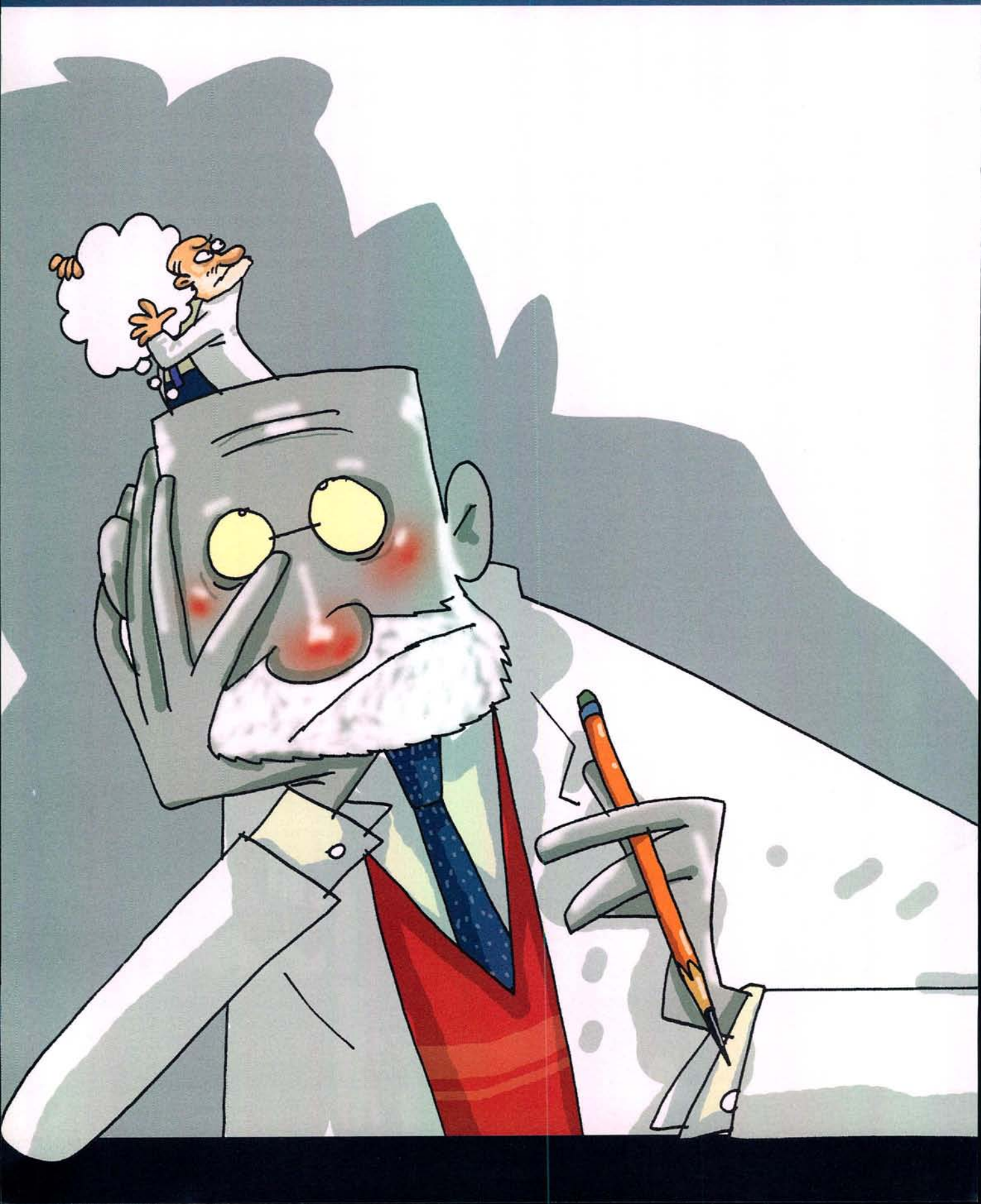
atech
TECNOLOGIAS CRÍTICAS

O conhecimento está muitas vezes num detalhe. Mas para chegar lá é preciso trabalho, investimento e determinação. Exemplo típico é a rápida e bem-sucedida expansão da cana-de-açúcar no Brasil. Líder mundial na produção, no consumo e na exportação de açúcar e de etanol, o País revolucionou nos últimos anos o método de cultivo de uma planta que chegou pela mão dos colonizados faz cinco séculos e desde então se incorporou à paisagem, à cultura e ao paladar das pessoas de todas as regiões.

Quando se expande plantio de uma espécie vegetal é preciso tomar cuidados que raramente chegam aos ouvidos dos leigos. Um detalhe vital é a diversidade genética, pois as pragas têm facilidade redobrada quando uma só espécie ocupa grande espaço contínuo. Experiências constantes, que tomaram impulso depois que uma rede de pesquisadores desvendou os segredos do código genético da cana-de-açúcar, oferecem atualmente aos agricultores uma seleção com mais de 500 variedades, nenhuma das quais por sinal ocupa mais que 10% da superfície cultivada. O canavial contemporâneo, que ao primeiro olhar se mostra homogêneo, funciona como uma rede invisível de proteção natural contra invasões de predadores, misturando às vezes dez variedades dispostas em terraços com múltiplas características biológicas. Por isso mesmo, o Brasil usa menos pesticidas do que qualquer outro produtor importante. E os agricultores reforçam sua competitividade, elemento básico para manter a trajetória de crescimento no mercado global.

Você não precisa saber de todos os detalhes da meticulosa pesquisa científica e do exaustivo desenvolvimento tecnológico que deram suporte a essa valiosa conquista brasileira. Basta estar informado de que inteligência, dinheiro e muito suor foram aplicados durante décadas para que o resultado almejado fosse conseguido. Da mesma forma, você não precisa conhecer todos os detalhes do esforço que a Atech e seus colaboradores realizam para que a florescente aviação comercial brasileira possa cumprir suas rotas com segurança num território com dimensões continentais. O controle do tráfego aéreo se apóia na tecnologia genuinamente brasileira, que desenvolvemos e atualizamos. Somente sete países dominam o ciclo completo dessa especialidade e o Brasil figura nessa companhia seleta graças a lideranças visionárias, na Força Aérea e também no Governo Federal, que confiaram no talento da nossa gente e tiveram paciência e perseverança para que as soluções fossem encontradas, testadas e postas em ação.

As tecnologias mais intrincadas sempre podem ser destrinchadas e melhoradas. Depende só das pessoas que decidem.



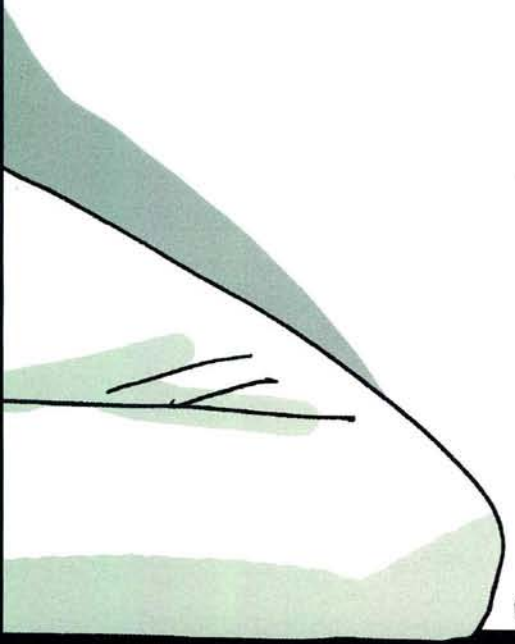
Conhecimento tem de ser protegido

Depois de desenhado o arcabouço de uma política industrial e uma lei de incentivo à inovação, a missão é criar uma forte cultura de proteção à propriedade industrial

Por Lia Vasconcelos, de Brasília

Como avaliar se um país é inovador? Em meio a tantos indicadores, um dos mais freqüentemente usados é a quantidade de pedidos de patentes anualmente depositados no escritório de marcas e patentes dos Estados Unidos (USPTO, da sigla em inglês). De acordo com os últimos dados coletados pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), em 2000 o Brasil depositou 220 pedidos de patentes no USPTO, dos quais 98 foram concedidos, enquanto os Estados Unidos depositaram 164.795. Essa comparação talvez não seja justa, mas, para ter uma idéia, a Coréia do Sul, outro país de industrialização recente, depositou naquele mesmo ano 5.705 pedidos de patentes de invenção, dos quais 3.314 foram concedidos. Os números são eloqüentes e refletem a baixa capacidade de o Brasil transformar o conhecimento científico em produto ou processo tecnológico. Também indicam que é necessário desenvolver uma cultura de proteção à propriedade intelectual, chave para o desenvolvimento da indústria e para a atração de investimento estrangeiro.

Por trás dessa constatação está um velho e conhecido problema: as falhas estruturais impedem que o país tenha uma área de pesquisa e desenvolvimento mais forte tanto nas universidades e nos institutos de pesquisa como na iniciativa privada, ambiente por excelência da inovação. Para isso, contribuem o baixo número de cientistas e engenheiros nos departamentos de pesquisa e desenvolvimento das empresas e a falta de sintonia entre o mundo organizacional e o acadêmico. Em 2001, trabalhavam nas empresas privadas apenas 23% dos 123 mil cientistas e engenheiros brasileiros e 72% estavam nas universidades. O baixo nível de escolaridade da força de trabalho em geral também é fator decisivo para fomentar a inovação. Nesse cenário, o Brasil encontra-se numa posição intermediária entre os países que buscam colocar a produção de



A Petrobras é líder em patentes no Brasil, com 500 registradas em âmbito nacional e

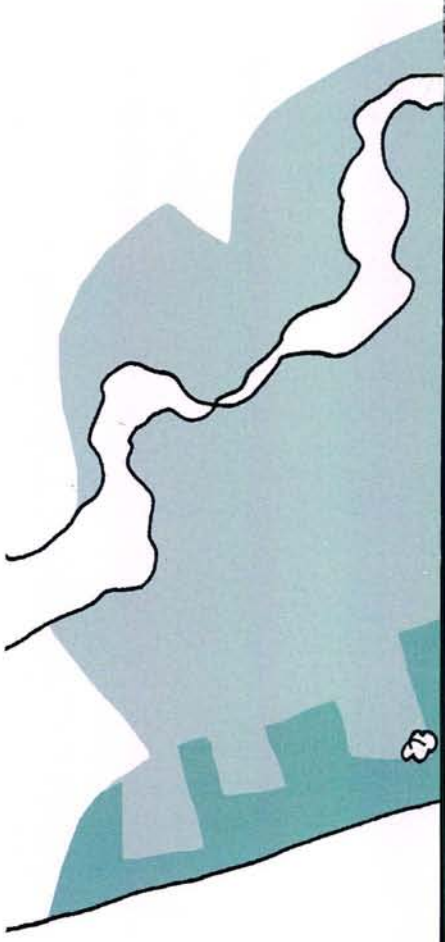
conhecimento no centro do desenvolvimento econômico e social.

O Brasil investe cerca de 1% do Produto Interno Bruto (PIB) em pesquisa e desenvolvimento, enquanto os países mais desenvolvidos aplicam de 2% a 3%. Para vencer essa barreira não é preciso apenas mais dinheiro ou incentivos fiscais. Também é necessário desenvolver uma política consistente de proteção à propriedade intelectual, pois a patente nada mais é do que uma forma de proteger certos conhecimentos destinados à indústria.

Diferencial Para Nizete Lacerda Araújo, advogada e assessora de propriedade intelectual da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), ainda é incipiente a preocupação com a propriedade intelectual no Brasil, mas vem aumentando a consciência, tanto na academia como no setor privado, de que isso pode ser um diferencial competitivo. "A mudança de paradigma é um processo de médio e longo prazo. É preciso também que o país se dê conta de que não há contradição entre publicação e proteção. A equação é simples: primeiro se protege, depois se publica", completa. A mudança de cultura, segundo a advogada, exige maior sintonia entre o mercado e o setor acadêmico e uma valorização do conhecimento produzido.

Também é preciso alinhar com essa nova realidade as agências de fomento, que financiam a pesquisa e o desenvolvimento. "Atualmente elas usam a publicação de artigos em revistas científicas para renovação e concessão de bolsas. Estamos tentando fazer com que o número de pedidos de patentes também seja usado para a avaliação de um pesquisador ou um grupo de pesquisa", explica Araújo

Apesar de ainda não existir uma política nacional de propriedade intelectual estruturada e madura, começam a despontar experiências bem-sucedidas, indicadoras de que a maior valorização do tema no interior das organizações pode provocar resultados surpreendentes. Um dos centros de excelência é a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Rio de Janeiro (veja quadro abaixo). Outro é a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que em 2003 criou a Inova Unicamp para fortalecer as parcerias da universidade com empresas, órgãos de governo e demais organizações da sociedade. Uma das missões da agência é fazer um trabalho constante e permanente de



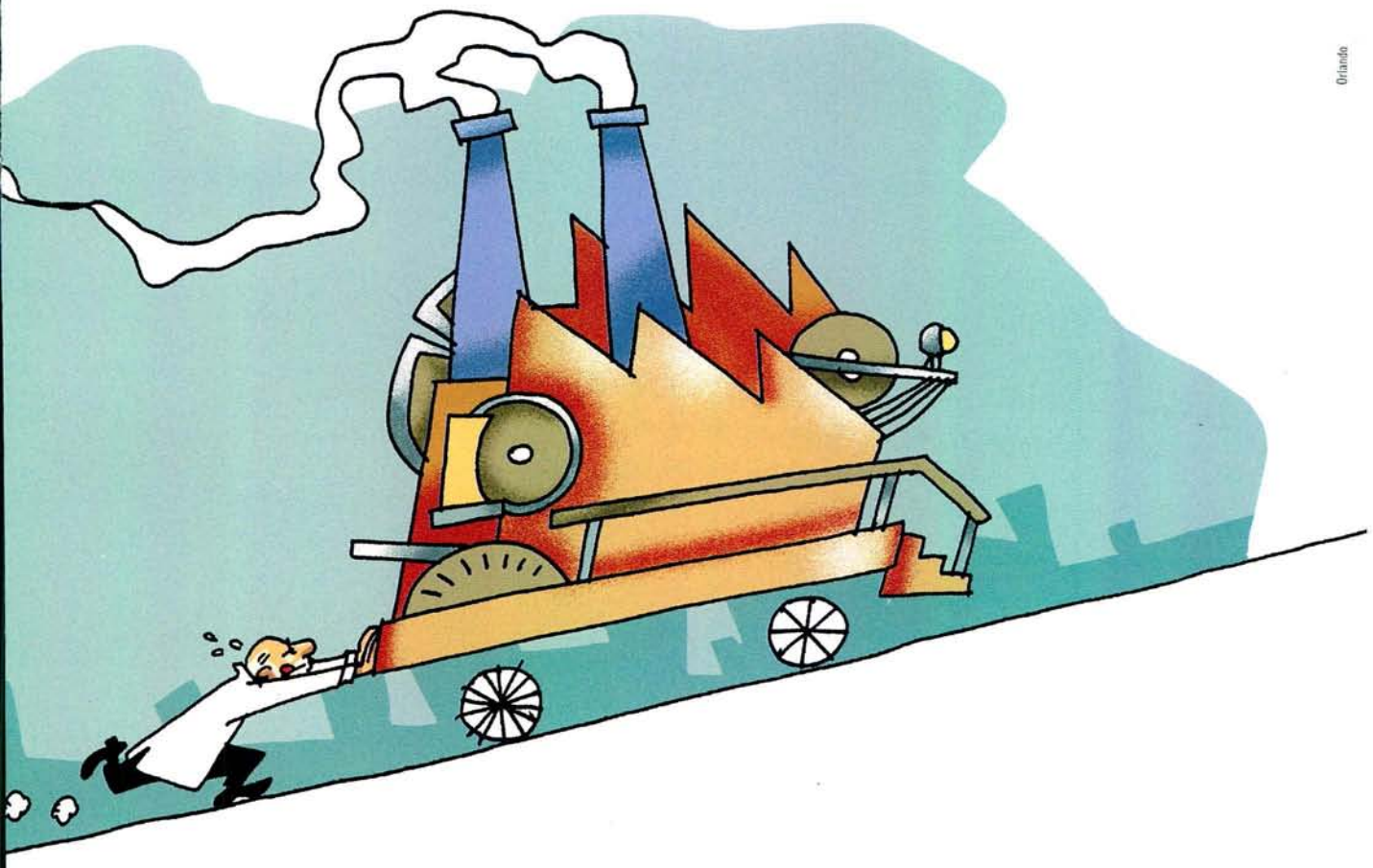
Sem medo da competição

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) atua na área de biotecnologia, uma das mais competitivas do mercado internacional, e tromba, com freqüência, com gigantes da indústria farmacêutica. Para não perder a briga, precisa ter suas descobertas muito bem protegidas. Tem 53 patentes concedidas, 14 no Brasil e 39 no exterior, e outras 116 patentes requeridas, das quais 50 no Brasil e 66 no exterior. "Nossa interação internacional é muito forte, principalmente a partir de meados da década de 80", explica Maria Celeste Emerick, coordenadora de gestão tecnológica e inovação da Fiocruz. A presença no mercado externo obrigou que os técnicos do centro de pesquisa estudassem com afinco o sistema internacional de propriedade intelectual.

Ao mesmo tempo em que fez essa lição de casa, a instituição delineou sua política interna de propriedade intelectual com o objetivo de proteger seu conhecimento e competir de igual para igual com as empresas internacionais. "Não é fácil dominar o processo burocrático de registro de patentes, assim como não é simples fazer contratos de comercialização das descobertas, mas tudo isso se aprende. O mais difícil é operar uma mudança organizacional que permita que tenhamos o mínimo controle sobre o conhecimento produzido aqui dentro. São cerca de 2 mil projetos em andamento", avalia Emerick.

Os obstáculos, de acordo com a coordenadora, não param por aí. Fazer com que uma descoberta, já protegida por uma patente, alcance o mercado é uma das limitações da fundação. "Outro problema é que a indústria da saúde é muito centralizada e oligopolizada. As patentes de todo o setor pertencem a meia dúzia de empresas. Na área de medicamentos é fundamental fazer o registro das patentes em todos os mercados externos em que pretendemos atuar, porque as organizações estrangeiras são muito fortes", conta Emerick. Segundo ela, a Fiocruz ainda enfrenta uma dificuldade adicional: "Os concursos para contratação são esporádicos. Portanto, muitos dos nossos pesquisadores estão aqui com uma bolsa temporária e, quando a ajuda financeira termina, eles vão embora. Além disso, o mercado privado oferece altos salários e atrai os funcionários mais qualificados".

950 no exterior, das quais 110 nos Estados Unidos. A Unicamp fica em segundo lugar



Orlando

conscientização para mostrar a importância de proteger o conhecimento ali produzido. Com quase 2 mil pesquisadores com nível de doutorado, a Unicamp patenteou várias criações tecnológicas inovadoras, que estão prontas para desenvolvimento e transferência para a indústria. Já registrou 400 patentes, das quais oito internacionais, distribuídas em áreas de aplicações, como medicina, saúde e nutrição, produção industrial, tecnologia da informação e telecomunicações, produção rural e agronegócios e exploração de recursos naturais. É a universidade brasileira com o maior volume de patentes depositadas.

Experiência "A Unicamp é o segundo maior patenteador do país", diz Rosana Ceron Di Giorgio, diretora de propriedade intelectual e desenvolvimento de parcerias da Inova Unicamp. O primeiro é a Petrobras, que possui 500 patentes registradas em âmbito nacional e 950 no exterior, das quais 110 nos Estados Unidos. De acordo com a diretora, o Brasil tem uma boa produção científica e tecnológica, mas já perdeu muita coisa por desconhecimento. "Uma política nacional de propriedade intelectual é fundamental para atrair investimento externo. A Lei de Inovação já é um bom começo", acredita Di Giorgio, que conta que só entre janeiro e julho de 2004 a Inova Unicamp licenciou 22 patentes. "Faz diferença o fato de eu ter vindo do setor privado. Colocar o professor para fazer negócios é um erro, porque nem sempre dá certo. Quem vem do mercado já sabe prospectar, elaborar contratos e planos de negócios. A pessoa vem pronta e começa a dar resultados imediatamente", explica.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) de São Paulo também têm núcleos semelhantes ao Inova Unicamp. A Embrapa, por exemplo, definiu em 1996 sua política de propriedade intelectual, o que ajudou a multiplicar as patentes que conquistou. Entre 1977 e 1995, a empresa registrou 66 patentes e 24 marcas no Brasil e, entre 1996 e 2004, esses números já tinham saltado para 104 patentes registradas no Brasil, das quais 89 no exterior, e 142 marcas registradas no país, das quais uma lá fora. "A explicitação de uma política foi fundamental porque era difícil lidar com uma organização tão grande. São 40 unidades es-

Brasil avança, mas ainda é nanico

(patentes de invenção registradas nos Estados Unidos)

Países	1980	2000	Variação
Estados Unidos	62.098	164.795	165%
Japão	12.951	52.891	308%
Alemanha	9.669	17.715	83%
Reino Unido	4.178	7.523	80%
Canadá	1.969	6.809	246%
França	3.331	6.623	99%
Coréia do Sul	33	5.705	17.188%
Itália	1.501	2.704	80%
Israel	253	2.509	892%
Austrália	517	1.800	248%
Cingapura	6	632	10.433%
Espanha	142	549	287%
China	7	469	6.600%
Rússia	-	382	-
Brasil	**53**	**220**	**315%**
México	77	190	147%
Argentina	56	137	145%
Chile	8	24	200%

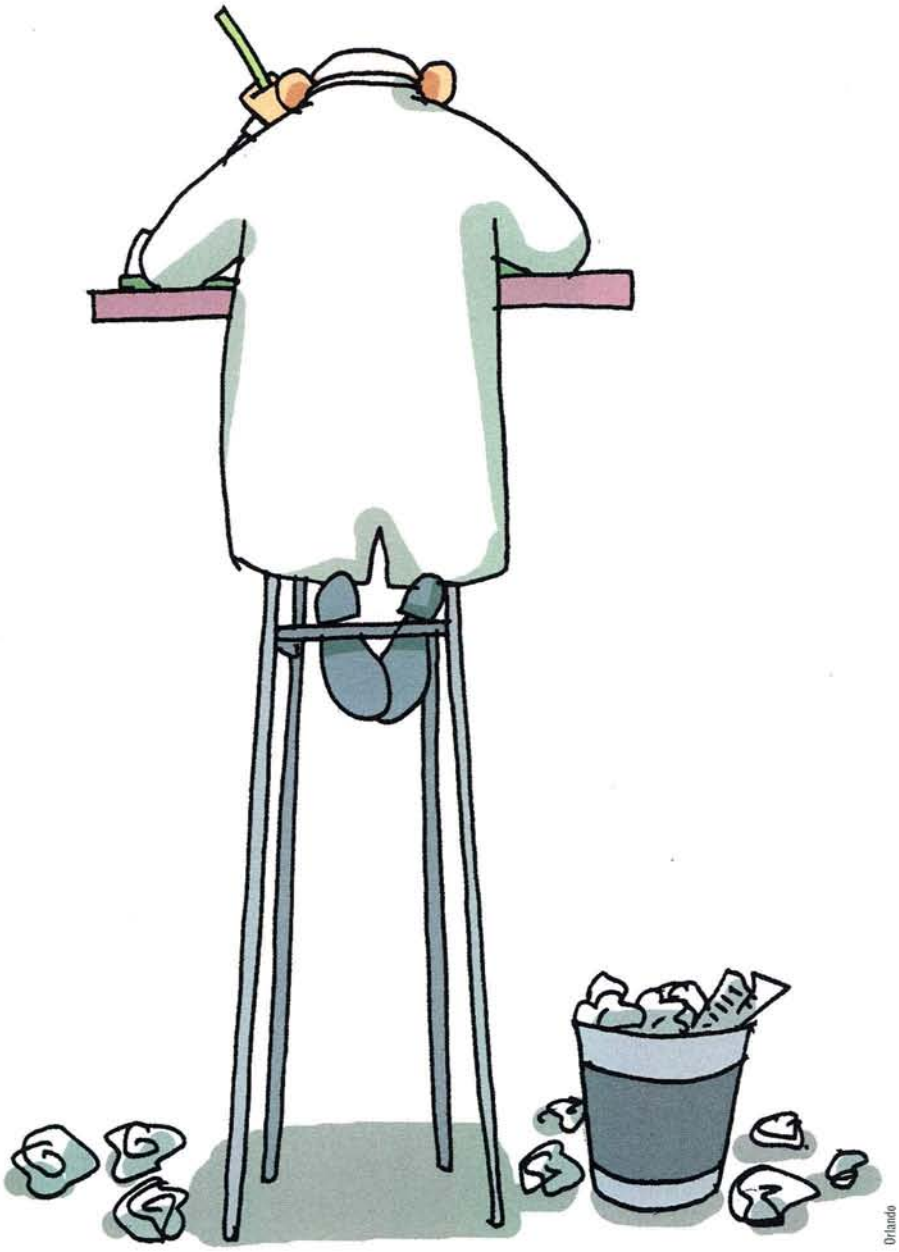
Fonte: United States Patent and Trademark Office (USPTO)

palhadas pelo país", diz Filipe Geraldo de Moraes Teixeira, gerente de propriedade intelectual da Embrapa. Ele explica que cada uma das unidades tem um comitê de propriedade intelectual e de publicações. Antes de tornar seu texto público, o pesquisador deve encaminhar seu trabalho à comissão de publicação, que avalia se há potencial de ser uma descoberta original. Em caso positivo, o texto segue para a comissão local de propriedade intelectual, que faz uma avaliação e o envia, se for o caso, à gerência de propriedade intelectual, que está estruturada para preparar um pedido de patente em cerca de dois meses.

É uma atividade que depende de um trabalho constante de conscientização, realizadas por meio de palestras e publicações internas. Aos poucos, a resistência vai sendo quebrada", acredita Teixeira. Para Ângela Cristina Azanha Puhlmann, coordenadora de propriedade intelectual e comercialização de tecnologia do IPT, que tem 180 patentes registradas no Brasil, das quais seis no exterior, um dos maiores entraves do Brasil é, de fato, a falta de cultura em relação à importância de proteger o conhecimento. Segundo ela, o IPT investe muito na disseminação da cultura por meio de eventos e atendimentos individualizados principalmente para micro e pequenas empresas e para empresas de base tecnológica. Mas ela lembra que o custo do registro de patentes também é um problema. "Cada processo de registro de patente no USPTO custa cerca de 20 mil dólares. Só para dar entrada no pedido de patentes nos países-membros do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes, são 6 mil reais", diz.

O distanciamento entre as empresas e as universidades, que a Lei de Inovação e a política industrial do governo federal procuram diminuir, é uma das causas do baixo número de patentes brasileiras registradas no exterior. "Na maioria dos países, as curvas indicativas da produção científica e o número de pedidos de patentes depositados nos Estados Unidos são semelhantes, mas isso não acontece no Brasil porque aqui a pesquisa é feita primordialmente nas universidades, e não nas empresas", aponta Ricardo Bergamo, assessor do Núcleo de Propriedade Intelectual e Licenciamento de Tecnologia (Nuplitec) da Fapesp. O núcleo foi criado em 2000 para incentivar os pesquisadores a enviar seus projetos para lá. Se o projeto é aprovado, o pesquisador recebe 6 mil reais, metade para custear o processo burocrático de pedir uma patente, a outra metade para promover sua invenção buscando empresas que se interessem em fabricar o produto ou em usar o processo descoberto.

Crise "A Lei de Inovação deve sistematizar os esforços pulverizados que existem hoje. É um passo importante e uma oportunidade de o Brasil avançar", acredita Araújo, da Fapemig. "A lei prevê a criação de núcleos de propriedade intelectual dentro de todas as universidades e institutos de pesquisa do país. Isso deve fazer com que cresça o número de pedidos de patentes registrados no Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (Inpi) e no USPTO", diz Marcelo Nakagawa, diretor da agência IPT de inovação. Mas, para tanto, é necessário mudar o próprio Inpi, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), responsável pelo registro de patentes no Brasil, que vive uma de suas maiores crises administrativas e financeiras. "O Inpi, no momento, padece de uma série de mazelas. É preciso uma reestruturação, senão todo o esforço vai esbarrar no órgão, o que é contra qualquer lógi-



Orlando

Adesão ao Tratado de Cooperação e Patentes

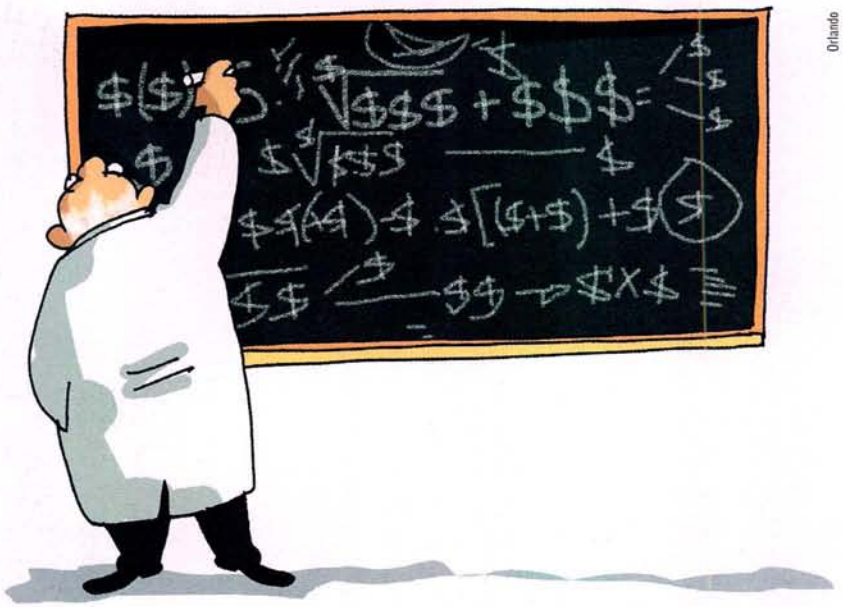
Países-membros	20	45	108	127
Ano	1978	1990	2000	2001

Fonte: Organização Mundial de Propriedade Intelectual (Ompi)

ca de incentivo à propriedade intelectual", afirma Araújo. "O Inpi é muito lento. Até agora, só conseguimos uma patente. Cento e dez estão em processo de registro", conta Bergamo, da Fapesp.

Mudanças Para solucionar esse e outros problemas, está em curso no Inpi um amplo processo de reestruturação liderado por Roberto Jaguaribe, presidente do órgão e secretário de Tecnologia Industrial do MDIC. A idéia é transformar o instituto num instrumento de capacitação tecnológica e industrial. "O Inpi não deve mais funcionar somente como cartório ou autarquia. Deve atuar em rede com as agências de fomento e os institutos de pesquisa, como a Fapesp e o IPT. Deve também integrar-se com a indústria e dialogar com as universidades, de maneira que o tema propriedade intelectual passe a fazer parte dos cursos superiores", explica Jaguaribe. Segundo ele, é uma falácia estabelecer uma relação direta e imediata entre um bom sistema de proteção e a inovação. "Propriedade intelectual é um instrumento para o sistema funcionar, mas é preciso muito mais do que adequar o Inpi operacionalmente. O instituto tem todas as condições de tornar-se uma referência mundial no setor. Não vamos nos contentar com menos do que isso."

Jaguaribe reconhece que o órgão vem sofrendo gradual deterioração nos últimos 15 anos. Para reverter esse quadro, o orçamento do órgão tem crescido. Passou de 27 milhões de reais em 2003 para 55 milhões neste ano. Desde 2003, foram feitas 90 novas contratações. A meta é que cada examinador avalie anualmente 60 processos de pedidos de patentes e 1.000 de marcas. Atualmente, 20 mil pedidos anuais dão entrada no Inpi e existem apenas 120 examinadores. Em razão dessa deficiência de pessoal, existem 120 mil pedidos de patentes e 580 mil de marcas na fila de espera. "Precisamos de um total de 360 examinadores para atingir uma capacidade de processamento anual de 31 mil pedidos e acabar com a fila de espera e ainda dar conta da demanda futura. Minha expectativa é atingir essa meta já entre 2005 e



Orlando

2006", afirma Jaguaribe. Hoje, um pedido de patente demora cerca de nove anos para ser avaliado pelo Inpi, quando o ideal é levar em torno de três anos.

Legislação A tarefa de mobilizar empresas e universidades para a transformação de conhecimento em produtos inovadores e de tornar o Inpi capaz de atender à demanda nacional é enorme, mas pelo menos existe uma legislação nacional de proteção à propriedade intelectual. A primeira lei brasileira a tratar de concessão de patentes para autores de invenção ou descoberta industrial é de 1882. Desde 1997, está em vigor a Lei de Propriedade Industrial Brasileira, que confere ao titular de uma patente o direito de impedir terceiros de produzir, usar ou vender, sem o seu consentimento, o produto patenteado. Além disso, o Brasil é signatário dos tratados e acordos internacionais mais importantes relacionados ao tema: o Tratado de Cooperação em Patentes (TCP) e o Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips, da sigla em inglês). O TCP prevê que o titular de uma patente possa, dentro do período de um ano, depositar seu pedido na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (Ompi), além de indicar outros países signatários onde também deseja efetuar o depósito de sua patente. O Trips, da Organização Mundial do Comércio (OMC), arbitra aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados às trocas comerciais.

A lei em vigor na maioria dos países prevê também a licença compulsória, popularmente conhecida por quebra de patentes, além da licença voluntária de patentes, que se formaliza por contrato entre as partes. A legislação brasileira de propriedade intelectual é mais específica e determina a quebra de patente caso o proprietário ou seu licenciado não atenda à necessidade de emergência nacional ou interesse público. Apoiado nessa possibilidade, o Ministério da Saúde iniciou em março uma negociação com três laboratórios estrangeiros – Abbott, Merck Sharp&Dohme e Gilead Science Incorporation – para redução do preço dos remédios anti-retrovirais, que respondem por 66% do orçamento destinado à compra dos medicamentos do coquetel anti-Aids. Hoje, 160 mil pessoas recebem, gratuitamente, os anti-retrovirais, que é um coquetel formado por 17 drogas, oito das quais produzidas em laboratórios oficiais e livres de patentes – instrumentos que protegem as descobertas por 20 anos. O Ministério da Saúde deverá gastar 954 milhões de reais para distribuir o remédio. Dois laboratórios mostraram-se receptivos à proposta do governo, mas o impasse em relação ao laboratório Abbot continua. Já foi declarado o interesse público existente no acesso da população ao coquetel anti-Aids, do qual o Kaletra, produzido pelo Abbott, é o medicamento mais importante. Assim, está aberta a porta para a quebra de patente no Brasil caso o laboratório não reduza o preço do medicamento. "Se o Brasil declarar a licença compulsória em relação ao medicamento patenteado pelo laboratório Abbott, a medida é legal, amparada pela lei brasileira, pela legislação internacional e conta com o apoio de vários países e órgãos internacionais, como a Organização Mundial da Saúde", afirma Araújo, da Fapemig.

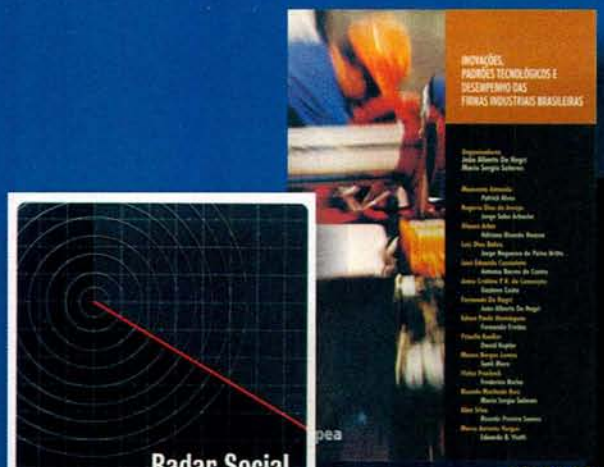
Não há, portanto, conflito entre essa iniciativa no campo da saúde pública e a mobilização para aumentar a proteção dos direitos de propriedade intelectual, condição necessária para a atração de investimento estrangeiro. Entretanto, essa não é a única premissa para o desenvolvimento. Para incentivar a inovação, também são necessárias a presença de uma indústria nacional razoavelmente forte nas atividades de pesquisa e desenvolvimento, o envolvimento do governo de forma sistêmica e uma maior colaboração entre a universidade e a indústria.

Esta é a quarta reportagem de uma série de seis sobre temas que serão discutidos na 3.ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), que será realizada em outubro, em Brasília. Informações sobre a conferência estão disponíveis na Internet no endereço www.desafios.org.br/conferencia

Apoio

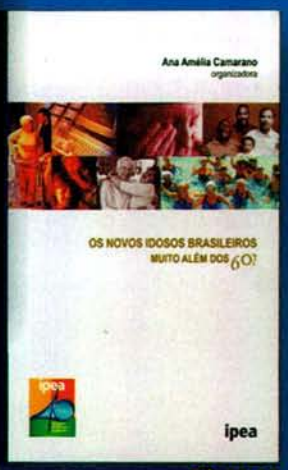
atech

Veja os últimos lançamentos do ipea



R$ 49,00

R$ 39,00



R$ 40,00

R$ 49,00

Com a credibilidade de quem há mais de 40 anos se dedica a estudar e pesquisar caminhos para o desenvolvimento do Brasil, o IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, coloca a sua disposição livros, revistas, boletins, textos para discussão abordando diversos temas

www.ipea.gov.br
Pedidos: livraria@ipea.gov.br

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

O planeta e o futuro

Por **Gabriela Michelotti**, de São Paulo

Luciano Candisani/Kino

O intenso desmatamento e a má qualidade das habitações urbanas coloca em risco o cumprimento dos compromissos na área da sustentabilidade ambiental

Garantir a sustentabilidade, ou seja, promover o desenvolvimento com o uso racional dos recursos naturais, assegurando a qualidade de vida da população e a sobrevivência das gerações futuras, é o grande alvo do 7.º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio. O Brasil possui 30% das florestas tropicais e 12% da cobertura florestal restante no mundo, 13,7% do total de água doce superficial do planeta e a maior biodiversidade da Terra. Assim, conseguir o desenvolvimento sustentável com a conseqüente redução das desigualdades sociais é uma questão de sobrevivência para o país e para toda a humanidade.

A sustentabilidade é o tema desta quinta reportagem da série que **Desafios** promove desde abril sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e adotados por seus países-membros. Eles consistem em oito compromissos mundiais, como um compromisso mundiais voltados para diminuir a desigualdade e melhorar o desenvolvimento humano, reduzindo a pobreza pela metade até o ano 2015. O sétimo objetivo é o mais complexo de todos os propostos pela ONU, pois engloba itens referentes à preservação de recursos naturais e à qualidade de vida das pessoas nas grandes cidades. Para atingi-lo, os países precisam cumprir três metas. A primeira delas, mais ligada aos temas da natureza, prevê a integração dos princípios do desenvolvimento sustentável às políticas e aos programas nacionais e a reversão das perdas já ocorridas dos recursos naturais. A segunda compreende a redução, pela metade, até 2015, da proporção da população sem acesso a água potável e a esgotamento sanitário. Por último, os países devem alcançar uma melhoria significativa na vida dos habitantes de assentamentos precários até 2020.

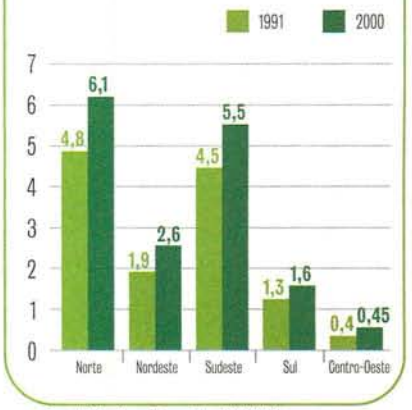
Trata-se de uma difícil missão. O patrimônio natural brasileiro vem sendo ameaçado há décadas pelo desmatamento, pela poluição de rios e mares e pelo intenso processo de industrialização e urbanização. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), a taxa média de desmatamento na Amazônia Legal observada no período de 1988 a 2004 foi de 18.437 quilômetros quadrados ao ano. Restam somente 8% de mata Atlântica, um dos mais importantes patrimônios naturais do Brasil. Cientistas projetam que o aumento da atividade econômica, aliado ao desmatamento e às queimadas, elevou as emissões brasileiras de gás carbônico, o principal causador do aquecimento global.

A pobreza – um fator raramente mencionado quando o assunto é sustentabilidade – também está diretamente relacionada à deterioração da qualidade ambiental e à perda dos recursos naturais. Sem outra opção de sobrevivência sob a influência da escassez de terra urbana, as populações pobres utilizam os recursos naturais de forma predatória. Muitas vezes, ocupam as áreas de risco e ambientalmente frágeis e impróprias para a ocupação humana, como encostas de morros, faixas de servidão de dutos e linhas de transmissão. Aumentam a ocorrência de desastres naturais, como deslizamentos, o que acarreta a perda de vidas e altos custos econômicos. A realidade nas metrópoles alcança cenários inacreditáveis. A densidade demográfica nas favelas é cinco vezes superior às demais áreas das cidades, por exemplo.

"A primeira meta do 7.º Objetivo do Milênio, por sua abrangência, é a única capaz de resgatar os princípios da Rio 92, mostrando quanto a base ambiental tem a ver com a pobreza", afirma Rubens Born, coordenador executivo do Instituto Vitae Civilis, organização não-governamental (ONG) dedicada à promoção do desenvolvimento e à proteção do meio ambiente. Especialistas e pesquisadores consultados são unânimes em classificar esse objetivo como um dos mais complexos e de difícil solução em comparação aos demais, que possuem propósitos mais claros e muitas vezes quantitativos. "Garantir a sustentabilidade talvez seja o mais difícil dos oito objetivos a ser atingido no Brasil. Nós não temos melhorado as condições de nossos recursos naturais, as pessoas continuam vivendo mal e, do ponto de vista da questão da água, a situação continua periclitante", afirma Marielza de Oliveira, analista de programas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

Estudo lançado em 16 de junho deste ano pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) confirma essa visão. Segundo o documento "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: perspectivas na América Latina e Caribe", o Brasil está avançando mais rapidamente do que a média da região na concretização da maioria dos oito Objetivos de Desenvol-

Brasil: pessoas vivendo em favelas e loteamentos clandestinos segundo as grandes regiões (em %)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1991/2000

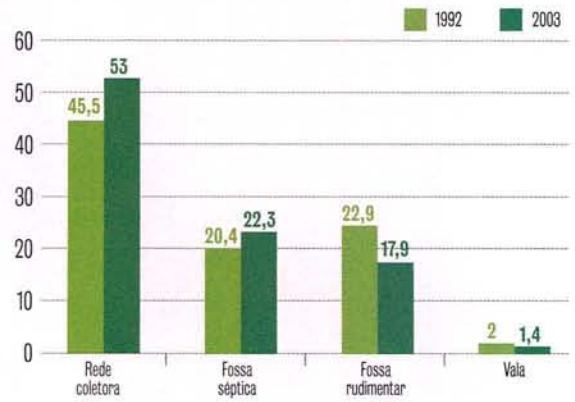
vimento do Milênio, como nas metas de educação, gênero, redução da mortalidade infantil, diminuição da pobreza e combate a doenças infecciosas. No entanto, no caso do sétimo objetivo, os indicadores nacionais são menos satisfatórios e ficam atrás dos alcançados por outros países da região. A pior situação é na área de esgoto sanitário. Em 2003, 75,7% da população urbana e apenas 17,3% da população rural possuíam esgotamento por rede geral ou fossa séptica no Brasil. E pior, apenas um terço do esgoto coletado recebia algum tipo de tratamento, o que gera poluição das águas e do solo. Para Born, os indicadores escolhidos para medir essas metas são insuficientes, pois deixam de fora questões cruciais para o desenvolvimento sustentável, como ficou evidente na Conferência Preparatória de ONGs, realizada em junho em Copenhague, para a Cúpula da ONU, sobre os cinco anos de implementação dos Objetivos e Metas de Desenvolvimento do Milênio (ODM+5). "Os indicadores não incorporam, por exemplo, dados sobre a expansão da fronteira agrícola brasileira, hoje um dos fatores mais importantes de destruição de ecossistemas", afirma Born.

Suficientes ou não, as atualizações estatísticas dos oito indicadores escolhidos para avaliar as três metas sobre sustentabilidade serão divulgadas em setembro no novo Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, coordenado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), supervisionado pela Casa Civil e com a participação de diversos ministérios. Esse documento servirá para subsidiar a participação do Brasil na próxima reunião de ODM+5, que acontece, também em setembro, em Nova York. O texto mostrará alguns resultados positivos, como o aumento da fração de áreas naturais protegidas, a matriz energética brasileira relativamente limpa e a diminuição do consumo de substâncias destruidoras da camada de ozônio, que servem para aferir a primeira meta do sétimo objetivo: integrar nas políticas e nos programas nacionais os princípios do desenvolvimento sustentável e reverter a perda de recursos naturais.

Biodiversidade A primeira das metas do sétimo objetivo envolve cinco indicadores, dois deles relacionados aos recursos florestais e três relacionados ao uso de energia e à emissão de gases poluentes. O primeiro indicador diz respeito à proporção de áreas terrestres cobertas por florestas e pode ser considerado o calcanhar-de-aquiles da preservação da biodiversidade brasileira. O relatório de acompanhamento da sustentabilidade ambiental, que faz parte da Coleção de Estudos Temáticos sobre os Objetivos do Milênio, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), aponta que, de 1990 a 2000, cerca de 2,3 milhões de hectares foram desmatados por ano no Brasil e que 36,8% da superfície do país perdeu sua cobertura vegetal até 2003.

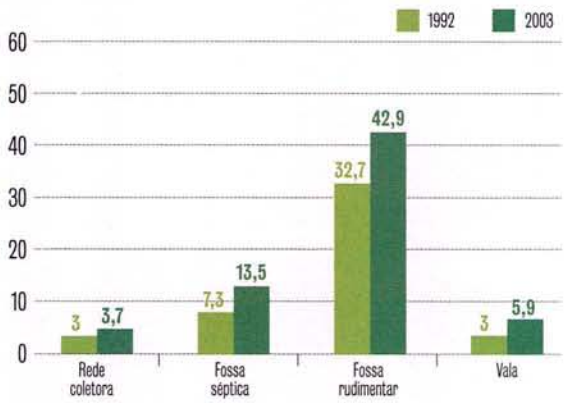
Esses números, no entanto, não refletem a situação real do país, já que só existem dados gerais em relação à mata Atlântica e à Amazônia, sendo que o cerrado, a caatinga, o pantanal e os campos sulinos não dispõem de estatísticas oficiais. "O Ministério do Meio Ambiente busca formas para dispor, já em 2006, de dados que apontem a perda da cobertura vegetal por bioma, considerando os mesmos critérios e escala para todos eles", afirma Sandra de Carlo, gerente de projeto da Secretaria de Políticas para o Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente. Além dos problemas de

Percentual de moradores em relação à população total da área urbana por tipo de esgotamento sanitário



Fonte: IBGE/Pnad, 1992-2003

Percentual de moradores em relação à população total da área rural por tipo de esgotamento sanitário



Fonte: IBGE/Pnad, 1992-2003

ano no Brasil e até 2003 o país perdeu 36,8% de sua cobertura vegetal

Lalo de Almeida/Folha Imagem

Vista aérea da Vila dos Pescadores em Cubatão (litoral sul de São Paulo), cujas palafitas ficam na região do mangue do rio Casqueiro. Pelo zoneamento do litoral paulista, que o governo de São Paulo tenta implementar, a meta, em casos como esse, é manter 15% de áreas verdes de uso público

perda de hábitats, há enorme carência de dados e informações sobre a biodiversidade brasileira, que só agora começam a ser produzidos. "Esse Objetivo, em específico, se diferencia porque é difícil propor metas e indicadores que reflitam a sustentabilidade ambiental. Além do mais, sua mensuração depende da produção de novas estatísticas em diferentes escalas. Não há tradição em dimensionar a sustentabilidade por meio de indicadores, como já existe nas áreas econômicas e sociais", resume.

Houve avanços em relação ao segundo indicador, avaliado pela fração da área de cobertura vegetal protegida, necessária para manter a diversidade biológica, segundo afirma Luiz Fernando de Lara Resende, coordenador do Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e pesquisador do Ipea. "No documento a ser lançado em setembro, vamos mostrar que, segundo dados do Ibama, as unidades federais de conservação aumentaram de 129 em 1980 para 271 em 2005, pelas informações que temos até junho", informa. Resende também chama a atenção para as terras indígenas, que ocupam 12% do território nacional e têm importância cientificamente comprovada na preservação dos ecossistemas. Segundo o relatório, estima-se que as áreas ambientais protegidas por lei já representem 20% da extensão do país.

Legislação Várias políticas públicas vêm sendo adotadas para proteger a biodiversidade no Brasil, como a criação de um Grupo Permanente de Trabalho Interministerial, com a participação de 13 ministérios, e a criação de um leque variado de programas específicos para a conservação dos biomas nacionais, como o Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal, o Programa Nacional de Florestas e outros programas de conservação do cerrado, de combate à desertificação e de ecoturismo.

Além disso, existe hoje uma legislação ambiental bastante avançada, mas que quase sempre fica no papel por causa da falta de estrutura de controle. "No Brasil há o clássico problema de avanço na legislação ambiental, mas com dificuldade de aplicação", afirma Maria Inez Telles Walter, coordenadora técnica do Estudo da Rede de Laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e membro do Centro de Pesquisa Social Aplicada da Universidade Nacional de Brasília (UnB).

Caio Guatelli/AE

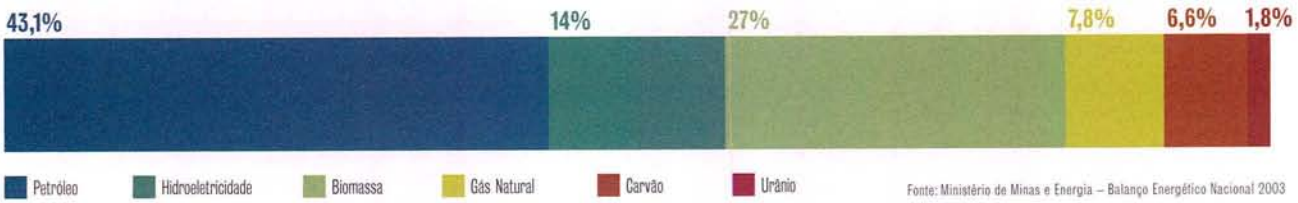
Com uma matriz energética bastante limpa, o Brasil responde por apenas 1,1% das emissões mundiais de dióxido de carbono

Para Frank Guggenheim, do Greenpeace, "o novo projeto de lei sobre concessões da floresta Amazônica, por exemplo, pode ser muito interessante, mas, dependendo de como for feito, poderá transformar-se num desastre. Se não houver verba suficiente, as áreas de conservação ficarão protegidas somente no papel", afirma.

Os demais indicadores elaborados para avaliar a primeira meta referem-se à eficiência energética, às emissões per capita de dióxido de carbono – o principal gás responsável pelo aquecimento global –, ao consumo de gases que destroem a camada de ozônio e à proporção da população que utiliza combustíveis sólidos, ou seja, lenha ou carvão. A questão energética adquiriu uma importância vital devido ao aumento das emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa, causado principalmente pela queima de combustíveis fósseis. O Brasil vai bem no quesito das emissões de dióxido de carbono, pois a matriz energética é relativamente limpa por ser baseada, principalmente, em energia hidrelétrica e biomassa, fontes de 41% da energia produzida no Brasil. Assim, as emissões de dióxido de carbono são muito inferiores às dos países desenvolvidos e representam cerca de 1,1% das emissões mundiais.

Saneamento A segunda meta do 7.º Objetivo do Milênio é a redução pela metade, até 2015, da população que não dispõe de água potável e a esgotamento sanitário. A população sem acesso a abastecimento de água tratada diminuiu de 32% em 1991 para 24% em 2000, segundo estimativa da Rede

Matriz energética brasileira, 2002



Fonte: Ministério de Minas e Energia – Balanço Energético Nacional 2003

em 1992 para 59,7% em 2003, mas 6,6 milhões de pessoas vivem em favelas

de Laboratórios Acadêmicos para Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Se continuar nesse ritmo, apenas 15% da população ficará sem água tratada em 2015 e a meta do sétimo objetivo será alcançada.

Mas o Brasil vai mal no quesito acesso ao esgotamento sanitário, pois somente um terço do esgoto coletado no Brasil recebe tratamento. A proporção da população urbana atendida por rede geral ou fossa séptica passou de 65,9% em 1992 para 75,7% em 2003, segundo o novo Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Na área rural passou de 10,3% para 17,2%. Os resultados ficam, no entanto, aquém da média da América Latina e do Caribe, segundo o Cepal. "A falta de saneamento é um verdadeiro problema de saúde pública no país, já que é responsável pelo aumento de doenças e da mortalidade infantil", afirma Resende, do Ipea. A perspectiva, porém, é de melhoria, pois o investimento em saneamento básico passou de 13 bilhões de reais no período de 1995 a 2002 para 9,5 bilhões de reais no biênio 2003-2004. A dotação orçamentária para projetos de saneamento chega a 4,5 bilhões em 2005, o que permite prever uma melhora no quadro no médio prazo.

Precariedade O último propósito do sétimo objetivo diz respeito à qualidade de vida dos habitantes de favelas e outros assentamentos precários, fator diretamente ligado à pobreza, à exclusão social, à escassez de terra urbana e à segregação espacial da população de baixa renda. No entanto, muitos especialistas criticam a falta de precisão da meta e a escolha do indicador que mede se ela será ou não cumprida – a proporção de domicílios com posse segura da moradia – como sendo de difícil acompanhamento. Segundo a metodologia utilizada pelas Nações Unidas para Assentamentos Humanos, a proporção de moradias urbanas consideradas adequadas no Brasil passou de 49,4% do total em 1992 para 59,7% em 2003. No entanto, o número de pessoas vivendo em aglomerados subnormais – que representam, em termos gerais, as favelas e outros assentamentos semelhantes – cresceu, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), à taxa média de 4,3% ao ano entre 1991 e 2000. Isso significa cerca de 6,6 milhões de brasileiros vivendo em 1,7 milhões de domicílios localizados em favelas ou outros assentamentos precários. Um dos maiores obstáculos para o alcance da meta é precisamente quantificar o tamanho da população residente em áreas urbanas informais no Brasil. O governo brasileiro ainda não chegou a um consenso sobre a dimensão da meta e trabalha com várias possibilidades. A Secretaria Nacional de Habitação, por exemplo, responsável pelo programa de urbanização de favelas, considera a existência de 1,7 milhões de domicílios em aglomerados subnormais. A Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU), que cuida do Programa de Regularização Fundiária, contabiliza um público-alvo de cerca de 13 milhões de famílias.

Entre os dados mais chocantes está o fato de que 78,5% dessas pessoas vivem nas nove principais regiões metropolitanas do país. Ou seja, os cinturões de pobreza das grandes cidades continuam a representar um papel preponderante no quadro de exclusão social de muitos brasileiros. Segundo Marta Dora Grostein, urbanista e professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, a informalidade na posse dos domicílios começou a ser melhor combatida com o Estatuto da Cidade, de 2001. "Do ponto de vista da regularização fundiária, a situação avançou, mas ela sozinha é insuficiente para enfrentar a precariedade de bairros degradados. São necessários mais investimentos na reconstrução de áreas públicas, como criação de praças, tratamento paisagístico, além de serviços de coleta de lixo e saneamento", explica.

A expansão urbana metropolitana também promove a ocupação de áreas frágeis de preservação, que estão fora do mercado imobiliário, como as áreas de proteção de mananciais ou, no caso de Natal, as áreas de dunas. Essa situação mostra, mais uma vez, que tudo está interligado, pobreza, exclusão social, falta de desenvolvimento e crise ambiental. O mundo só caminhará para a solução desses problemas se atacar todos eles de forma sistêmica, buscando um desenvolvimento sustentável que signifique a erradicação da pobreza, das desigualdades sociais e da destruição ambiental.

8 jeitos de mudar o mundo

1. Erradicar a extrema pobreza e a fome
2. Atingir o ensino básico universal
3. Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres
4. Reduzir a mortalidade infantil
5. Melhorar a saúde materna
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças
7. Garantir a sustentabilidade ambiental
8. Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento

Manuel Rojas Buvinich

Os avanços da infância e adolescência

Divulgação

O Estatuto da Criança e do Adolescente completou, no dia 13 de julho, 15 anos. Muitos dizem que essa é uma lei nova, que é preciso ter paciência para que o país consiga melhor implementá-la. Mas, para uma criança que tem seus direitos violados, 15 anos podem significar a vida ou o futuro comprometido.

Para o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a própria criação do estatuto foi uma vitória. Ao contrário da legislação anterior, o estatuto vê a criança e o adolescente como sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento e toda a sociedade como responsável pelo cumprimento desses direitos. A lei fez com que o Brasil se tornasse referência em todo o mundo, por ser uma das mais avançadas em termos de direitos infantis.

No entanto, ainda nos falta dar o bom exemplo na implementação da lei. O estatuto determina que todos os meninos e meninas tenham acesso a educação de qualidade, saúde, proteção, independentemente de sua raça ou etnia, condição socioeconômica, lugar onde vivem, de ter ou não alguma deficiência. E aqui ainda precisamos avançar muito.

Quando olhamos as médias nacionais, percebemos, por exemplo, que houve uma importante redução na taxa de mortalidade infantil nos últimos 15 anos. No entanto, em aldeias indígenas ou municípios do semi-árido, o número de crianças que morrem antes de completar o primeiro aniversário é bem superior à média nacional.

Na educação, o Brasil comemora o cumprimento do objetivo de desenvolvimento do milênio de garantir educação fundamental universal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 97% de nossas crianças em idade escolar estão matriculadas. No entanto, uma criança pobre tem quase oito vezes mais chance de estar fora da escola do que uma criança rica.

Precisamos, ainda, melhorar a qualidade do ensino, para reduzir os altos índices de baixo rendimento e evasão escolar, e garantir, a milhões de crianças e adolescentes, o direito de romper o ciclo de pobreza e exclusão por meio da formação e da cidadania.

Outro desafio é o combate à violência em casa, nas ruas, nas escolas. Em 2003, mais de 13 mil adolescentes de 12 a 19 anos morreram violentamente no Brasil. Os meninos, negros e pobres são as maiores vítimas. Adolescentes em conflito com a lei muitas vezes são tratados com mais violência, em vez do apoio necessário para sua reintegração.

Para reverter a situação de exclusão e violação de direitos, governos, organismos internacionais, sociedade civil, empresas e muitos cidadãos vêm somando esforços. Fruto desse processo é o fortalecimento do sistema de garantias de direitos e proteção. O Brasil tem sido reconhecido internacionalmente por sua coragem no combate às redes de exploração sexual de meninos e meninas, por exemplo.

Também merecem elogios os esforços na luta contra o HIV/Aids, com fornecimento de medicamentos e programas efetivos de prevenção. Há mais um passo que deve ser dado para que se diminua a transmissão do HIV da mãe para o bebê, que é responsável por quase 80% das infecções entre meninos e meninas de até 12 anos de idade.

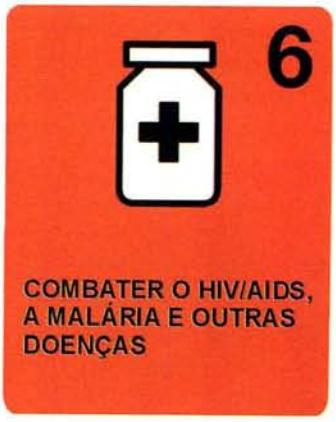
É importante lembrar que a implementação do estatuto exige alocação de recursos nos Orçamentos públicos e sua utilização eficiente. A mídia, as instituições e toda a sociedade precisam acompanhar a destinação dos recursos. Estamos falando em investimento – que deve acontecer desde a primeira infância – em políticas públicas e serviços que garantam a realização de um pré-natal de qualidade, nutrição, cuidado e estimulação para o desenvolvimento infantil, já que os primeiros anos são fundamentais e produzem impacto em toda a vida da criança.

Muito já foi feito, mas muito mais ainda temos de fazer. E nada pode justificar a omissão, a ausência de recursos garantidos nos Orçamentos, o desrespeito. Somente o esforço de toda a nação será capaz de garantir a cada criança e a cada adolescente a saúde, a educação, a igualdade, a proteção e a participação a que têm direito. O resultado será a construção de um Brasil melhor e mais justo.

"Ao contrário da legislação anterior, o Estatuto vê a criança e o adolescente como sujeitos de direitos em situação peculiar de desenvolvimento e toda a sociedade como responsável pelo cumprimento desses direitos"

Manuel Rojas Buvinich é representante adjunto do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil

O QUE NÓS PODEMOS FAZER PARA MUDAR O MUNDO?



NAÇÕES UNIDAS
BRASIL

Em 2000, as Nações Unidas, ao analisarem os maiores problemas mundiais, elegeram um conjunto de objetivos e metas a serem cumpridas até 2015, que ficaram conhecidos como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

O Brasil está comprometido com a concretização dos Objetivos e, em parceria com as Nações Unidas, desenvolve estratégias para alcançá-los. Mas para que isso seja possível, a atuação conjunta entre governo e sociedade civil faz-se imprescindível.

As Nações Unidas convidam você a participar dessa empreitada. Juntos, nós podemos!

Centrinho
pequeno só no nome

Hospital universitário de reabilitação de anomalias da face e do palato é reconhecido como centro de excelência de pesquisa e atendimento pela Organização Mundial da Saúde e realiza 8 mil cirurgias gratuitas por ano

Por **Maysa Provedello**, de Bauru

Respirar, comer, falar e engolir são atos automáticos para muita gente, mas não para 5.800 brasileiros nascidos todos os anos. Seja de forma mínima, seja de forma mais complicada, eles possuem alguma anomalia craniofacial. As mais conhecidas são as fissuras de lábios e as aberturas de palato (céu da boca). Esses problemas complicam, e muito, o desenvolvimento de cada um desses indivíduos desde os primeiros dias de vida, pois dificultam a alimentação. Na vida adulta, enfrentam preconceitos dos mais variados tipos em relação às diferenças no jeito de falar – fanhoso – ou aos sinais e cicatrizes que apresentam no rosto, que fecham portas para relacionamentos, para o mercado de trabalho e exigem muito mais motivação e persistência na busca de uma vida cotidiana como a de qualquer cidadão.

Em Bauru, no interior de São Paulo, existe um lugar que realiza, ao mesmo tempo, pesquisa de ponta e atendimento hospitalar e que apresenta as mais modernas soluções para os obstáculos enfrentados por essas pessoas. Trata-se do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (USP), que desde sua fundação, em 1967, ganhou da comunidade local o nome de Centrinho. Conhecido nacional e internacionalmente, é considerado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) uma referência em atendimento e em pesquisa na área. "É um projeto que funciona mais ou menos como uma família, vai crescendo, as necessidades vão crescendo, os problemas também vão crescendo, mas as satisfações também são maiores", define José Alberto de Souza Freitas, cirurgião-dentista, superintendente e um dos fundadores da instituição. O hospital é público e mantido com recursos da USP para custeios administrativos e do Sistema Único de Saúde (SUS) para a cobertura dos serviços prestados à população. As verbas são administradas pela Fundação para o Estudo e Tratamento das Deformidades Craniofaciais (Funcraf), que desde 1985 também capta fundos para projetos de pesquisas e doações. O Centrinho conta

Sessenta funcionários trabalham em período integral para agilizar 300 atendimentos

Juliana Une

Instalações humanizadas auxiliam no atendimento, como brinquedotecas e bibliotecas, além de espaços de convívio para os pais

Divulgação

Tratamentos podem durar até 20 anos e exigem várias cirurgias, além de acompanhamento periódico com profissionais especializados

atualmente com um corpo de 693 funcionários diretos. Mas, se forem contabilizados estagiários e voluntários, o número chega perto de 1.000.

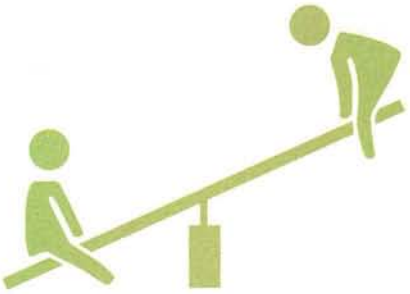
No hospital, nenhum paciente é atendido em esquema de emergência e não existem serviços pagos: tudo é público e ninguém passa na frente de ninguém. Todas as consultas ou cirurgias são marcadas com antecedência, o que exige organização impressionante. O setor responsável por agendar os horários, recepcionar os pacientes e controlar os prontuários, por exemplo, conta com 60 funcionários em tempo integral. Eles enfrentam o desafio de viabilizar 300 atendimentos diários no ambulatório e nas clínicas de psicologia ou fonoaudiologia, além de 25 cirurgias, com pacientes de todo o país. "Cada caso é muito diferente do outro, às vezes um paciente precisa de uma ou duas cirurgias simples e outros precisam de 18 ou 20 durante toda a vida, o que nos obriga a ficar em contato permanente com eles por muitos anos, até o final da adolescência. Por isso encaixamos, de tempos em tempos, todo esse pessoal na agenda dos médicos, entre cirurgias e avaliações", explica Luiz Fernando Ribeiro, médico pediatra e diretor clínico do hospital.

Ao longo de 38 anos de idade e após 65 mil pacientes atendidos – 47 mil referentes a fissuras e o restante a outras especificidades, como as auditivas (veja quadro na pág. 65) – foi desenvolvido no Centrinho um conjunto inovador de métodos cirúrgicos e outros procedimentos das áreas de atendimentos e diagnósticos fisiológicos e odontopediátricos. Por isso, é tão relevante o papel do hospital como um ponto de difusão de conhecimento, com vários intercâmbios acadêmicos, além da realização de congressos mundiais a cada dois anos para a disseminação de experiências e pesquisas ali realizadas, bem como para receber especialistas do exterior e conhecer novas práticas desenvolvidas em outros países. "Existem 200 novos procedimentos que já praticamos no Centrinho e que são tão inovadores que o SUS

não tem ainda como nos pagar porque não estão cadastrados na tabela de condutas hospitalares previstas. Esperamos que isso seja feito num futuro próximo", conta Freitas.

O hospital universitário de Bauru, ao contrário dos outros hospitais do gênero no país, não está ligado a nenhuma faculdade de Medicina e tem caráter independente, ou seja, é uma escola por si só. Ele nasceu da iniciativa de professores da Faculdade de Odontologia de Bauru (USP), com a qual ainda mantém algumas relações acadêmicas, mas não se pode mais dizer que sejam instituições ligadas. A idéia de criar o Centrinho surgiu da constatação de que as cirurgias corretivas em crianças com problemas labiopalatais não resolviam os problemas de médio e longo prazo. Elas apenas permitiam a alimentação básica nos primeiros meses e anos de vida, mesmo assim com uma série de limitações. "Era fácil perceber que deixar a criança mais bonitinha nos primeiros meses de vida, sem aquelas marcas de nascença, não ia resolver, porque o quadro não seria nada bonito no futuro. Ela teria problemas sérios de fala, de respiração e, sobretudo, de integração depois de alguns anos", lembra Freitas.

Difusão Por não estar atrelado diretamente a nenhuma instituição de Medicina, o Centrinho oferece um leque diferenciado de cursos, único no país, desde uma disciplina optativa de graduação em Odontologia até residência médica em Otorrinolaringologia. No âmbito do mestrado e do doutorado, os cursos são na área de Ciências da Reabilitação, divididos em Distúrbios da Comunicação Humana ou Fissuras Orofaciais. "Preparamos profissionais especialistas nas respectivas áreas e que sejam, obrigatoriamente, interessados e conhecedores das áreas afins de reabilitação dos pacientes com problemas labiopalatais. Não dá para ser somente médico ou psicólogo, é preciso entender todo o processo de vida de quem tem essas características", afirma Inge Elly Trindade, presidente da comissão de pós-graduação. Ao todo, passam pelas salas de aula e pelos corredores do hospital 200 alunos por ano. A fonoaudióloga Luciane Riehl cursa mestrado no Centrinho há um ano e passa 40 horas semanais entre aulas teóricas e atendimentos práticos. Para ela, que já fez outro mestrado na área, o programa é diferente porque livros e atendimento têm o mesmo peso e, além disso, existe um incentivo muito forte para que sejam produzidos trabalhos científicos para apresentação em congressos e seminários.



O Centrinho em números

200
leitos (77 cirúrgicos)

8 mil
cirurgias/ano

5,3 mil
internações/ano

1,7 mil
casos novos (fissuras)/ano

800
casos novos (deficiências auditivas)/ano

300
atendimentos ambulatoriais/dia

462
projetos de pesquisas científicas em andamento

Fonte: pesquisa interna do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais

Parcerias O objetivo dos cursos e também de todos os eventos de formação científica do Centrinho é promover a disseminação e a formação de novos profissionais capacitados para o atendimento de alto nível das anomalias craniofaciais. A falta de serviços especializados no país faz com que sejam comuns casos de atendimentos de crianças e adultos que trazem seqüelas devido a procedimentos cirúrgicos malfeitos por profissionais despreparados. "Também é preciso capacitar os fonoaudiólogos, os pesquisadores, os fisiologistas e os psicólogos, transmitindo tudo aquilo que nós já conhecemos sobre o assunto para que eles possam atender cada vez melhor, de forma mais especializada", resume Trindade. "Temos o projeto de criar unidades menores do Centrinho pelo Brasil, pelo menos uma em cada região, para facilitar a vida dos pacientes e aproveitar que já temos tantos profissionais treinados, tantos jovens formados com boa qualidade de trabalho", completa Freitas.

Também tem papel fundamental na expansão das pesquisas realizadas no Centrinho as parcerias nacionais e internacionais com universidades e instituições de fomento à pesquisa, que vão desde a Fundação de Amparo à Pesquisa (Fapesp) até as universidades da Flórida e de Iowa, nos Estados Unidos, com as quais são feitos estudos em conjunto para o desenvolvimento de procedimentos médicos. Com a OMS estão sendo discutidos diversos protocolos internacionais de atendimento para os casos chamados sindrômicos, isto é, aquelas crianças que nascem com várias anomalias – não só craniofaciais, mas também em outras partes do corpo – e pre-

Projeto Flórida

No dia 20 de setembro, o mundo conhecerá o resultado de uma pesquisa feita em conjunto pelo Centrinho e pela Universidade da Flórida, conhecida como Projeto Flórida, que poderá mudar de uma vez por todas os procedimentos adotados nos casos de crianças que nascem com fissuras no céu da boca. Existe até hoje a dúvida sobre qual a melhor forma de realizar o fechamento dessas aberturas. É melhor fazer logo nos primeiros meses? Em uma ou em duas etapas? Qual o método de fechamento mais recomendado? Perguntas como essas serão respondidas após dez anos de pesquisas conjuntas dos profissionais de Bauru com os dos Estados Unidos.

Com a aplicação de uma metodologia científica rigorosa, que envolveu desde cirurgias em 500 bebês até o monitoramento, por seis anos, de fala, respiração e deglutição de todos eles, será possível analisar e comparar duas técnicas cirúrgicas das mais conceituadas. Os resultados estão em fase final de consolidação para apresentação, e a comunidade científica está ansiosa pela divulgação dos dados. A experiência foi tão positiva que o projeto foi renovado e a mesma base de pacientes continuará a ser analisada por outros cinco anos, numa nova fase da pesquisa, que vem sendo chamada de Projeto Flórida 2. Os investimentos realizados nas duas fases da pesquisa são da ordem de 4 milhões de dólares e foram custeados pela Universidade da Flórida.

cisam de diversos cuidados ao mesmo tempo. Até hoje elas não contam com formas padronizadas de atendimento.

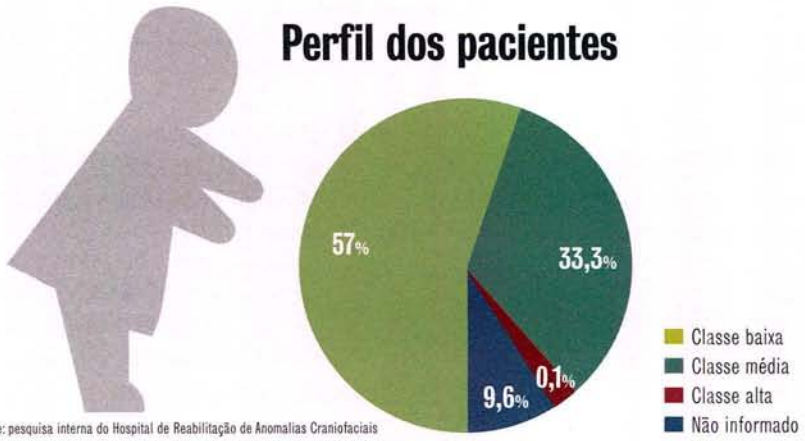
Social Pelos corredores coloridos e sempre limpos do Centrinho transitam vidas distintas de milhares de pessoas dos mais diversos cantos do país, com as mais diferentes histórias para contar. Maria Socorro Maciel da Silva, de 57 anos, é avó de José da Silva, hoje com 13 anos, mas que desde os 18 meses de vida deixa a capital do Acre, Rio Branco, para fazer cirurgias no Centrinho. "Já é a quarta vez que chegamos aqui de ônibus. É longe, mas vale a pena, ele está indo muito bem", conta a avó, enquanto espera para ser chamada para a rotina de sempre, igual para todas as crianças, e que consiste em exames preparatórios pré-cirúrgicos, depois a operação propriamente dita e o período pós-cirúrgico. Para fazer a viagem, que durou quatro dias, ela conta com um subsídio ao qual todos os brasileiros têm direito, denominado Tratamento Fora de Domicílio, a ser utilizado nos casos de alta complexidade. "Temos uma função social estratégica a cumprir com essas pessoas, pois a maior parte delas não sabe que pode contar com esse tipo de ajuda nem que tem direito a outros serviços básicos", explica Silvana Maziero, assistente social e coordenadora de projetos comunitários do hospital. José tem vergonha de conversar com estranhos, mas vence a timidez e diz que nem está com muito medo da cirurgia complicada que vai fazer, a retirada de um pedaço do osso da perna para um enxerto na parte de baixo do nariz, acima dos dentes. "Ganho 600 reais por mês e tenho oito dependentes, mas sempre guardo um pouquinho para os gastos aqui para dormir e comer porque sei que ele vai ficar bom", diz a avó.

Para possibilitar o bem-estar mínimo dos pacientes e dos familiares que os acompanham durante os dias de tratamento em Bauru, a maioria deles pertencentes às camadas mais baixas da população, é preciso desenvolver toda uma logística que, no mínimo, facilite o transporte, o alojamento e a alimentação dessas pessoas. Porém, mais importante até do que isso é garantir que na cidade de origem dos pacientes o tratamento não seja interrompido. "Sem um atendimento contínuo de fonoaudiologia, por exemplo, o paciente pode não progredir e prejudicar o tratamento ou mesmo chegar aqui sem condições de continuar o tratamento", esclarece Maziero.

Por isso, o setor de serviço social conta com dezenas de assistentes para desenvolver diversos tipos de convênios com estados e prefeituras, de forma a garantir as várias etapas logísticas necessárias ao tratamento. "Notamos que muitas pessoas das mesmas cidades se encontravam por acaso aqui na portaria do Centrinho e decidimos, então, criar o projeto Carona Amiga, que prevê a marcação de consultas dos pacientes da mesma região nos mesmos dias", explica Maziero. Os próprios técnicos do hospital organizam parcerias para viabilizar o transporte coletivo para que os horários sejam respeitados e as crianças cheguem em boas condições de atendimento. Hoje, segundo Maziero, existem 550 municípios com esquema de transporte em grupo de pacientes para o Centrinho.

Outro ponto crucial ainda em fase de desenvolvimento pelo departamento de assistência social do Centrinho são os atendimentos ambulatoriais descentralizados. Muitas vezes, depois de passar pelas cirurgias, os pacientes precisam de pequenos cuidados – um simples aperto num aparelho dentário ou um curativo especializado –

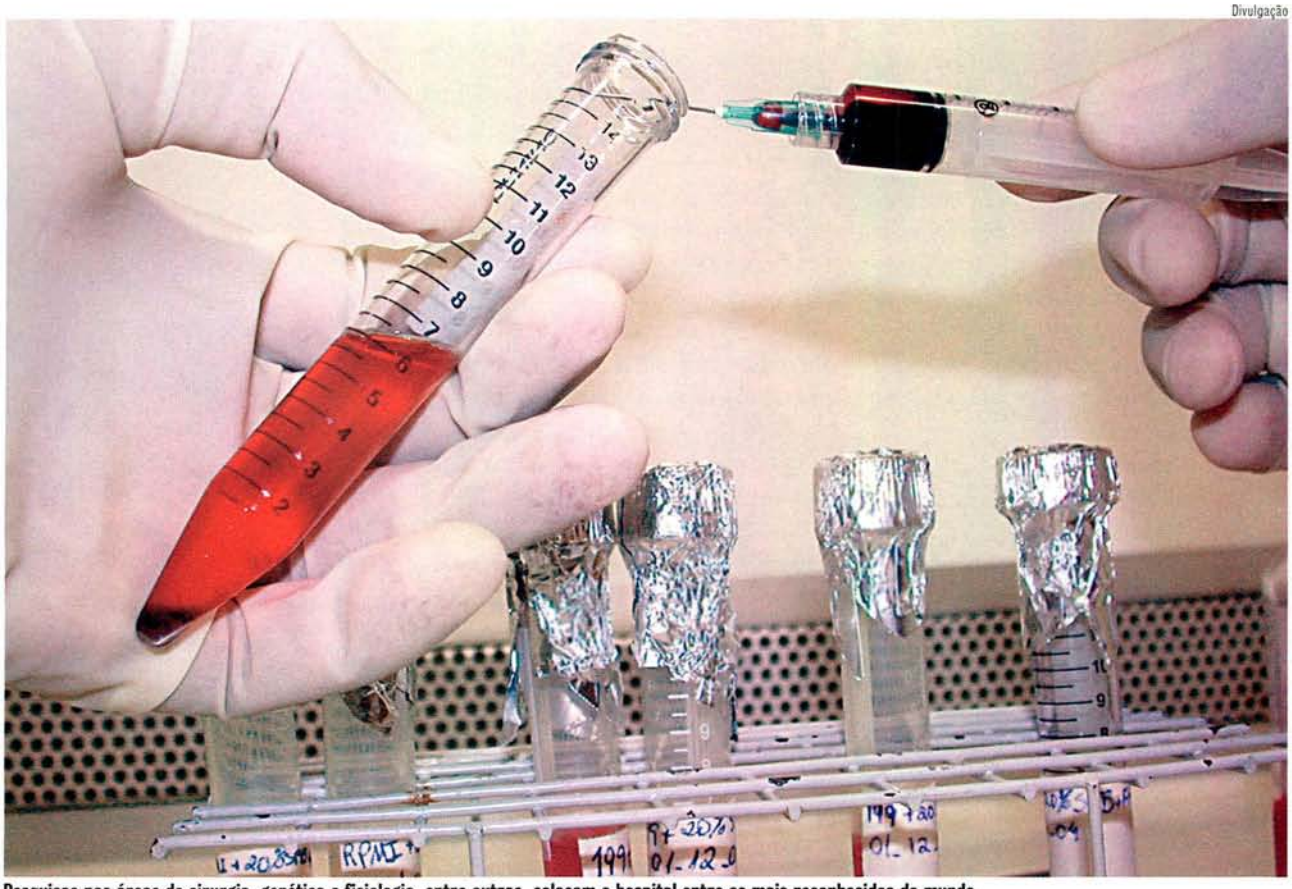
Perfil dos pacientes



Fonte: pesquisa interna do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais

acadêmicos e a realização de congressos mundiais a cada dois anos

Divulgação



Pesquisas nas áreas de cirurgia, genética e fisiologia, entre outras, colocam o hospital entre os mais reconhecidos do mundo

Audição: nova fronteira

Em 1989 o corpo técnico do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais adentrou em um terreno de especialidades pouco comum àquelas as quais estava habituado: a dos problemas auditivos. E também se tornou um centro de referências nesse campo. Foi o local pioneiro dos implantes de aparelhos auditivos cocleares – feitos na área interna do ouvido, na região da cóclea, também conhecidos como ouvidos biônicos. Hoje, 80% dos procedimentos cirúrgicos desse tipo feitos no país são realizados no Centrinho. Os implantes são recomendados para determinados casos de deficiências auditivas graves em crianças de até 3 anos de idade. Até o momento, já foram feitas mais de 400 operações. Quando os aparelhos auditivos podem ajudar, os pacientes, também de todo o Brasil, são encaminhados à unidade específica de atendimento de deficiências auditivas. "Nesse local, a família e o paciente, que pode ter qualquer idade e ser de qualquer origem, passa por uma série de 16 procedimentos mínimos, que vão desde a avaliação básica da deficiência até diagnósticos de condições psíquicas e familiares, para sabermos quais as melhores indicações de tratamentos", explica Telma Genaro Motti, diretora técnica do Centro de Atendimento aos Distúrbios da Audição, Linguagem e Visão (Cedalvi). E, assim como no caso das fissuras labiopalatais, os pacientes auditivos ficam ligados ao Centrinho por muitos anos, por causa da necessidade de retornos periódicos. Segundo Motti, somente por meio das visitas é possível saber se as orientações passadas no início do relacionamento com o paciente foram cumpridas. Por exemplo, quando ele levou para casa um aparelho auditivo de primeira linha, caríssimo, que precisa de troca de pilhas semanalmente. Será que ele sabe usar bem o aparelho e aprendeu a desenvolver bem a fala com algum fonoaudiólogo, conforme recomendado? Trocou as pilhas? "Esse tipo de acompanhamento só é possível com a realização de consultas presenciais e periódicas", explica a diretora. Pelo Cedalvi já passaram 20 mil pacientes, e todos os aparelhos necessários para o bem-estar dos pacientes com deficiências são concedidos gratuitamente, custeados pelo SUS. O Brasil está entre os seis únicos países do mundo a conceder esse tipo de benefício, ao lado de Canadá, México, Noruega, Suécia e Dinamarca.

Saídas para reduzir a pobreza na América Central

Antes de combater um problema é preciso diagnosticá-lo. E é isso o que buscam fazer os autores do livro *Crecimiento con Equidad – La Lucha contra la Pobreza en Centroamérica*, resultado da parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) com o objetivo de desenhar estratégias que reduzam a pobreza na América Latina e no Caribe. A publicação analisa os determinantes da pobreza e da desigualdade em seis países – Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicarágua, Costa Rica e Panamá. A grande questão que norteia a obra é saber se o crescimento é mais efetivo que a distribuição de renda para reduzir a pobreza ou o contrário.

O estudo foi realizado pelos pesquisadores do Ipea Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça e por Enrique Ganuza, economista-chefe para a América Latina do Pnud. O livro fornece um diagnóstico detalhado dos diferentes fatores que determinam a pobreza na região e propõe estratégias de superação focalizadas, baseadas estritamente nas informações disponíveis.

Revela um cenário pouco animador: mais da metade da população da região (cerca de 19 milhões de pessoas) vive em famílias com renda per capita abaixo da linha de pobreza, e quase 8 milhões vivem em famílias com renda per capita abaixo da linha de extrema pobreza. Segundo os cálculos feitos pelos autores, se a pobreza fosse combatida apenas por meio de transferência de renda, seria necessário destinar cerca de 19 bilhões de dólares anuais para a população pobre. E esse valor corresponde a cerca de 17% da renda total das famílias centro-americanas. Ou seja, a capacidade de erradicar a pobreza no curto prazo é bastante limitada. Mas isso não significa que não há o que fazer. É possível erradicar a pobreza extrema com os recursos disponíveis. Uma das saídas seria criar um fundo de erradicação da extrema pobreza, para o qual cada cidadão não-pobre contribuiria com 14 dólares mensais.

A redistribuição dos recursos, segundo o livro, teria impacto muito reduzido na pobreza caso se mantenha o nível de desigualdade na distribuição de renda no interior de cada país da região. Assim, a redistribuição dos recursos deveria ocorrer não só entre os países (dos mais ricos, como a Costa Rica, aos mais pobres, como Honduras), mas também no interior deles.

Diminuir a desigualdade é, portanto, central para a redução da pobreza. Enquanto o crescimento econômico apresenta retornos decrescentes no que se refere à redução da pobreza, a maior igualdade de renda apresenta retornos crescentes. Para reduzir a pobreza à metade com base em estratégias que visam exclusivamente ao crescimento econômico seriam necessários 17 anos consecutivos com crescimento de 3% ao ano. A redução da desigualdade de renda exigiria uma taxa de crescimento significativamente menor, segundo sustenta o livro do Ipea e Pnud.

Outro fato curioso: ao contrário do que se poderia pensar, a causa da pobreza na região, de acordo com os autores, não é a falta de trabalho, mas sim a baixa qualidade dos postos de trabalho. Se a qualidade dos postos de trabalho ocupados pelos membros das famílias pobres fosse igual à dos ocupados por trabalhadores de famílias não-pobres, a renda per capita dos pobres seria cinco vezes maior do que a atual. Ou ainda: se essa qualidade fosse idêntica à qualidade dos postos nos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), essa renda per capita seria três vezes maior.

Com todos esses dados esmiuçados e comparados, o livro acaba sendo um importante instrumento para a elaboração de políticas públicas, para estudiosos do tema "pobreza e desigualdade" e também para avaliar quanto falta para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, um conjunto de compromissos dos países-membros das Nações Unidas voltados para a redução da pobreza pela metade até o ano 2015.

Giovana Tiziani

Crecimiento con Equidad – La Lucha contra la Pobreza en Centroamérica
Ricardo Paes de Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco, Enrique Ganuza, Rosane Mendonça.
Alfaomega/Pnud/Ipea, 272 p.
O texto do livro está disponível em espanhol, no site: www.undp.org/rblac/

Terror sem fronteiras

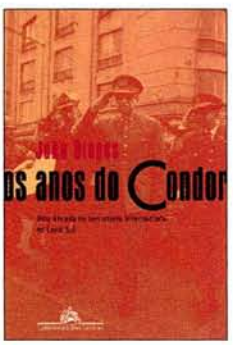
A ousadia foi incrível. No dia 21 de setembro de 1976, uma bomba destruiu um carro que circulava bem no centro de Washington, a capital norte-americana, na Embassy Row. Matou Orlando Letelier, ex-ministro do Exterior chileno no governo de Salvador Allende e principal articulador da oposição democrática à ditadura comandada por Augusto Pinochet, que assumiu o poder no Chile em 11 de setembro de 1974. Também morreu Ronni Moffitt, norte-americana que assessorava Letelier, mas seu marido, Michael, escapou com vida e imediatamente apontou a Dirección de Inteligência Nacional (Dina), do Chile, como responsável pelo atentado. Ele tinha razão, como foi comprovado nas investigações conduzidas pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos.

A ação do comando terrorista chileno estava inscrita num contexto bem maior, uma articulação dos governos militares de seis países da América Latina para combater seus opositores em qualquer parte do mundo e que recebeu o nome de Operação Condor. O livro *Os Anos do Condor*, de John Dinges, que foi correspondente do *Washington Post* na América Latina, relata a primeira reunião para montar a Operação Condor, realizada na Academia de Guerra do Exército, em Santiago do Chile, em novembro de 1975, com a presença de representantes de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, todos funcionários dos serviços de inteligência militar. Durante uma semana debateram as melhores formas de derrotar aquilo a que se referiam como subversão, terrorismo ou comunismo internacional, mas que servia para designar os diversos grupos que faziam oposição, pacífica ou armada, às ditaduras militares que dominavam os países representados.

A Operação Condor permitiu que líderes da resistência chilena fossem presos em Assunção, no Paraguai, e remetidos para o Chile, onde acabaram assassinados. Também organizou ações conjuntas das forças repressivas do Uruguai e da Argentina para assassinar exilados uruguaios em Buenos Aires. Baseado em entrevistas com vítimas e algozes, documentos oficiais e investigações judiciais para punir os mandatários dos atos terroristas da Operação Condor, Dinges reconstitui como operou essa coordenação internacional dos serviços repressivos da América Latina.

Outro mérito do livro é mostrar como a Justiça de países como Itália ou Espanha agiu, nos anos 90, para investigar e punir responsáveis por atentados cometidos em seus territórios ou para responsabilizar quem assassinou naturais desses países nas ditaduras militares latino-americanas. Foram considerados crimes contra a humanidade, baseados no mesmo princípio jurídico que norteou as ações do Tribunal de Nuremberg, que processou criminosos de guerra nazistas. Emergiu uma nova jurisprudência que permitiu, por exemplo, a deportação para a Espanha de um militar argentino que vivia no México e foi responsável pelo assassinato na Argentina de um cidadão espanhol.

Ottoni Fernandes Jr.



Os Anos do Condor
John Dinges
Companhia das Letras, 2005, 448 p., R$ 52,00

Exclusão Social e Mobilidade no Brasil
Organizadores: Estanislao Gacitúa-Marió e Michael Woolcock
Editora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 306 p., R$ 25,00

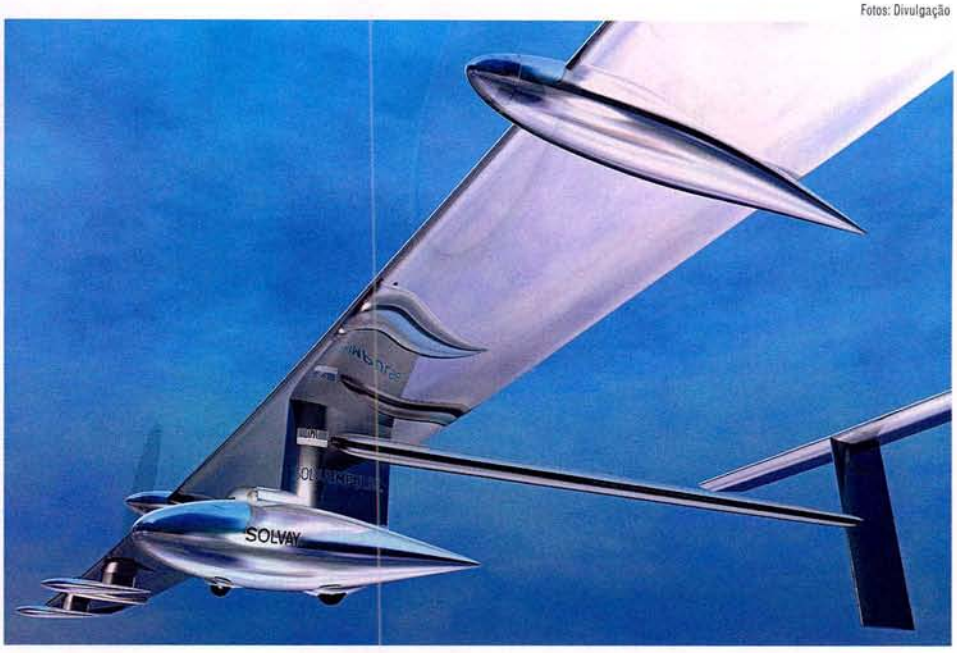
Mapa da desigualdade

Subir na pirâmide social brasileira pode até ser possível, mas não é para qualquer um. A esfera da pobreza, por exemplo, tem endereço certo: crianças e jovens, índios, negros, os que não migraram, desempregados e trabalhadores empregados nas áreas rurais ou no setor informal. O livro resulta de uma parceria entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Banco Mundial. Estuda esses grupos, que têm menor mobilidade, e procura detectar qual a percepção dos brasileiros sobre a desigualdade. É um trabalho multidisciplinar e conta com a participação de um grupo diversificado de autores brasileiros. No livro são analisados os últimos 20 anos da dinâmica da renda no Brasil. Também, são feitas recomendações para a elaboração de políticas públicas que alterem a situação atual de diferenças sociais.

O Brasil conta com o pior dos cenários nesse campo: alta desigualdade e baixa mobilidade. O estudo aponta, em números e análises, o retrato de uma sociedade organizada em classes bem demarcadas, com certo grau de fluidez dentro de cada uma delas, mas com significativa rigidez quando se trata de cruzar fronteiras.

Marina Nery

Fotos: Divulgação



Medicina

Eu, robô

O corpo humano é uma máquina tão complexa que nenhuma das linguagens de programação existentes serviu para desenvolver um modelo virtual de coração. Os cientistas do Laboratório da Universidade de Berkeley, nos Estados Unidos, tiveram de criar uma linguagem específica para ser usada nos supercomputadores que farão uma simulação do sistema cardiovascular. A nova ferramenta chama-se Titanium, um dialeto derivado da linguagem Java, especializado em simulações detalhadas da dinâmica dos fluidos em estruturas biológicas. O objetivo é usar o ambiente artificial para testes de tratamentos. Inicialmente será criado um modelo genérico, que depois poderá ser adaptado a cada paciente, com suas peculiaridades, de modo que permita checar todos os efeitos que determinado medicamento possa ter sobre o organismo sem que o o indivíduo corra risco algum - uma variação digital dos bonecos usados pelos fabricantes de carros em testes de impacto. A doutora Katherine Yelick, chefe da equipe de pesquisadores do projeto, sonha alto e acredita que um dia será possível criar uma versão virtual completa, com todos os órgãos, imagens e histórico médico de uma pessoa, na qual seriam realizadas as simulações antes de qualquer intervenção real. Até lá, o "clone" genérico servirá para fins didáticos de medicina.

Energia renovável

Volta ao mundo movida a luz do sol

Sessenta engenheiros europeus, especialistas em aeronáutica, reuniram-se para superar o desafio de construir um avião alimentado por energia solar e capaz de dar uma volta completa na Terra, sem escalas. A Solar Impulse, como foi batizada a aeronave, só conseguirá levar um único passageiro porque as células solares orgânicas, a serem instaladas sobre as longas asas, pesam muito. Além de captar a energia do sol para seu deslocamento, o avião terá de ser capaz de armazenar combustível suficiente para continuar voando durante a noite. Os cientistas da Agência Espacial Européia, uma das principais apoiadoras do projeto, o definem como "uma aventura científica a serviço do meio ambiente, para reescrever a história da aviação movida a energia solar", numa clara referência ao fracasso da missão Hélios, o avião solar da Nasa que se partiu ao meio em pleno ar, em 2003. A maquete da nave foi apresentada no último Salão Aeronáutico de Bourget, na França, em junho passado. Apesar de não ter viabilidade comercial, o Solar Impulse servirá para chamar a atenção para o enorme potencial da energia renovável. A previsão é que o avião solar decole de Paris para seu vôo histórico em meados de 2010.

Novos materiais

Controle de origem para roupas

Já faz algum tempo que vinhos e alimentos têm sua origem controlada. A partir de agora, também será possível, por meio de uma etiqueta invisível, avaliar se as roupas são mesmo de grife ou não. Desenvolvida pelo Laboratório Oak Ride, dos Estados Unidos, a nova etiqueta funciona como um código de barras – feita com uma tinta especial, só pode ser lida por scanners adequados – e identifica a fonte, o tipo, as condições de produção e a composição do tecido. A tinta aparece apenas quando exposta ao infravermelho. A etiqueta é gravada no tecido, não afeta a cor nem a textura e resiste a todo o processo de fabricação das roupas, incluindo escovação, branqueamento, mercerização, tintura e acabamento. A grande vantagem do invento é seu preço: modestos centavos de dólar. Uma pechincha se comparado aos custos dos métodos atuais de controle de origem de tecido, baseados em DNA ou ondas de radiofreqüência. A maior aplicação da etiqueta invisível será nas alfândegas, já que muitos países oferecem descontos ou cobram sobretaxas de tecidos importados ou exportados para determinadas regiões, mas ela seguramente também será aproveitada no combate às falsificações. Assim, quem tiver pago uma fortuna por um vestido Prada ou Armani saberá que pode ter sido extravagante, mas não enganado.

Genética

O poder da rede

A edição de junho da revista *Science* destaca as conclusões do seqüenciamento do genoma dos parasitas que provocam o mal de Chagas, a doença do sono e a leishmaniose. O trabalho é fruto de uma rede de cooperação internacional. Carlos Morel, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, assina um artigo sobre a participação brasileira. Morel, ex-diretor do Programa Especial para Pesquisa e Treinamento em Doenças Tropicais da Organização Mundial da Saúde (OMS), destaca a importância do trabalho integrado. Para ele, países em desenvolvimento mostram muita habilidade quando o assunto é inovação para a saúde. Ele estima que tais países tenham investido mais de 2 bilhões de dólares em pesquisas nessa área. Nove deles estão entre os 25 mais produtivos quando se compara o número de patentes com o Produto Interno Bruto: Índia, China, Brasil, África do Sul, Tailândia, Argentina, Malásia, México e Indonésia.

Telemedicina

Saúde via satélite

O sofisticado Sistema de Proteção à Amazônia (Sipam) acaba de ganhar uma nova e humanitária atribuição: dar suporte aos médicos que atendem as comunidades isoladas da região. A idéia é aproveitar parte dos 700 pontos de acesso à Internet, via satélite, espalhados pela área amazônica, para que os profissionais de saúde consultem os especialistas, principalmente de Manaus, evitando a necessidade de traslado dos pacientes. Em alguns casos, essa comunicação significa a diferença entre a vida e a morte, já que a viagem até um bom hospital pode levar mais de dez dias de barco. Até agora, 14 unidades estão equipadas para trabalhar com emergências médicas. "Queremos criar uma rede de suporte técnico para quem está sozinho atendendo pessoas nessas comunidades", afirma Edson Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina, uma das entidades coordenadoras da iniciativa. Também fazem parte do projeto a Faculdade de Medicina da Universidade Estadual de São Paulo, a Universidade do Estado do Amazonas e a Universidade Federal do Amazonas.

Publicações

Pequenos astronautas

Foi lançada durante a 57.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida na penúltima semana de julho, a revista infantil *O Pequeno Cientista*. A publicação, também disponível gratuitamente na internet (www.on.br.), pretende despertar o interesse das crianças pelos princípios da astronomia e foi idealizada pelo Observatório Nacional do Rio de Janeiro.

Em julho, a tecnologia alemã **MP3** completou dez anos. A previsão é que no ano que vem sejam vendidos **80 milhões de equipamentos** para a reprodução de música nesse sistema em todo o mundo

Governo eletrônico

Fim da babel digital

Foi oficializado no mês passado o padrão a ser utilizado pelos diferentes órgãos do governo federal para troca digital de dados e informações. O primeiro benefício da adoção de um procedimento comum será a integração das bases de dados dos cerca de 18 mil cartórios. Nascimentos, casamentos, falecimentos e registros de imóveis poderão ser consultados on-line em qualquer localidade, o que permitirá que alguém que more fora de sua cidade natal possa, por exemplo, tirar segunda via da certidão de nascimento sem precisar se deslocar. Outra aplicação do e-Ping, como foi chamado o padrão adotado, será a implantação do Infoseg, um sistema que reúne todas os cadastros criminais do país. O Infoseg foi concebido em 1995, mas por falta de recursos até hoje não conseguiu entrar totalmente em funcionamento. Com o uso do novo padrão, os custos cairão de 4 bilhões de reais para aproximadamente 10 milhões. Para obter mais informações sobre o e-Ping, acesse o site www.governoeletronico.e.gov.br.

Combustíveis

Isso é que é economia!

Os alunos do curso de Engenharia Mecânica da Universidade Mackenzie, em São Paulo, ganharam mais uma vez a Maratona da Economia, competição que premia o carro que percorrer a maior distância com apenas 1 litro de gasolina. Inspirada na Shell Eco-Marathon, surgida na década de 70, na Inglaterra, a versão nacional está em sua segunda edição. Os mackenzistas derrotaram 17 equipes concorrentes formadas por estudantes universitários ao conseguir fazer 396 quilômetros, isto é, a distância entre Rio e São Paulo, usando somente 1

litro de combustível. Eles quebraram de longe o próprio recorde, estabelecido no ano passado, que era de 150 quilômetros. Em segundo lugar ficou o veículo construído pelos alunos na Universidade Federal de Minas Gerais, que completou 250 quilômetros. O segredo é acelerar o carro até certa velocidade e desligá-lo em seguida, deixando que continue se deslocando inercialmente até determinado ponto em que o motor é acionado novamente. Um detalhe: quem pilotou a máquina vencedora foi uma mulher, aluna da faculdade de Biologia. Se você ficou impressionado com o desempenho do veículo vencedor, saiba que o recorde mundial pertence a uma equipe profissional japonesa, cuja máquina percorreu incríveis 4 mil quilômetros consumindo, é obvio, apenas 1 litro de gasolina.

por **Andréa Wolffenbüttel**

INDICADORES

O que é?

IPO

É a expressão formada pelas primeiras letras das palavras inglesas *Initial Public Offering*, isto é, Oferta Pública Inicial. Essa oferta se refere a ações, portanto é a primeira oferta de ações de uma empresa, isto é, quando ela abre seu capital e passa a vender ações na bolsa de valores. O termo se popularizou no final da década de 90, quando houve o *boom* da Internet. A abertura do capital de empresas de tecnologia na bolsa eletrônica de Nova York, Nasdaq, causava euforia no mercado porque a cotação inicial das ações sempre ficava um pouco abaixo do valor estimado do patrimônio da empresa para atrair os investidores. A bolha da Internet estourou e agora os IPO's não são mais tão comemorados. A última abertura de capital que abalou o mercado foi a do buscador Google, em agosto do ano passado. Os proprietários esperavam levantar mais de 3 bilhões de dólares no primeiro dia de negociações, mas, apesar do imenso sucesso, só conseguiram 1,67 bilhão de dólares, o que não é desprezível. Um aviso: quando lidas, as três letras devem ser pronunciadas com seu som em inglês, ou seja, "ai-pi-ou".

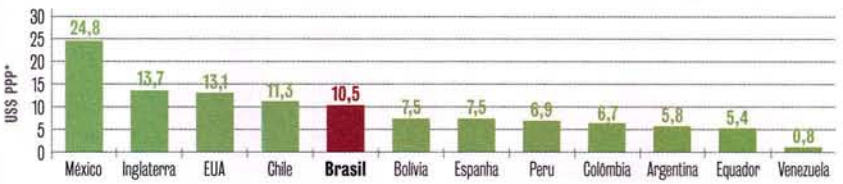
Administração pública

Quanto ganha o funcionalismo

A remuneração dos funcionários públicos sempre foi uma questão polêmica. Pagar altos salários significa prejuízo para as contas públicas e pagar baixos salários pode ser um convite à corrupção. Em busca de mais compreensão sobre o assunto, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) solicitou a elaboração de uma pesquisa para traçar um perfil comparativo dos salários recebidos pelos altos escalões do setor público na América Latina. A conclusão é que os servidores mexicanos são os mais bem pagos, porém, proporcionalmente, pouco numerosos.

Salários pagos aos altos cargos do setor público

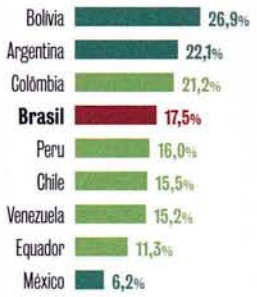
Valor médio dos salários diretos



(*) PPP = Power Purchase Parity - cotação baseada no poder de compra do dólar e não na cotação de mercado

Tamanho do setor público

Participação do setor público no total de empregos



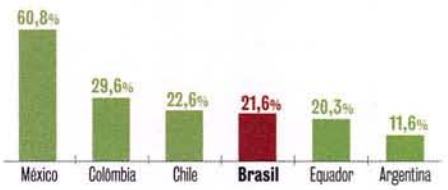
Participação dos altos cargos públicos no total de altos cargos

REPARE: a Bolívia e a Argentina apresentam expressiva participação do setor público no número de empregos. Já o México, que paga altos salários, tem um número menor, proporcionalmente, de funcionários públicos. O Brasil está numa posição intermediária.

O setor público e o privado

Comparação entre os salários pagos ao mais alto escalão nos dois segmentos

(valor dos salários do setor público em relação ao privado)



REPARE: em todos os países, os salários do setor público são inferiores aos do setor privado. Em alguns casos, como Argentina e Equador, a diferença alcança 80%.

Carga horária de trabalho semanal nos altos cargos (horas de trabalho por semana)

REPARE: em todos os países, exceto o México, a carga horário dos funcionários públicos do alto escalão é inferior à dos altos cargos do setor privado

Fonte: Clad (Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo)

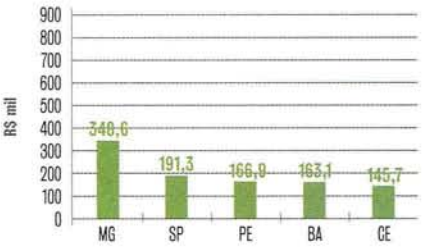
Nem sempre vale o que está escrito

Passamos do meio do ano e a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 já está atrasada. O processo de concepção do Orçamento, naturalmente, é complexo e cheio de disputas. Por isso, acaba sendo aprovado em cima da hora, quando o novo ano já desponta e é preciso definir a fatia dos recursos públicos que cabe a cada um, pois sem a LDO é impossível governar. Porém, muito pouco do que está escrito chega a se transformar, de fato, em realidade. Os gráficos abaixo apresentam o nível de execução do Orçamento de 2004 para as regiões, estados, órgãos e funções.

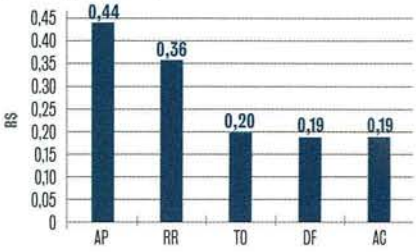
Grau de execução do Orçamento nas regiões (2004)

Estados com maiores valores orçados (2004)

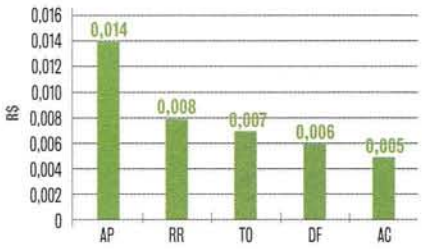
Estados com maiores valores aplicados (2004)



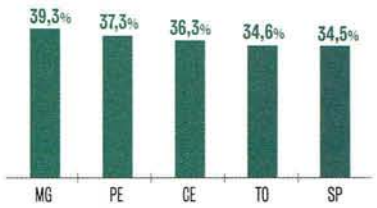
Estados com maiores valores orçados per capita (2004)



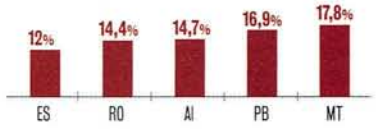
Estados com maiores valores aplicados per capita (2004)



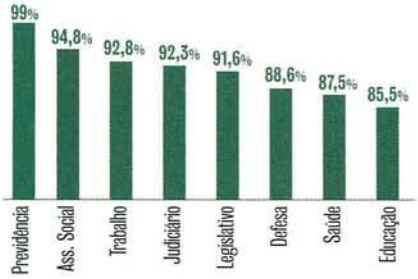
Estados com maior grau de execução do Orçamento (2004)



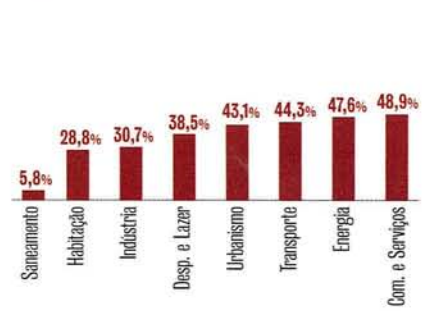
Estados com menor grau de execução do Orçamento (2004)



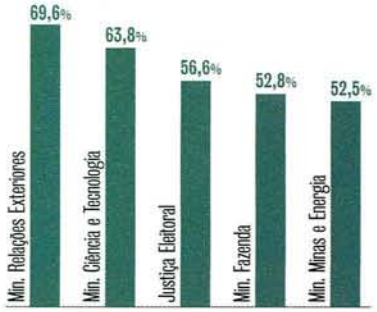
Funções com maior grau de execução (2004)



Funções com menor grau de execução (2004)



Órgãos com maior grau de execução (2004)

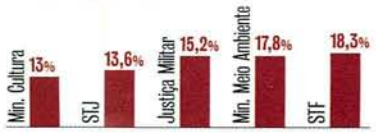


Composição dos valores orçados por natureza da despesa em 2004 (em %)

Composição dos valores pagos por natureza da despesa em 2004 (em %)

Amortização da dívida | Outras despesas correntes | Juros e encargos da dívida | Pessoal e encargos sociais | Inversões financeiras | Reserva de contingência | Investimentos

Órgãos com menor grau de execução (2004)



Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal/Ministério da Fazenda

CARTAS

A correspondência para a redação deve ser enviada para cartas@desafios.org.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 801 - CEP 70076-900 - Brasília DF

Reprodução

Gostaria de cumprimentar a revista **Desafios** pela matéria publicada na edição de junho passado, com o título "Promessas e incertezas", abordando um tema bastante atual, a energia elétrica. As questões tratadas são relevantes, principalmente as relacionadas ao modelo setorial e no tocante à estabilidade regulatória, porque dela depende a confiança dos agentes e, conseqüentemente, a dos investimentos que garantirão o suprimento. Também são procedentes as informações a respeito dos conceitos de energia velha e nova, conseguindo explicar esses termos e mostrando, em linguagem simples, que, para remunerar a energia proveniente de empreendimentos já amortizados, necessita-se de tarifa menor do que para remunerar aquela proveniente de empreendimentos ainda em fase de amortização. Em relação à tarifa de energia elétrica, a reportagem chama a atenção para o fato de que as tarifas auferidas poderão ser insuficientes para viabilizar investimentos no setor elétrico. Para exemplificar, citou os frustrados leilões recentemente promovidos. Como presidente da Frente de Defesa da Infra-Estrutura Nacional, esse é um dos aspectos que mais me preocupam, pois se relaciona diretamente com a disponibilidade de energia elétrica para nossa população e para garantir o desenvolvimento industrial brasileiro. Gostaria ainda de comentar a observação feita em relação ao atual modelo elétrico brasileiro, que não garante que o consumidor venha a pagar preços baixos. Na realidade, os preços tendem a subir, visto que os custos de produção apresentam tendência ascendente. Considerando-se ainda os demais aspectos levantados, causa-me grande preocupação que, em futuro não muito distante, nosso país venha a deparar com novo racionamento de energia elétrica e com alta de preços. É por isso que, como deputado federal, apresentei alguns projetos de interesse do setor elétrico. Propus oito emendas à Medida Provisória chamada "MP do Bem", visando conferir melhorias ao setor e à população mediante a redução do PIS/Cofins e de alguns encargos tributários. A matéria publicada – alinhada à preocupação pessoal que tenho no setor elétrico – é um sinal de alerta para nossos governantes e para os representantes de nosso povo.

Eduardo Gomes
Deputado federal (PSDB-TO)
Brasília - DF

Tenho a satisfação de cumprimentá-los pela edição de abril passado da revista **Desafios**, na qual foi veiculada, de forma imparcial e objetiva, matéria sobre os Juizados Especiais Federais da 3ª Região, em especial o Juizado Especial Federal Cível de São Paulo.

José Eduardo Santos Neves
Desembargador federal
Coord. dos Juizados Especiais Federais da 3ª Região
São Paulo - SP

Enquete

A entrevista da géografa brasileira Berta Becker, na edição de junho de Desafios, continua provocando intenso debate entre os leitores na nossa página na Internet (www.desafios.org.br). Becker sustentou que a velha idéia de preservar a floresta Amazônica intocada está ultrapassada e que a saída é explorar o que ela pode oferecer enquanto está viva, em pé. Colocamos a seguinte pergunta em nossa página na Internet: "A exploração sustentável é o caminho para conservar a floresta Amazônica?" Leia a seguir os comentários dos internautas.

Sim. Porém há que se definir o que é "sustentável". Ouço sempre referências que vender artesanato e outras bugigangas de índios é sustentável. Isso não é sustentável para uma região tão grande e tão rica e complexa como a Amazônia. A Amazônia é caracterizada por muitas potencialidades, principalmente madeira, minérios, óleos vegetais (dendê), peixes, frutas tropicais e matéria-prima para cosméticos. Para explorar produtos fármacos e derivados precisa-se de muita pesquisa, laboratórios, enormes recursos financeiros e gente qualificada. Formar gente requer dinheiro e tempo (de 15 a 20 anos).

Raimar da Silva Aguiar
Manaus - AM

Eu acho que não. Pois existem outros meios de sobrevivência. Por exemplo, o artesanato.

Marcos Carneiro de Araújo
São Paulo - SP

Acredito que, antes de pensar em exploração na floresta Amazônica, devemos ter projetos e ações para a recuperação de áreas já devastadas pelas atividades de extração de madeira e mineração. Que a exploração sustentável seja autorizada somente após projetos ambientais de recuperação e de execução a curto prazo.

Paulo Gusatti
Passo Fundo - RS

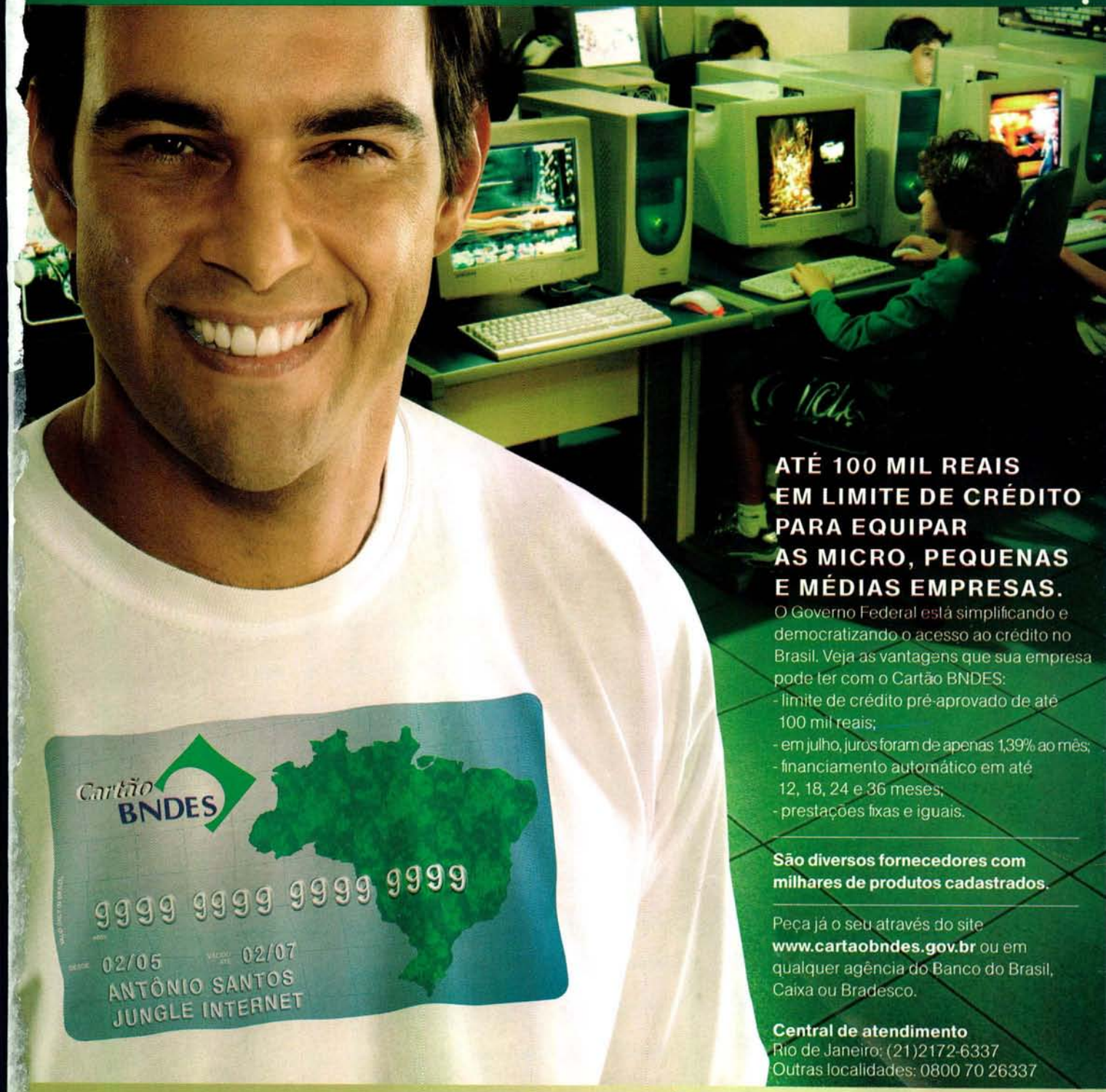
Sou totalmente contra qualquer exploração que ocorra na floresta Amazônica, pois ela é uma riqueza da humanidade e não só do Brasil. Quantas florestas foram destruídas no mundo com a mesma desculpa: exploração sem destruição? Será que isso existe? Quantos minérios, pedras preciosas, ervas raras e árvores foram roubados da Amazônia ao longo dos anos?

Denise Cristina Carraro
Ribeirão Preto - SP

Acesse o conteúdo da revista Desafios do Desenvolvimento no endereço:
www.revistadesafios.org.br

BNDES

CARTÃO BNDES. OS JUROS MAIS BAIXOS DO BRASIL PARA SUA EMPRESA VESTIR A CAMISA DO DESENVOLVIMENTO.



ATÉ 100 MIL REAIS EM LIMITE DE CRÉDITO PARA EQUIPAR AS MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS.

O Governo Federal está simplificando e democratizando o acesso ao crédito no Brasil. Veja as vantagens que sua empresa pode ter com o Cartão BNDES:

- limite de crédito pré-aprovado de até 100 mil reais;
- em julho, juros foram de apenas 1,39% ao mês;
- financiamento automático em até 12, 18, 24 e 36 meses;
- prestações fixas e iguais.

São diversos fornecedores com milhares de produtos cadastrados.

Peça já o seu através do site **www.cartaobndes.gov.br** ou em qualquer agência do Banco do Brasil, Caixa ou Bradesco.

Central de atendimento
Rio de Janeiro: (21)2172-6337
Outras localidades: 0800 70 26337

AGENTES FINANCEIROS
ANCO DO BRASIL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E BRADESCO

APOIO
SEBRAE

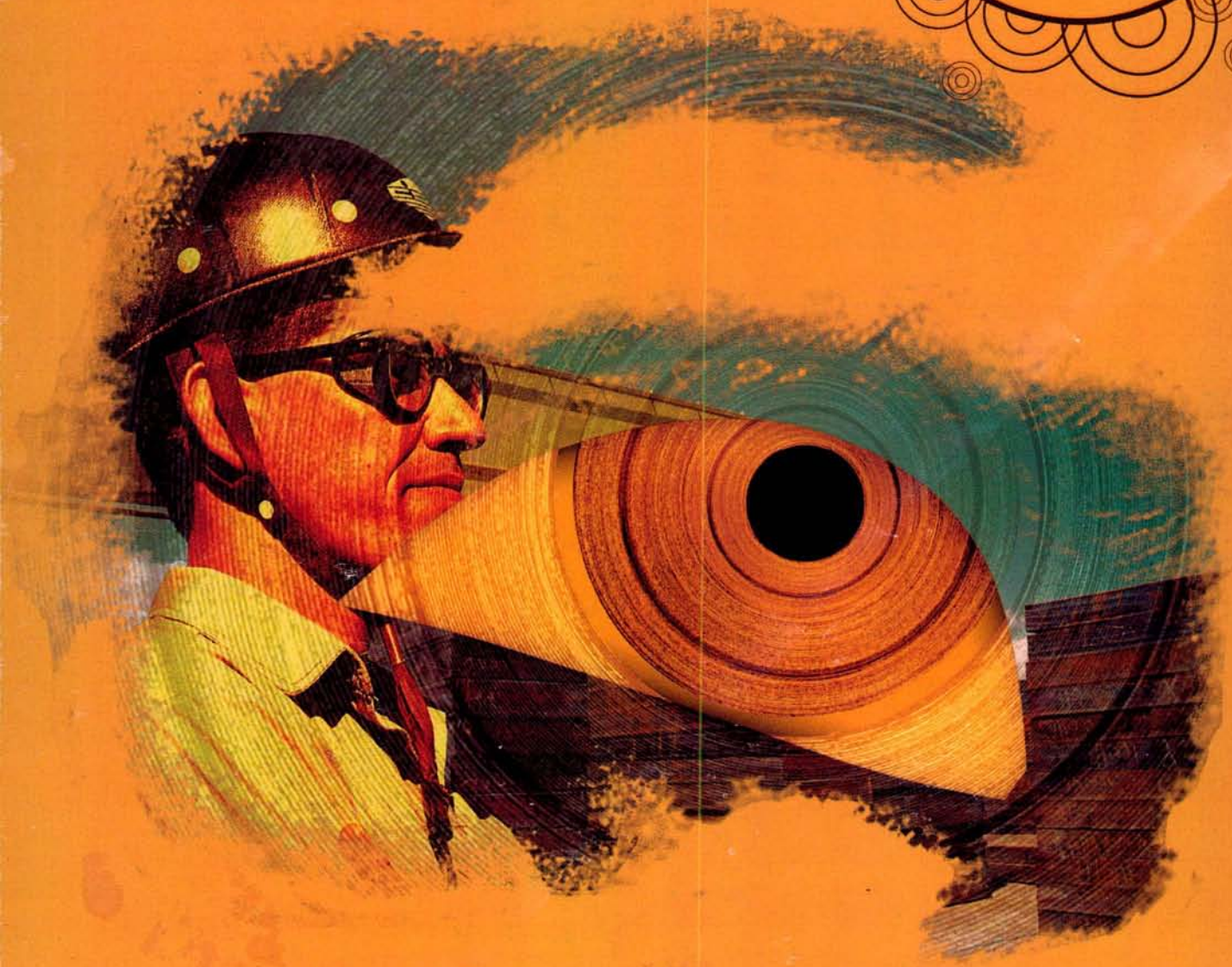
BNDES

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

BRASIL UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

www.cst.com.br

SER SUSTENTÁVEL É OLHAR UMA CRIANÇA NA ESCOLA E VER UM PAÍS.



Abra os olhos, olhe ao seu redor. Tudo o que você vê tem mais importância do que parece. Uma criança fora da escola, por exemplo, é mais que uma criança sem estudo. É um jovem sem perspectiva, é um adulto sem conquistas, é um país sem futuro. A CST enxerga o mundo de forma sustentável e sabe que sua existência só tem sentido se homem e meio também se desenvolverem. Somente preservando essa harmonia é que se evolui. Sustentabilidade. Siga essa idéia!

CST arcelor

Uma visão sustentável do mundo, para um mundo cada vez melhor.